

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JESSICA CABRAL

HISTÓRIA, FILOLOGIA E ARQUEOLOGIA: A TRAJETÓRIA DE JEAN-FRANÇOIS
CHAMPOLLION ATRAVÉS DE SUAS SOCIABILIDADES (1790-1832)

CURITIBA

2020

JESSICA CABRAL

HISTÓRIA, FILOLOGIA E ARQUEOLOGIA: A TRAJETÓRIA DE JEAN-FRANÇOIS
CHAMPOLLION ATRAVÉS DE SUAS SOCIABILIDADES (1790-1832)

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de Mestra, Curso de Pós-
Graduação em História, Setor de Ciências Humanas,
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Faraco Benthien

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Cabral, Jessica

História, filologia e arqueologia : a trajetória de Jean- François Champollion através de suas sociabilidades (1790-1832). / Jessica Cabral. – Curitiba, 2020.

Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Rafael Faraco Benthien

1. Champollion, Jean-François, 1790 - 1832. 2. História intelectual.
3. Egptologia. 4. França – História – Sec. XIX. I. Benthien, Rafael Faraco, 1979 -
II. Título.

CDD – 944.06



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA -
40001016009P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **JÉSSICA CABRAL**, intitulada: **HISTÓRIA, FILOGIA E ARQUEOLOGIA: A TRAJETÓRIA DE JEAN-FRANÇOIS CHAMPOLLION ATRAVÉS DE SUAS SOCIABILIDADES (1790-1832)**., após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa. A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 27 de Fevereiro de 2020.


ANDRÉA CARLA DORÉ
Presidente da Banca Examinadora


JOANA CAMPOS CLIMACO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS)


FABIO SAPRAGONAS ANDRIONI
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)



Para Robson Bertasso.

AGRADECIMENTOS

*[...] Gracias a la vida que me ha dado tanto
Me ha dado el sonido y el abecedario
Con él, las palabras que pienso y declaro [...]*

Este trabalho só foi possível graças aos mais diversos apoios e carinhos que recebi nos últimos dois anos, bem como a cada pessoa que fez parte desse meu percurso, seja nele como um todo ou mesmo parcialmente.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador, Rafael Faraco Benthien, que é para mim uma verdadeira inspiração. Gentil como professor, como orientador, como pessoa. Sou absolutamente grata por sua sensibilidade, atenção e por dividir da empolgação que tenho pelos meus temas de estudo.

Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, mais especificamente, aos professores Rafael Faraco Benthien e Hector Rolando Guerra Hernandez que tão bem conduziram os seminários da linha de pesquisa Espaço e Sociabilidades em 2018, dos quais participei e que foram imensamente importantes para o amadurecimento desta pesquisa e para o meu próprio crescimento enquanto historiadora e pesquisadora. Estendo meus agradecimentos às e aos colegas que leram e discutiram partes desse trabalho durante os seminários: suas críticas e sugestões foram e são sempre bem-vindas.

Gostaria de agradecer ao professor Fábio Sapragnas Andrioni, que acompanhou este trabalho desde o início, tendo participado como debatedor dele desde que era ainda um “embrião”, um mero fichamento das fontes, passando por minha banca de qualificação e pela banca de defesa. Sua leitura crítica e seus questionamentos me são sempre relevantes. Estendo meus agradecimentos à participação do professor Bernardo Guadalupe Brandão em minha banca de qualificação e à professora Joana Campos Clímaco, pela leitura deste trabalho e por sua participação na banca de defesa. Desde as primeiras vezes em que começamos a manter contato via e-mail e quando nos conhecemos pessoalmente no I Simpósio Internacional de Egiptologia da USP, percebi que seria uma ótima interlocutora para minha pesquisa.

Também sou grata à professora Andréa Carla Doré por presidir minha banca de defesa durante a saída do professor Rafael para o seu pós-doutorado em Paris.

Deixo aqui registrado o meu agradecimento à professora Cristina Carta Cardoso de Medeiros, que ministrou tão brilhantemente uma disciplina sobre a teoria sociológica de Pierre Bourdieu no primeiro semestre de 2018. Sua paixão pela docência é perfeitamente refletida em sua didática.

Estendo meus agradecimentos àquelas e àqueles que me permitiram conhecer a língua francesa – conhecimento mais do que essencial para o desenvolvimento dessa pesquisa: professora Patrícia Sobczynski Gonçalves, professora Ana Carolina Muniz e professor Sylvain Bureau, todos do Celin – UFPR. Guardarei sempre as boas lembranças de suas aulas e o conhecimento adquirido junto com vocês. Agradeço ao Celin pela concessão de bolsas de estudo para que eu pudesse ir além das barreiras linguísticas.

Uma importante ajuda que recebi durante o mestrado para o desenvolvimento da pesquisa veio da própria França. Parte das fontes aqui utilizadas me foi enviada de bom grado pelo *Musée Champollion*, situado em Figeac. Agradeço à instituição através da pessoa de Stéphanie Lebreton, com quem mantive contato e que se mostrou sempre solícita ao envio de materiais bastante úteis. *Merci!*

Não poderia deixar de agradecer à minha base de tudo: minha família.

Agradeço primeiro ao meu pai, Valdir Cabral, por sempre ouvir meu ponto de vista, por todo o apoio que sempre me deu e por ser tão dedicado à nossa família.

Agradeço à minha mãe, Mara Regina Cabral, que venceu um câncer de mama durante meu mestrado, e que mesmo quando estava em tratamento de uma doença tão severa sendo tão jovem, continuou trabalhando, continuou lutando... Você é um grande exemplo para mim, a mulher mais forte que conheço. Obrigada por me ensinar a ser quem sou e por me admirar tanto, mesmo eu sendo tão diferente de você.

Sou muito grata ao meu irmão e melhor amigo, Leonardo Cabral. Nossas discussões e planos conjuntos me ajudaram a ser quem sou e eu não saberia o que fazer da vida sem os seus conselhos de irmão mais novo! Te amo - e sei que a recíproca é verdadeira!

Não poderia deixar de mencionar aqui a importância das queridas amigas que conheci durante minhas aventuras na seara da sociologia política: Maíra Gandin e Seani Duarte. Conhecer vocês e dividir esses anos com sua amizade fizeram minhas idas ao campus Reitoria muito mais prazerosas. Obrigada por tudo, gurias.

Já chegando ao fim dos meus (longos) agradecimentos, gostaria de registrar que sou muito grata àquele que participou dessa jornada desde muito perto do início ao fim, compartilhando de todos os bons e nem tão bons momentos que passei nesses dois anos: meu

companheiro, Robson Bertasso. Obrigada por tudo! Não poderia expressar em palavras o quanto fico feliz em ter acatado a louca proposta de escolhermos a mesma profissão. Se hoje sou uma historiadora, é porque você concebeu essa ideia antes mesmo que eu. Estendo meus agradecimentos também à sua família, que hoje considero um pouco minha também, principalmente às queridas Mery, Hellen e Nay.

Por último, agradeço a quem financiou a elaboração dessa pesquisa: a sociedade brasileira. Especialmente, sou grata àquelas e àqueles que, no Brasil, pagam, proporcionalmente, mais impostos do que os mais ricos. São aquelas e aqueles a quem Eduardo Galeano chamou em seu poema de “os ninguéns”, que se sacrificaram para que hoje eu mesma pudesse ser “alguém”:

Os ninguéns: os filhos de ninguém, os dono de nada.

Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos:

Que não são embora sejam.

Que não falam idiomas, falam dialetos.

Que não praticam religiões, praticam superstições.

Que não fazem arte, fazem artesanato.

Que não são seres humanos, são recursos humanos.

Que não têm cultura, têm folclore.

Que não têm cara, têm braços.

Que não têm nome, têm número.

Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local.

Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Mas o Tempo, infelizmente, embora faça florescerem e murcharem animais e vegetais com surpreendente pontualidade, não tem o mesmo efeito simples sobre a mente humana. A mente humana, por outro lado, atua com igual estranheza sobre o corpo do tempo. Uma hora, uma vez alojada no estranho elemento do espírito humano, pode ser estendida cinquenta a cem vezes mais do que a sua duração no relógio; inversamente, uma hora pode ser representada com precisão por um segundo, no tempo mental. Esta extraordinária discrepância entre o tempo do relógio e o tempo da mente é menos conhecida do que deveria ser e merece investigação mais completa.

[...]

Ele se defrontava com problemas que têm confundido os maiores sábios — tais como: O que é o amor? O que é a amizade? O que é a verdade? —, mas, quando pensava nisso, todo o seu passado, que lhe parecia tão longo e variado, precipitava-se num segundo prestes a cair, dilatava-lhe uma dúzia de vezes o tamanho natural, coloria-o com mil matizes e enchia-o com toda a miscelânea do universo. Com tal pensamento (ou qualquer que seja o nome que lhe dermos) ele passou meses e anos de sua vida. Não seria exagero dizer que saía depois do café da manhã como um homem de trinta e voltava para casa para jantar como um homem de pelo menos cinquenta e cinco. Algumas semanas acrescentavam um século à sua idade, outras não mais que três segundos, no máximo. De um modo geral, a tarefa de calcular a duração da vida humana está acima da nossa capacidade, pois quando dizemos que algo dura séculos somos lembrados de que é mais breve do que a queda de uma pétala de rosa.

(Virgínia Woolf, Orlando)

RESUMO

Durante a primeira metade do século XIX, a França passou por uma série de mudanças em sua configuração político-social. Foi nesse período de intensas transformações que Jean-François Champollion (1790-1832), reconhecido principalmente por seus estudos relacionados ao Antigo Egito, viveu e desenvolveu sua carreira. A presente pesquisa, tendo como foco sua trajetória, visa compreender como, a partir de quais instituições e através de quais meios e estratégias, um agente oriundo de uma região provinciana francesa conseguiu se estabelecer em um momento consideravelmente adverso a tais objetivos, onde os universos da ciência, do ensino e da política estavam completamente atrelados e sofrendo, por conseguinte, enormes instabilidades. Assim, visamos explorar sua trajetória a partir de três grandes eixos temáticos com os quais Jean-François Champollion se relacionou, a saber, a história, a filologia e a arqueologia. Procuramos tensionar como foi a sua atuação nesses meios, destacando o importante papel da mobilização das redes de sociabilidades para o seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Jean-François Champollion; Século XIX; História Intelectual; Egiptologia Francesa; Sociabilidades.

ABSTRACT

During the first half of the XIX century, France went through a series of social-political changes. It was in this period of intense transformations that the scholar Jean-François Champollion (1790-1832), mainly recognized by its studies related to the Ancient Egypt, lived and developed its career. This research, having the focus on his trajectory, seeks to comprehend how, through which institutions and from which means and strategies, an agent from a provincial region of France got to establish itself in a hostile moment to such objectives, where science, education and politics were connected and suffering, due to tremendous instabilities. Therefore, we aim to explore by the three themes on which Jean-François Champollion related, to know, the history, the philology and the archeology. We seek to evaluate how was its procedures in these fields, highlighting the important role of mobilizing social networks for their development.

Keywords: Jean-François Champollion; XIX Century; Intellectual History; French Egyptology; Sociabilities.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – APROXIMAÇÃO DOS NOMES DE CIDADES ESCRITAS EM TRÊS LÍNGUAS.....	64
---------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – CATEGORIAS DE HISTORIADORES.....	45
QUADRO 2 – PRODUÇÃO INTELECTUAL DE JEAN-FRANÇOIS CHAMPOLLION ANTERIOR AO EXÍLIO.....	62
QUADRO 3 – PRODUÇÃO INTELECTUAL DE JEAN-FRANÇOIS CHAMPOLLION ATÉ 1822.....	80
QUADRO 4 – OBJETIVOS DA MISSÃO FRANCO-TOSCANA AO EGITO.....	101
QUADRO 5 – ELEIÇÃO DE 1824 PARA A ACADEMIA REAL DE INSCRIÇÕES E BELAS LETRAS.....	105
QUADRO 6 – ELEIÇÃO DE 1829 PARA A ACADEMIA REAL DE INSCRIÇÕES E BELAS LETRAS.....	106

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. JEAN-FRANÇOIS CHAMPOLLION E A HISTÓRIA: O ALVORECER DE UMA CARREIRA DOCENTE	22
1.1 A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO FRANCÊS: DOS PROJETOS REVOLUCIONÁRIOS À UNIVERSIDADE IMPERIAL DE NAPOLEÃO BONAPARTE.....	23
1.2 A INSERÇÃO DE JEAN-FRANÇOIS CHAMPOLLION NOS CÍRCULOS ERUDITOS DE GRENOBLE E A SUA NOMEAÇÃO PARA A FACULDADE DE LETRAS.....	32
1.3 O CURSO DE HISTÓRIA DE 1810 E A CONCEPÇÃO HISTÓRICA DE JEAN-FRANÇOIS CHAMPOLLION	37
1.3.1 Da história em geral e suas bases, a cronologia e a geografia comparada	37
1.3.2 Da maneira de escrever a história; dos meios que nos restam para isso – reflexões críticas sobre os historiadores.....	43
1.3.3 Jean-François Champollion e as concepções de história de Condorcet e Volney.....	46
2. JEAN-FRANÇOIS CHAMPOLLION E A FILOLOGIA: ANTIGOS LUGARES, NOVOS HORIZONTES	52
2.1 ESPAÇOS ERUDITOS, ACADEMIAS E A DINÂMICA DOS ESTUDOS FILOLÓGICOS NA FRANÇA DO INÍCIO DO SÉCULO XIX.....	53
2.2 OS PRIMEIROS ESTUDOS DE JEAN-FRANÇOIS CHAMPOLLION SOBRE O ANTIGO EGITO.....	59
2.3 DOS EFEITOS DE UM EXÍLIO: JEAN-FRANÇOIS CHAMPOLLION E O ESTUDO DA LÍNGUA EGÍPCIA EM FIGEAC	66
2.4 AS ETAPAS DA DECIFRAÇÃO DOS HIERÓGLIFOS	75
2.4.1 Jean-François Champollion e a <i>Lettre à M. Dacier</i>	80
3. JEAN-FRANÇOIS CHAMPOLLION E A ARQUEOLOGIA: CONSOLIDAÇÃO INSTITUCIONAL E CONSAGRAÇÃO CIENTÍFICA	85

3.1 ANTIQUARISMO E ARQUEOLOGIA NO INÍCIO DO SÉCULO XIX.....	86
3.2 INTERLOCUÇÕES EUROPEIAS: OS IRMÃOS HUMBOLDT, A VIAGEM À ITÁLIA E A ORIGEM DA DIVISÃO EGÍPCIA DO MUSEU REAL DO LOUVRE	90
3.3 A MISSÃO FRANCO-TOSCANA AO EGITO.....	99
3.4 DO NILO AO SENA: A CONSAGRAÇÃO CIENTÍFICA DE JEAN-FRANÇOIS CHAMPOLLION NA FRANÇA	103
3.4.1 A eleição para a Academia Real de Inscrições e Belas Letras	104
3.4.2 A política de cadeiras no <i>Collège Royal de France</i> e a eleição de Jean-François Champollion.....	107
3.4.3 O curso de Arqueologia e sua aula inaugural	112
CONSIDERAÇÕES	118
FONTES	121
LEIS	122
REFERÊNCIAS	122
ANEXO 1 – BIOBIBLIOGRAFIA DE JEAN-FRANÇOIS CHAMPOLLION (1790- 1832)	130

INTRODUÇÃO

Em 4 de março de 1832, era anunciado, em Paris, o falecimento precoce de Jean-François Champollion (1790-1832). O jornal *Le Temps*, que fez a cobertura de seu sepultamento, relatou que várias pessoas ligadas ao *Institut National*, ao *Collège Royal de France*, ao Museu Real do Louvre, à Biblioteca Nacional Francesa, bem como personalidades políticas, estiveram presentes para prestar suas últimas homenagens. Eram representantes de instituições que, ao longo de sua vida, ele se envolveu constantemente, fosse frequentando cursos, pesquisando nos acervos, pleiteando financiamentos ou ainda postos profissionais – elementos sem os quais sua carreira letrada certamente não teria tido o mesmo sucesso. Assim, narrava o noticiário: “a aflição de todos os eruditos que assistiam a essa triste cerimônia testemunhava, profundamente, a perda irreparável para a ciência” (LE TEMPS, 1832, tradução nossa) que ela representava.

Historiador, filólogo, conservador e arqueólogo. Ainda que ele seja distinguido, principalmente, como o responsável pela decifração da antiga língua egípcia, Champollion, o jovem – como era conhecido – deixou uma vasta contribuição a todos os referidos campos do conhecimento.

Nascido em 23 de dezembro de 1790, na pequena cidade de Figeac, localizada no departamento¹ de Lot, sua trajetória foi marcada por vários acontecimentos políticos de uma França altamente instável. Em menos de três décadas, o país enfrentou um período revolucionário (1789-1799), sofreu um golpe de Estado aplicado por Napoleão Bonaparte (1799), assistiu à ascensão e queda de um império (1804-1814) e testemunhou uma restauração monárquica (1814-1815).

O que se verá ao longo desta dissertação é a análise da trajetória de Jean-François Champollion em meio às transformações político-sociais que atravessavam a França, em particular, e a Europa, em geral. Afinal, como estas influenciaram, fosse positivamente ou negativamente, no desenvolvimento de sua carreira erudita? Quais foram os caminhos escolhidos para a conquista de certas posições institucionais? E os efeitos de seus

¹ Departamentos são subdivisões administrativas do território francês, ficando sob as regiões e sobre as cidades/comunas. Em uma analogia à divisão administrativa brasileira, os departamentos são como os “estados”.

posicionamentos? Como a sua teoria decifrativa da antiga língua egípcia foi desenvolvida e, posteriormente, de que maneira ela se consolidou no universo letrado europeu?

A princípio, poder-se-ia atribuir aos méritos dos trabalhos individuais as respostas a esses questionamentos. Contudo, numa época em que não havia sistemas de ensino e de pesquisa relativamente autônomos dos ensejos políticos, sofrendo, por conseguinte, forte influência deles, os triunfos particulares se confundiam com o que Robert Darnton (1987, p. 18) denominou de “dependência de proteção”. Em outras palavras, não bastava desenvolver somente reflexões inovadoras, era necessário conhecer as pessoas certas para lograr qualquer êxito, o que implicava no engendramento de certas estratégias político-sociais. Eram elas que proporcionariam, basicamente, o acesso a determinados materiais, possibilitariam novas oportunidades profissionais e mobilizariam os mais diversos tipos de apoio. Ao longo desta dissertação, denominamos tal fenômeno como construção de “redes de sociabilidades”.

O uso desta categoria nas pesquisas históricas assumiu, no decorrer do século XX, várias formas². Um dos mais comuns, com efeito, foi o de associá-lo à vida individual em sua inserção mais ampla à coletividade humana cotidiana. As associações seriam, nesse caso, um dos principais exemplos de sociabilidade geral, afinal, como sugere Maurice Agulhon,

quanto mais numerosas e diversas são as relações interpessoais, mais grupos elas colocam em jogo: a família, a paróquia, a concelho, o ofício ou o grupo da faixa etária são uma espécie de enquadramento mínimo, aos quais virão – ou não virão – se juntar o partido político, o clube esportivo, a sociedade beneficente ou tudo o que podemos ainda imaginar. Por outro lado, quanto mais ativa é uma associação, maior é a necessidade de fortalecer sua organização interna: os jovens que jogam bola em um terreno baldio não precisam de presidente, de tesoureiro nem de secretário, mas assim que queiram ter um terreno fechado, comprar um material “regulamentar” e participar de competições regradas, o grupo de amigos frequentadores deve se tornar um clube, com escritório, um local e um estatuto (2019, p. 21).

No caso de nosso estudo, contudo, as redes de sociabilidades adquirem um sentido relativamente distinto, uma vez que visavam finalidades específicas a partir de certos mecanismos, como busca de apoios políticos, trocas de conhecimento, fortalecimento cultural, entre outros. Dessa maneira, a noção de “capital social”, elaborada por Pierre Bourdieu (1980), está muito mais próxima de nossa formulação. Segundo o sociólogo, a noção de capital social

² Para um exame mais detido acerca dessa questão, conferir Luiz Carlos Ribeiro (2019).

se impôs como o único meio de designar o princípio de efeitos sociais que, mesmo sendo claramente compreendidos no plano dos agentes singulares [...], não se deixam reduzir ao conjunto das propriedades individuais possuídas por um determinado agente. Tais efeitos, onde a sociologia espontânea reconhece, com boa vontade, as ações das “relações”, são particularmente visíveis em todos os casos onde diferentes indivíduos obtêm um rendimento muito desigual de um capital (econômico ou cultural) aproximadamente equivalente segundo o grau ao qual eles podem mobilizar, por procuração, o capital de um grupo (família, antigos estudantes de escolas de “elite”, clube seletivo, nobreza etc.) mais ou menos constituído como tal e mais ou menos provido de capital.

Ou seja, de acordo com Pierre Bourdieu, o capital social é o conjunto de recursos que, em suma, estão ligados à posse de uma “rede duradoura de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento”. Em outras palavras, ele se refere à “vinculação a um grupo de agentes que, além de serem dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), estão unidos por ligações permanentes e úteis” (1980, p. 2).

Assim sendo, acreditamos que grande parte do êxito profissional e letrado de Jean-François Champollion ocorreu em virtude não apenas de sua sagacidade, mas também, e sobretudo, das redes de sociabilidades construídas, as quais foram possíveis a partir do contínuo aprendizado do funcionamento das estruturas sociais da época. Afinal, como salienta Pierre Bourdieu (1980, p. 3), “o volume de capital social que possui um agente particular depende, portanto, do alcance das redes de conexões que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) possuído como próprio por cada um daqueles aos quais está ligado”.

O tema da sociabilidade foi, então, aqui explorado a partir de trocas epistolares disponíveis, principalmente, nas seguintes antologias³:

- **Lettres de Champollion le Jeune.** Tome Première: lettres écrites d’Italie. Trata-se de um conjunto de correspondências ativas, isto é, escritas por nosso erudito entre 1824 e 1827, que foram reunidas, transcritas e publicadas pela professora Hermine Hartleben em 1909.
- **Correspondances.** Figeac et les frères Champollion. As fontes aqui reunidas, e que se encontram preservadas nos arquivos departamentais de Isère, foram publicadas

³ Utilizou-se, também, correspondências que foram publicadas separadamente. A lista completa se encontra ao final desta dissertação.

pela egiptóloga francesa Karine Madrigal em 2016. Dentre os materiais, destacam-se as correspondências ativas que foram escritas por Jacques-Joseph e Jean-François entre 1815 e 1817, bem como os documentos ministeriais e os relatórios policiais que se referem ao exílio dos dois irmãos.

Tal como escreveu Rafael Faraco Benthien (2019, p. 106) em sua análise sobre as relações entre Marcel Mauss e Henri Hubert, presumimos que “a documentação epistolar condensa em um mesmo tempo-espaço, o das cartas trocadas, um sem número de informações que tornam nossa compreensão da atividade científica mais complexa”.

A análise dessa série documental seguiu, praticamente, um mesmo procedimento. Primeiramente, foi realizado um levantamento das correspondências, identificando as datas, os assuntos, os remetentes e os agentes citados nelas. Formou-se, então, uma base de dados com essas informações. Organizou-se, a partir disso, uma triagem de materiais que possibilitassem uma análise relacional, sobretudo, com as obras e com as construções de redes. Verificou-se, desse modo, a possibilidade de reconstruir as condições que envolviam as produções eruditas de Jean-François Champollion (acionadas em vários momentos desta dissertação), bem como as questões por trás de suas conquistas e perdas institucionais.

Tal metodologia encontra-se amparada na proposta de *Uma ciência das obras*, elaborada por Pierre Bourdieu (1996). Buscando evitar modelos reducionistas de análises, que compreendem as obras apenas em si (internalista) ou ainda como um mero reflexo da sociedade na qual está inserida (externalista), o sociólogo francês propôs um modelo interpretativo que visava realizar o cruzamento de uma leitura interna com uma externa dos materiais, problematizando comparativamente as obras e o espaço de seus produtores, isto é, o microcosmo social. Para Pierre Bourdieu,

[...] é no horizonte particular dessas relações de forças específicas, e de lutas que têm por objetivo conservá-las ou transformá-las, que se engendram as estratégias dos produtores, a forma de arte que defendem, as alianças que estabelecem, as escolas que fundam, e isso por meio dos interesses específicos que são aí determinados (1996, p. 60).

Assim, o nosso procedimento analítico documental consistiu no discernimento e, em seguida, no cruzamento de certas reflexões de Jean-François Champollion, fossem elas históricas, filológicas ou arqueológicas, com as transformações político-sociais que a França estava passando, com o funcionamento das instituições de ensino e de pesquisa (chave para

compreender o desenvolvimento de sua carreira erudita) e com a construção de determinadas sociabilidades.

Quanto à noção de trajetória, procuramos abordá-la, ao longo desta dissertação, sem dissociá-la dos aspectos mais amplos que a envolvem. Nossa proposta vai ao encontro das formulações de Paulo Guérios (2011). Ao sintetizar suas reflexões acerca da investigação de trajetórias, e usando como estudo de caso seu próprio trabalho sobre o compositor brasileiro Heitor Villa-Lobos, o antropólogo afirma que não se deve dissociar ou simplesmente colocar em oposição o par “indivíduo” e “sociedade”, uma vez que ambos estão intimamente ligados e se influenciam simultaneamente. Procuramos, aqui, realizar uma abordagem que não polarizasse o indivíduo e a sociedade; o micro e o macro; o particular e o todo. Afinal, tal como ele assevera,

o estudo de uma trajetória individual nestes termos parece assim ser um *locus* rico para complexificar nossa compreensão acerca da dinâmica de funcionamento de diferentes configurações sociais em diferentes níveis de análise. Entretanto, isto apenas pode ocorrer sob a condição de que a pesquisa se apoie em uma cuidadosa análise das redes de interdependência nas quais esta trajetória está ancorada, ao mesmo tempo em que se considera a inserção destas redes em um quadro mais geral (GUÉRIOS, 2011, p. 24).

Exploramos, desse modo, o nosso objeto a partir de três eixos temáticos com os quais ele atuou ao longo de sua vida, a saber, a história, a filologia e a arqueologia, a partir de uma leitura do geral para o particular e vice-versa.

O primeiro capítulo, “Jean-François Champollion e a História: o Alvorecer de Uma Carreira Docente”, discute, a partir de um panorama acerca das reformas educacionais promovidas desde o período revolucionário até a Universidade Imperial de Napoleão Bonaparte, suas primeiras atuações eruditas e profissionais. Tal procedimento nos auxilia a compreender as implicações estruturais que permitiram a ele se tornar professor de história na Faculdade de Letras de Grenoble – o que veio a ocorrer, principalmente, por meio de sua inserção nos círculos letrados da cidade. Além disso, abordamos, mais detidamente, as duas primeiras aulas do curso, as quais foram ministradas em 1810. Elas carregavam, respectivamente, os títulos *Da história em geral e suas bases, a cronologia e a geografia comparada* e *Da maneira de escrever a história; dos meios que nos restam para isso – reflexões críticas sobre os historiadores*. Em tal análise, almejamos delinear qual a concepção histórica apresentada nas lições, bem como a sua proximidade ou distanciamento de outras visões próximas, temporalmente e territorialmente, dela. De modo específico,

traçamos uma comparação entre sua perspectiva com as de Marie Jean Antoine Nicolas de Caritat, o marquês de Condorcet (1743-1794), e de Constantin-François de Chassebœuf (1757-1820), comumente conhecido como conde de Volney⁴.

O segundo capítulo, “Jean-François Champollion e a Filologia: Antigos Lugares, Novos Horizontes”, por sua vez, realiza uma análise acerca do funcionamento das instituições francesas de pesquisa na virada do século XVIII para o XIX, especialmente no campo filológico, situando as suas práticas e produções nelas. Os primeiros estudos sobre o Antigo Egito são abordados – desde as obras produzidas nos primeiros anos de sua carreira, até a mobilização que ele e seu irmão, Jacques-Joseph Champollion (1778-1867), tiveram que desempenhar para obter acesso aos materiais que lhes seriam úteis aos estudos. Exploramos, na sequência, a perseguição política que ambos sofreram após a queda do império, as quais resultaram no exílio em sua cidade natal entre 1816 e 1817, bem como as consequências disso às pesquisas. Ao cabo, propomos uma reflexão sobre as etapas da decifração dos hieróglifos egípcios, percorrendo, numa perspectiva geral, dos primeiros estudos que se dedicaram a esta tarefa nos séculos XVII e XVIII, ao trabalho desenvolvido por Jean-François Champollion – especialmente a famosa *Lettre à M. Dacier* apresentada em 1822 na Academia Real de Inscrições e Belas Letras.

Por fim, o terceiro e último capítulo, “Jean-François Champollion e a Arqueologia: Consolidação Institucional e Consagração Científica”, versa sobre os seus últimos atos profissionais no que podia, então, se chamar de arqueologia. Em um primeiro momento, refletimos sobre as práticas arqueológicas e as possibilidades de defini-las no início do século XIX em vista de suas raízes no chamado Antiquarismo. Em seguida, retoma-se o tema das sociabilidades eruditas para tratar das relações internacionais de Jean-François Champollion – mais precisamente, com os irmãos prussianos Alexander (1769-1859) e Wilhelm von Humboldt (1767-1835), e de sua viagem à península itálica. Ademais, suas atuações na função de conservador do Museu Real Egípcio de Turim e, posteriormente, na Divisão Egípcia do Museu Real do Louvre também são abordadas. Na sequência, examinamos a proposta de uma expedição científica franco-toscana ao Egito, encabeçada por Champollion, o jovem, e Ippolito Rosellini (1800-1843). Tal projeto tinha vários objetivos, tais como coletar inscrições, realizar pesquisas junto às ruínas daquela civilização,

⁴ Trata-se de um pseudônimo criado a partir da contração dos nomes “Voltaire” e “Ferney” (comuna francesa onde o filósofo Voltaire viveu no século XVIII). Segundo François Hartog (2015, p. 125), Volney foi senador e recebeu o título de conde somente durante o Império de Bonaparte.

adquirir peças para compor as coleções francesas e italianas, a fim de colocar à prova suas teorias filológicas. A viagem viria a ocorrer, de fato, entre os anos de 1828 e 1829, e percorreria o Egito e a Núbia. Ao fim, arrematamos o último capítulo desta dissertação versando acerca do que consideramos como o ápice da carreira de nosso erudito entre 1830 e 1832, a saber, sua eleição para a Academia Real de Inscrições e Belas Letras e a criação de uma cadeira de “Arqueologia” na renomada instituição do *Collège Royal de France* para ele.

As leitoras e os leitores encontrarão, ainda, um anexo ao final da dissertação. Ele apresenta, de forma cronológica e sucinta, eventos políticos e de sua vida, bem como suas produções científicas realizadas.

Acrescentamos, enfim, que este trabalho não almeja formular uma análise completa e definitiva acerca da vida de Jean-François Champollion. Ele apenas se debruça sobre uma particularidade que nos auxilia a complexificar o entendimento de suas obras, bem como a lançar luzes para a compreensão da dinâmica da produção científica francesa na primeira metade do século XIX, a saber: suas redes de sociabilidades.

1. JEAN-FRANÇOIS CHAMPOLLION E A HISTÓRIA: O ALVORECER DE UMA CARREIRA DOCENTE

Escrever a história, em certo sentido, vem a ser conformar-se com os limites da condição humana, lidar não com a verdade, mas com a verdade possível no próprio momento de escrita da obra. Essa inquietação diante da (im)possibilidade com relação ao passado deve ter sido um dos fatores que o tornaram espesso: sua espessura decorre da percepção de que, em vez daquela espécie de limpidez diáfana com que dele se aproximava o mito, tratava-se de uma categoria complexa. Falar das causas, das fontes e do método implica dobrar o acontecido, tornar complexo o passado sobre o qual se escreve e complexo o futuro para o qual se escreve.

(Jacyntho Lins Brandão, 2016)

Muito além de ser apenas uma prática que versa unicamente sobre o passado, a escrita da história se encontra em conexão direta com o presente no qual foi produzida. Considerar não somente os mecanismos empregados em sua construção narrativa, como as condições que a envolviam no ato de sua produção torna-se fundamental para obter uma compreensão mais articulada da historiografia e da própria razão de ser da história.

Ao traçar a análise do primeiro capítulo desta dissertação, tomamos por princípio problematizar o pensar, o fazer e o ensinar a história no que se refere ao alvorecer da carreira docente de Jean-François Champollion, tensionando-a à luz das paisagens políticas e eruditas nas quais ela estava inserida. Tratava-se, afinal, de uma conjuntura político-social marcada por uma série de transformações na sociedade francesa, haja vista que em menos de duas décadas (1790-1800), testemunhou-se nela uma insurreição revolucionária contra o Antigo Regime, a instalação de uma república, um golpe de estado, bem como a ascensão de um império. Todos esses fatores, em certa medida, tiveram incidência neste momento da trajetória de nosso erudito.

Em um primeiro momento explicitaremos, portanto, como ocorreu a organização do sistema educacional francês na virada dos séculos XVIII para o XIX à luz das mudanças propostas ao longo do período revolucionário, bem como do período napoleônico. Em seguida, versaremos sobre os círculos eruditos de Grenoble, explorando as sociabilidades que contribuíram diretamente para a inserção de Jean-François Champollion em seu meio e que o alçaram ao posto de professor de história da Faculdade de Letras em 1810. Na sequência, examinaremos detidamente as duas primeiras aulas do seu curso, identificando

os preceitos de sua visão historiográfica, bem como seus potenciais referenciais. Esboçaremos, ao final, uma comparação de sua concepção histórica às de dois dos principais expoentes do pensamento erudito do final do século XVIII, Condorcet (1743-1794), e Volney (1757-1820), a fim de identificar possíveis aproximações ou distanciamentos.

1.1 A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO FRANCÊS: DOS PROJETOS REVOLUCIONÁRIOS À UNIVERSIDADE IMPERIAL DE NAPOLEÃO BONAPARTE

Em 1810, Jean-François Champollion abria, oficialmente, seu curso de história na Faculdade de Letras de Grenoble. Era a sua primeira experiência profissional no ensino, a qual foi possível através de uma série de fatores que avaliaremos adiante. Por trás desta instituição, encontrava-se uma estrutura em constante transformação desde o período revolucionário, cujos mecanismos de cooptação de professores obedeciam a critérios que, muitas vezes, ultrapassavam os méritos individuais. Compreender a formação e o funcionamento dela nos auxilia a complexificar esse momento de sua trajetória.

Iniciada em 1789, a Revolução Francesa foi um acontecimento que modificou profundamente as estruturas sociais da época. A partir dela, uma nova configuração política fora estabelecida, simultaneamente a uma série de ações que visavam obliterar quaisquer resquícios do “Antigo Regime”⁵ na França. Assim, instituições foram suprimidas, símbolos e monumentos de outrora destruídos, livros e documentos incinerados em nome de uma ruptura radical com o passado, que se exprimiria na constituição de um novo calendário, cujo marco inaugural seria a proclamação da república francesa (DELACROIX; DOSSE; GARCIA, 2012, p. 17).

No que concerne à instrução pública, a situação não foi distinta. Se durante o Antigo Regime a educação havia sido controlada quase que exclusivamente por congregações religiosas subordinadas à Igreja católica (GODECHOT, 1951, p. 383), no período revolucionário ela foi completamente transformada e remodelada. Émile Durkheim (1995, p. 275) observa que os revolucionários proclamaram, desde o início, a urgência de construir um sistema de ensino inteiramente novo em consonância com os anseios políticos atrelados ao projeto nacional em desenvolvimento. Almejava-se, entre outros aspectos, “forjar a

⁵ Neologismo criado em 1789, “Antigo Regime” é o termo comumente utilizado para caracterizar tudo o que precedeu à Revolução Francesa.

unidade dos cidadãos em torno dos grandes princípios de liberdade, de igualdade política e de fraternidade para além de todas as barreiras sociais e materiais que poderiam subsistir”⁶ (MAYEUR, 2004, p. 23, tradução nossa).

Em outubro de 1791, quando a Assembleia Legislativa instaurou, na França, um Comitê de Instrução Pública encarregado de empregar racionalidade nas agendas reformistas, as primeiras ações visando tais objetivos começaram a ganhar contorno. Composto, inicialmente, de vinte e quatro membros, dentre os quais destacavam-se numerosos eruditos reconhecidos, tais como o marquês de Condorcet (1743-1794) e Pierre Claude François Daunou (1761-1840), uma série de questões foi colocada em pauta por este órgão: da liberdade e do monopólio estatal à gratuidade e à laicidade educacional, passando pela sua obrigatoriedade, pelos graus de estudos, pelos programas e métodos a serem adotados, abordando a relação entre o ensino e a pesquisa, e assim por diante (MAYEUR, 2004, p. 30).

No conjunto das discussões iniciais, o ensino primário foi o principal alvo. Em 29 *frimaire an II* (no calendário atual, 19 de dezembro de 1793), a Assembleia Legislativa aprovou uma lei que o tornava obrigatório e gratuito por todo o território francês. Uma característica demasiadamente controversa havia sido, contudo, estabelecida: o ensino primário seria livre, o que na prática significaria que qualquer pessoa – à exceção dos ministros de cultos, dos antigos religiosos e dos membros da nobreza – poderia abrir uma escola sob a condição de obter autorização das administrações municipais, de fornecer um certificado de civismo, bem como de seguir os planos de estudos estabelecidos, os quais previam o desenvolvimento da escrita e da leitura, o ensino das primeiras lições de aritmética e o respeito aos preceitos nacionais. Jacques Godechot (1951, p. 386) assevera que, em razão de várias implicações práticas, tais como a ausência de professores qualificados, a oferta de salários baixos e o orçamento geral comprometido, a aplicação imediata deste projeto não obteve sucesso, culminando na revogação da obrigatoriedade educacional primária um ano após a sua determinação, bem como numa série de transformações institucionais.

As principais mudanças estruturais foram propostas na lei de 27 *brumaire an III* (17 de novembro de 1794), a qual, além de conservar as instituições livres, restringia o estabelecimento de uma escola pública para cada mil habitantes, dividindo-a em duas seções: uma para as meninas e a outra para os meninos. Tratava-se de um princípio relativamente

⁶ No original: « forger l’unité des citoyens autour des grands principes de liberté, d’égalité politique et de fraternité au-delà de toutes les barrières sociales et matérielles qui pouvaient subsister ».

antigo, oriundo da reforma católica, mas que praticamente não havia sido colocado em questão pelos revolucionários – com exceção do marquês de Condorcet⁷. No entanto, assim como a precedente, esta lei também fracassou, sobretudo por causa da imensa dificuldade em se agrupar várias cidades ao redor de apenas uma instituição pública, fazendo com que as crianças percorressem enormes distâncias a fim de assistirem regularmente suas aulas (GODECHOT, 1951, p. 387).

Ao final do regime da Convenção Nacional (1792-1795), mais uma organização do sistema de ensino fora elaborada pelo Comitê de Instrução Pública e aprovada posteriormente pela Assembleia Legislativa através da lei de 3 *brumaire an IV* (25 de outubro de 1795). Nesta nova configuração, cuja maior parte havia sido proposta por Pierre Daunou, o ensino primário cessava de ser obrigatório e exclusivamente gratuito a toda população. Em contrapartida, o ensino secundário permanecia dividido entre o poder público e as instituições livres, todavia, a novidade recaía sobre a modificação e, por conseguinte, a instalação de um estabelecimento que havia sido concebido em 1792 por Condorcet⁸: as chamadas “escolas centrais” (*écoles centrales*). De acordo com Émile Durkheim (1995, p. 280), essas instituições formariam a base de uma estrutura completamente inovadora para a época, ou seja, a primeira experiência francesa de um ensino secundário inteiramente laico, pautado principalmente, embora não exclusivamente, no ensino e no aprendizado das ciências e da natureza. Em razão disso, faz-se importante assinalar como os conteúdos eram distribuídos nessa nova estrutura.

O ensino nas escolas centrais era dividido em três ciclos. No primeiro, que abrangia estudantes de doze a catorze anos, os conteúdos abordados versavam sobre o estudo do desenho, da história natural, do latim e, eventualmente, das línguas modernas. Observa-se, contudo, que o latim possuía pouquíssima importância nesta estrutura, pois como assevera Émile Durkheim (1995, p. 280), o seu ensino “era destinado não a aprender realmente a língua, mas sobretudo a fornecer um elemento de comparação de natureza a fazer compreender melhor a língua nacional”. No ciclo seguinte, direcionado aos estudantes de catorze a dezesseis anos, os conteúdos tratavam exclusivamente do ensino das ciências,

⁷ De acordo com a autora Rebecca Roger (2004, p. 110), o marquês de Condorcet defendia uma educação pública comum a ambos os sexos como forma de promover a igualdade na sociedade, no entanto, sua proposta não angariou apoio suficiente entre os revolucionários para ser levada adiante.

⁸ Na origem, Condorcet havia concebido para o segundo grau de instrução estabelecimentos conhecidos como “institutos”, no entanto, o Comitê de Instrução Pública optou por chamá-los de “escolas centrais”, retomando o termo cunhado pelo político Jean Henri Bancal des Issarts (1750-1826).

como a matemática, a física e a química experimental. No último ciclo, voltado aos estudantes que tinham entre dezesseis e dezoito anos, o ensino era reservado à gramática geral, às belas letras, à história e à legislação. Em todos os níveis, o modelo adotado seguia uma perspectiva enciclopédica dos conteúdos, a qual pretendia formar, ao mesmo tempo, um espírito de observação e de experimentação (PROST, 1968, p. 55).

Se compararmos esta estrutura com a atual configuração do ensino secundário brasileiro, notar-se-á que ela tinha características bastante particulares em relação ao nosso modelo. A primeira delas era a inexistência de classes tal como existem na maior parte das escolas contemporâneas, uma vez que o princípio de liberdade adotado pelos revolucionários estabelecia que os cursos a serem seguidos nos ciclos correspondentes ficariam a cargo da escolha individual dos estudantes e de seus pais. A segunda característica era a ausência de programas que definissem as diretrizes básicas comuns de cada disciplina, ficando a critério das predileções de cada professor a sua formulação. Nota-se, portanto, que as escolas centrais operavam, ao mesmo tempo, uma transformação na estrutura pedagógica, nas matérias ensinadas, bem como na organização geral, sendo a ruptura com o ensino das humanidades clássicas – isto é, as áreas mais consolidadas na educação do Antigo Regime – uma das mudanças mais radicais (MAYEUR, 2004, p. 57). Em virtude disso, muitas críticas, oriundas de opositores políticos, foram direcionadas a essa estrutura, relacionadas principalmente ao seu caráter extremamente descentralizado, o qual não assegurava a qualidade do ensino, nem contribuía, segundo os olhares opositores, à construção de uma unidade de espírito do estado.

Quanto ao ensino superior, embora a revolução houvesse suprimido as antigas universidades em 1793, uma nova instituição fora concebida para se tornar o último grau de instrução na França: as chamadas “escolas especiais” (*écoles spéciales*). Entre os anos de 1793 e 1795, diversos estabelecimentos foram criados ou remodelados nesta nova configuração: o antigo Jardim do Rei (*Jardin du Roi*) fora convertido no Museu de História Natural (*Muséum d'Histoire Naturelle*), instituição voltada para o ensino de ciências; forjou-se a Escola Central dos Trabalhos Públicos (*École Centrale des Travaux Publics*), cuja função seria a de formar engenheiros militares – mais tarde ela se transformaria na Escola Politécnica (*École Polytechnique*); no âmbito da Biblioteca Nacional, organizou-se um curso de línguas orientais vivas, com aulas destinadas ao árabe, ao persa, ao malaio, ao turco e ao grego – trata-se de um precursor da Escola Nacional de Línguas Orientais Vivas (*École Nationale des Langues Orientales Vivantes*); entre outros exemplos (GODECHOT, 1951, p.

391). Eram instituições que capacitavam os futuros funcionários do Estado e que em pouco tempo conquistaram enorme prestígio na sociedade.

Nesse contexto, uma instituição em especial merece maior atenção em razão do significado dotado a ela pelos revolucionários: a Escola Normal (*École Normale*) do ano III. Conforme Erika Hültenschmidt (1990, p. 105), a “Escola Normal do ano III foi a mais impressionante utopia científica e pedagógica que a França havia conhecido”. Tratava-se de uma instituição singular, cuja proposta era a de preparar a elite dos futuros professores e administradores das escolas secundárias, a partir de uma formação enciclopédica das ciências e das artes com os eruditos mais reconhecidos do país. Sua estrutura era disposta em quatro seções: a primeira, que versava sobre a matemática, a física e a geometria descritiva, era composta por Joseph-Louis Lagrange (1736-1813), Pierre-Simon Laplace (1749-1827), René-Just Haüy (1743-1822) e Gaspard Monge (1746-1818); a segunda, que compreendia a história natural, a química e a agricultura, era composta por Louis-Jean-Marie Daubenton (1716-1800), Claude Berthollet (1748-1822) e André Thouin (1747-1824); a terceira, voltada ao estudo da geografia, da história e da moral, era composta por Volney (1757-1820) e Bernardin de Saint-Pierre (1737-1814); e a quarta, constituída pela gramática, pela “análise do entendimento” e pela literatura, era composta pelo abade Roch-Ambroise Cucurron Sicard (1742-1822), Dominique-Joseph Garat (1749-1833) e Jean-François La Harpe (1736-1803) (HÜLTENSCHMIDT, 1990, p. 106). O seu ensino serviria, portanto, mais a apresentar o método do desenvolvimento do pensamento racional e científico do que a ensinar o conteúdo das diferentes ciências e artes.

A Escola Normal abriu suas portas em 1 *pluviôse an III* (20 de janeiro de 1795), com a presença de mil e quatrocentos alunos entre a faixa etária de vinte a oitenta anos, enviados diretamente pelos distritos que possuíam ao menos vinte mil habitantes (GODECHOT, 1951, p. 390). Os cursos funcionaram, inicialmente, por apenas cinco meses em razão da falta de homogeneidade dos ouvintes e, também, do nível extremamente elevado do ensino, sendo reabertos somente durante o período napoleônico.

O projeto revolucionário para a educação durou por aproximadamente oito anos – isto é, do regime da Convenção Nacional ao regime do Diretório. Quando se concretizou o golpe aplicado por Napoleão Bonaparte em 18 *brumaire an VIII* (9 de novembro de 1799), o qual culminaria na instalação do regime do Consulado (1799-1804), uma onda de rechaço a várias reformas realizadas outrora começaram a ocorrer com demasiada intensificação. Assim sendo, tal como assevera Fritz Ringer (1992, p. 40), entre os anos de 1802 e 1808 as

autoridades consulares – posteriormente, autoridades imperiais – intentaram promover, novamente, uma organização definitiva do sistema educacional francês a fim de conter, nesta ocasião, as políticas articuladas pelo regime precedente e, ao mesmo tempo, de estabelecer uma reaproximação com o papado, haja vista que em 1794 ocorrera a sua ruptura com o Estado. Almejava-se, em síntese, articular uma racionalização administrativa do ensino, centralizando-o quase que completamente sob o controle estatal francês, sem romper totalmente com a Igreja católica.

Uma das primeiras medidas efetuadas pelo novo governo seria a promulgação da “Lei geral sobre a Instrução Pública” em 11 *floréal an X* (1 de maio de 1802), que fora arquitetada pelo erudito Antoine François de Fourcroy (1755-1809), o qual esteve à frente de várias discussões relativas ao tema desde o início do período revolucionário. Entre outros aspectos, estabelecia-se a partir dela que o ensino francês abarcaria três níveis, isto é, o primário, o secundário e o especial, dispersos em quatro categorias de estabelecimentos, a saber, nas escolas primárias, nas escolas secundárias, nos liceus (*lycées*) – que substituiriam paulatinamente as escolas centrais criadas anteriormente, adotando um programa relativamente mais próximo ao dos antigos colégios clericais – e nas escolas especiais. Outrossim, tornava-se obrigatório o ensino das línguas latina e francesa, princípios de geografia, de história e de matemática nas escolas secundárias, bem como o ensino de línguas antigas, em especial do grego e, novamente, do latim, de retórica, de lógica, de moral, elementos da matemática e da física nos liceus. Às escolas especiais, restava a mesma função de outrora: fornecer um estudo completo e aprofundado das ciências e das artes úteis (FRANÇA, 1802).

A partir deste dispositivo legal, o sistema educacional ficava completamente subjugado ao poder público: os professores primários passariam a ser escolhidos diretamente pelos conselhos municipais; os subprefeitos ficariam encarregados da organização das escolas primárias; nenhuma instituição secundária poderia ser estabelecida sem a autorização do governo, incluindo as particulares ou comunais, que ficariam submetidas a constantes fiscalizações dos “prefeitos” (*préfets*)⁹; os liceus e as escolas especiais seriam mantidas através do tesouro público; e assim por diante (FRANÇA, 1802). Em suma, a edificação de uma rede restrita de estabelecimentos educacionais visava assegurar, antes de

⁹ Nomeados diretamente pelo primeiro cônsul – posteriormente, imperador –, os prefeitos eram responsáveis pela administração geral de um departamento e tinham como seus subordinados diretos os subprefeitos e os primeiros oficiais municipais (*maires*).

tudo, o controle estatal sobre a instrução e, por conseguinte, a formação das futuras elites políticas, administrativas, militares e civis do país (SAVOIE, 2013).

A nova configuração do ensino secundário francês enfrentou vários obstáculos nos primeiros anos de sua implementação, sobretudo relacionados às estruturas físicas – uma vez que existiam pouquíssimos lugares com instalações apropriadas para o desenvolvimento das atividades pedagógicas – e aos recursos humanos –, visto que houve enormes dificuldades para se contratar docentes permanentes e pessoas capacitadas para comporem os quadros administrativos locais. Observa-se, além disso, que os liceus não conseguiram conquistar, de imediato, a confiança de grande parte das famílias, as quais preferiram matricular seus filhos em escolas privadas – na sua maioria, de vertente católica – e em instituições que ainda não haviam obtido o reconhecimento legal para funcionar.

Com a ascensão desses estabelecimentos, a ausência de garantia no fornecimento de um ensino de alta qualidade tornou-se uma preocupação de importância primordial para o governo francês. De acordo com Antoine Prost (1968, p. 25), esses elementos inquietaram as autoridades públicas que, por seu turno, temiam a desestabilização política e a desunião moral da nação, uma vez que o país havia acabado de passar por um processo revolucionário que modificara profundamente suas estruturas político-sociais. É no cerne desta conjuntura que foi engendrado, em reação às demandas supracitadas, um corpo coeso encarregado da administração de todo o sistema de ensino pelo território francês, a saber: a Universidade Imperial.

Criada através da lei de 10 de maio de 1806¹⁰, a Universidade Imperial, ao contrário da acepção atual do termo, isto é, uma instituição pautada nos pilares do ensino e da pesquisa, podia ser definida como uma corporação nacional de matriz laica, a qual detinha o monopólio da organização do ensino, do funcionamento dos estabelecimentos por todo o território francês, bem como da concessão dos títulos de estudos¹¹ (BRAMBILLA, 2009). Na perspectiva de Émile Durkheim (2002, p. 286), tratava-se de uma “ideia corporativa que a revolução quisera abolir sob todas as suas formas que renascia, porém, ampliada,

¹⁰ A lei continha os seguintes artigos: Art. 1º. Sob o nome de Universidade Imperial será formado um corpo encarregado exclusivamente do ensino e da educação pública em todo o Império. Art. 2º. Os membros do corpo professoral assumirão obrigações civis, especiais e temporárias. Art. 3º. A organização do corpo professoral será apresentada na forma de lei ao Corpo legislativo em sua sessão de 1810 (FRANÇA, 1806, tradução nossa).

¹¹ A partir de 1808, quando foram instaurados, os títulos de estudos passaram a corresponder a três categorias, cabendo lembrar, inclusive, que tratavam-se de concursos: o *baccalauréat*, um exame composto de conteúdos abordados nos liceus, cuja função era sancionar o final dos estudos secundários e possibilitar o ingresso nas faculdades; a *licence* e o *doctorat*, ambos obtidos no ensino superior.

transformada e adaptada às novas condições da existência nacional”. Seu intuito era, em suma, o de consolidar as novas instituições, em especial os liceus, unindo as várias partes da estrutura educacional a fim de estabelecer, de maneira invariável, as relações necessárias para com a administração geral (AULARD, 1911, p. 164).

Em 17 de março de 1808, o governo francês, por meio de decreto, estabeleceu as suas diretrizes organizacionais. Pode-se observar, a seguir, que os três primeiros artigos reforçavam o caráter corporativo da nova instituição:

Art. 1º. – O ensino público, em todo o Império, é confiado exclusivamente à Universidade.

Art. 2º. – Nenhuma escola e nenhum estabelecimento de instrução pode ser organizado à margem da Universidade Imperial, sem a autorização de seu chefe.

Art. 3º. – Ninguém pode abrir uma escola ou ensinar publicamente sem ser membro da Universidade Imperial e graduado por uma de suas faculdades [...] ¹² (FRANÇA, 1808, tradução nossa).

Outra medida anunciada posteriormente pelo governo foi a idealização de cinco espécies de faculdades, a saber, de teologia, de direito, de medicina, de ciências matemáticas e físicas e de letras, as quais deveriam ser instaladas nas academias ¹³ espalhadas pelo território francês. Enquanto as faculdades de direito e de medicina tinham a função de formar profissionais liberais, as faculdades de ciências e de letras preparavam e certificavam os professores para o ensino secundário. Destaca-se, desse modo, que tais instituições não incorporavam a atribuição de desenvolver pesquisas ou inovações científicas, ficando a cargo desta tarefa as escolas especiais, como a Escola Politécnica (1795), o *Collège de France* (ativo desde 1530), os salões e as academias eruditas – esta questão será abordada mais detidamente no próximo capítulo.

Um dos principais efeitos desta reforma educacional, alcançando também os estabelecimentos particulares, foi a consolidação de uma estrutura hierárquica rígida que regulava as carreiras profissionais desde a contratação até a aposentadoria dos agentes.

¹² No original: “Art. 1. – L'enseignement public, dans tout l'Empire, est confié exclusivement à l'Université. Art. 2. – Aucune école, aucun établissement quelconque d'instruction ne peut être formé hors de l'Université impériale, et sans l'autorisation de son chef. Art. 3. – Nul ne peut ouvrir d'école, ni enseigner publiquement, sans être membre de l'Université impériale, et gradué par l'une de ses Facultés” [...].

¹³ O decreto de 1808 definia, em seu artigo 4º, que a Universidade Imperial seria composta de vinte e sete academias, isto é, divisões territoriais com núcleos administrativos geridos por reitores nomeados diretamente pelo Grão-Mestre, o chefe da Universidade que compartilhava seus poderes com o Conselho da Universidade. A jurisdição da academia de Grenoble, por exemplo, alcançava os departamentos de Hautes-Alpes, Drôme e Isère (FRANÇA, 1808).

Alphonse Aulard (1911, pp. 173-174) observa que o Conselho da Universidade definiu, por meio da portaria do dia 23 de novembro de 1810, alguns requisitos necessários para o preenchimento dos cargos relacionados ao ensino, sobretudo à docência. Enquanto os professores primários passariam a ser diplomados diretamente pelo Grão-Mestre, os professores secundários, tanto na esfera pública quanto na privada, precisariam deter o título de *licencié* nas áreas de letras ou de ciências. Em relação às faculdades, exigia-se dos professores efetivos o título de doutor, que era obtido após a *licence* e a defesa de duas teses, uma sobre retórica e lógica, a qual deveria ser escrita e apresentada em latim, e a outra sobre literatura antiga (FRANÇA, 1808). Ressalta-se, contudo, que no início da implementação dessas regras os primeiros professores das faculdades de letras e de ciências foram selecionados em decorrência de suas sociabilidades, bem como de suas contribuições ao universo erudito, conquistando, via decreto imperial, o título de doutor. Veremos, adiante, que esse foi o caso de Jean-François Champollion e de seu irmão mais velho, Jacques-Joseph Champollion.

Essas medidas visavam, entre outros aspectos, conter os avanços dos estabelecimentos comunais e privados através do fortalecimento burocrático da máquina pública, bem como da imposição de exigências legais específicas a eles¹⁴. No entanto, de acordo com Antoine Prost (1968, p. 26), os efeitos foram, em sua essência, artificiais, uma vez que as instituições particulares negociaram um período de *vacatio legis* com as autoridades e, ao mesmo tempo, propagaram-se pelas vilas onde o ensino público ainda não havia alcançado. A batalha entre a educação pública e a educação privada se prolongou até os anos finais do Império, tendo como desfecho o desgaste do monopólio estatal, que fora convertido em uma espécie de mecanismo de “controle particularmente severo do ensino” (PROST, 1968, p. 26).

Foi nesta estrutura, portanto, que Jean-François Champollion desenvolveu a sua atividade docente. Todas essas transformações estruturais, bem como os importantes círculos de sociabilidades nos quais ele esteve envolvido foram cruciais para que, mesmo em meio às adversidades político-sociais do momento, a sua trajetória fosse marcada por

¹⁴ Antoine Prost (1968, p. 26) observa que a Universidade Imperial impôs duas exigências aos estabelecimentos privados: uma de ordem financeira, que obrigava o pagamento de uma taxa igual a todos os estudantes, sendo eles internos ou não, e a outra de ordem pedagógica, que exigia a apresentação de um “certificado de estudos” pelos candidatos oriundos dessas instituições que pretendiam prestar o exame do *baccalauréat*, o qual atestaria a efetuação dos dois últimos anos de suas formações em um estabelecimento público conforme previa o estatuto do dia 18 de outubro de 1808.

uma relativa ascensão de sua carreira relacionada ao ensino da história e ao estudo da antiguidade. É o que veremos a seguir.

1.2 A INSERÇÃO DE JEAN-FRANÇOIS CHAMPOLLION NOS CÍRCULOS ERUDITOS DE GRENOBLE E A SUA NOMEAÇÃO PARA A FACULDADE DE LETRAS

Nas primeiras décadas do século XIX, a Sociedade de Ciências e Artes era um dos principais espaços de sociabilidades literárias e científicas da cidade de Grenoble, reunindo diversas personalidades eruditas e políticas (PAQUET, 1973, p. 30). Tratava-se de uma instituição cujas origens remontam ao século XVIII, precisamente à década de 1770, quando um grupo de notáveis adquiriu a rica coleção de documentos, livros e manuscritos deixada pelo bispo católico Jean de Caulet (1693-1771). Formou-se, a partir disso, um conselho de gestão composto de vinte e cinco membros, que fora aprovado em 1780 por uma carta-patente do rei Luís XVI sob o nome de Sociedade Literária. Inicialmente, esta instituição ficaria encarregada da salvaguarda dos materiais, bem como de oferecer aos interessados os meios de estudos necessários sobre os mais variados assuntos (BULLETIN, 1842, p. 5).

Paulatinamente, a Sociedade Literária passou a expandir suas ações, promovendo sessões públicas com apresentações de trabalhos, discussões e, também, a publicação periódica de ensaios e artigos originais. O impacto de suas produções conduziu o rei Luís XVI a elevar, em março de 1789, novamente via carta-patente, a Sociedade Literária de Grenoble à categoria de academia, renomeando-a de *Académie Delphinale*. De modo efetivo, isso significava, por exemplo, que a instituição passaria a contar com o número de trinta e seis membros e cem associados livres, que seus trabalhos versariam sobre as ciências, as letras e as artes, e que suas opiniões deveriam ser dirigidas ao “progresso da agricultura, do comércio e da indústria” regional (BULLETIN, 1842, p. 6). Entre os membros ativos, encontravam-se, portanto, agentes pertencentes à elite política local, como Joseph-Marie de Barral (1742-1828), primeiro oficial da cidade de Grenoble, Jean-Joseph Mounier (1758-1806), secretário da comissão intermediária dos Estados de *Dauphiné*, Jacques-Fortunat Savoye-Rollin (1754-1823), conselheiro do parlamento, bem como o comandante militar Déodat Gratet de Dolomieu (1750-1801), indicando-nos a importância que essa instituição tinha para além do espectro letrado. Em outras palavras, tratava-se de um ambiente que proporcionava uma confluência entre os universos da política e da erudição.

As atividades da nova academia duraram por apenas quatro anos, haja vista que em 8 de agosto de 1793 a Convenção Nacional publicara um decreto no qual se suprimia “as academias e as sociedades literárias patenteadas ou dotadas pela nação”, colocando sob a supervisão de autoridades constituídas os estabelecimentos ligados a elas, tais como as bibliotecas, os museus, os gabinetes, os jardins botânicos, e assim por diante (FRANÇA, 1793). Em 1796, houve uma tentativa frustrada de reconstruí-la, porém, somente em 1802, já sob o regime do Consulado, é que ela ressurgiria com o nome de Sociedade de Ciências e Artes de Grenoble, contando com a presença do prefeito do departamento de Isère, Jean-Baptiste Joseph Fourier (1768-1830), e de alguns dos antigos membros em seus quadros.

A Sociedade de Ciências e Artes desempenhou, na perspectiva de Jean Paquet (1973, p. 30), um papel extremamente importante no desenvolvimento da carreira erudita de Jean-François Champollion. Todavia, para compreender a sua inserção nesse meio julgamos necessário, antes de tudo, analisar os motivos que o levaram à cidade de Grenoble, fato que nos remete, especificamente, à importante atuação de seu irmão mais velho, Jacques-Joseph Champollion (1778-1867), também conhecido como Champollion-Figeac, enquanto seu mentor.

Nascido em 5 de outubro de 1778, Jacques-Joseph Champollion demonstrou o interesse pelo estudo da antiguidade prematuramente, em especial pelas sociedades do Antigo Oriente Próximo. Charles-Olivier Carbonell (1972, p. 27) assinala que esse aspecto, em confluência com a admiração carregada pelos ideais do general Napoleão Bonaparte, levou-o a se candidatar em 1798 a uma vaga para compor os quadros da expedição científico-militar francesa ao Egito, que viria a ocorrer efetivamente no ano seguinte, em 1799. No entanto, o seu pedido fora rejeitado, sobretudo em razão das limitações de suas qualificações naquela conjuntura, haja vista que sua formação fora parcialmente prejudicada durante a última década do século XVIII em decorrência das transformações no sistema de ensino trabalhadas anteriormente.

Buscando se estabelecer financeiramente, Champollion-Figeac mudou-se para a cidade de Grenoble no mesmo ano para trabalhar como comerciante em um estabelecimento gerido por seus primos. Jean-François Foucaud (2011, p. 55) sublinha que, a partir desse momento, Jacques-Joseph passou a visitar constantemente a Biblioteca Municipal, estabelecendo em 1802 o primeiro contato com um assíduo frequentador do local, Aubin-Louis Millin de Grandmaison (1759-1818), à época conservador da divisão de “Medalhas, Antiguidades e Pedras” da Biblioteca Nacional e diretor da revista *Magasin Encyclopédique*.

Tratava-se de um erudito demasiadamente reconhecido, que dispunha de importantes redes de sociabilidades, bem como de uma concepção enciclopédica do conhecimento, a qual podia ser definida, “antes de tudo, como um empreendimento coletivo, interdisciplinar e cosmopolita que visa superar as oposições políticas, as divisões heurísticas e as tensões diplomáticas”¹⁵ (MARTIN, 2012, tradução nossa) a fim de promover o progresso da civilização na Europa. Tal ligação é importante porque será a atuação como correspondente regional de Millin de Grandmaison que proporcionará a Champollion-Figeac o estabelecimento de um vínculo com o já citado Jean-Baptiste Joseph Fourier, o qual, além de ser prefeito de Isère, havia participado da expedição científico-militar ao Egito, atuado como professor na Escola Politécnica e era secretário perpétuo do *Institut d'Égypte* (FOUCAUD, 2011, p. 56), oportunizando a ele algumas vantagens relativas ao mundo das letras.

Em 1801, Jean-François Champollion, então aos onze anos de idade, mudou-se para Grenoble a fim de viver sob a tutela de seu padrinho e irmão mais velho, Jacques-Joseph Champollion. Os motivos que o levaram a esse deslocamento foram, na perspectiva de Charles-Olivier Carbonell (1972), de caráter estritamente escolar, porque a cidade do departamento de Isère era mais rica em matéria de ensino do que a pequena vila de Figeac, dispondo de grandes bibliotecas, professores mais qualificados, instituições particulares e, também, de uma escola central que, mais tarde, transformar-se-ia num liceu. O caçula passou a frequentar, primeiramente, a escola privada do abade Dussert, onde obteve contato com o estudo de várias línguas, tais como o hebraico, o aramaico, o árabe e o siríaco, e, na sequência, a escola central da cidade, da qual eram professores Jean-Gaspard Dubois-Fontanelle (1727-1812) e Claude-Marie Gattel (1743–1812), eruditos locais de grande destaque e que eram associados à Sociedade de Ciências e Artes (PAQUET, 1973, p. 32).

Começou-se, desse modo, a se estruturar no início do século XIX uma importante rede de sociabilidades para os irmãos Champollion. Em 1803, por exemplo, o prefeito Jean-Baptiste Joseph Fourier nomeou Jacques-Joseph para o cargo de secretário da Sociedade de Ciências e Artes, deixando-o encarregado pela elaboração de um *corpus* das inscrições latinas da cidade de Grenoble (FOUCAUD, 2011, p. 56). Para Jean Paquet (1973, p. 33), esse foi o ponto de partida para a inserção de Jean-François no meio erudito *grenoblois*, visto que ele começou a frequentar regularmente, a partir de então, várias sessões da instituição,

¹⁵ No original: “avant tout comme une entreprise collective, interdisciplinaire et cosmopolite qui vise à dépasser les oppositions politiques, les cloisonnements heuristiques et les tensions diplomatiques”.

inclusive apresentando trabalhos, como a sua análise de 1806 sobre o livro de Gênesis a partir do texto bíblico original escrito em hebraico¹⁶ e o seu *ensaio de uma descrição do Egito anterior ao tempo de Cambises (essai d'une description de l'Égypte avant le temps de Cambyse)* de 1807, o qual viria a ser publicado em 1811. Essas contribuições foram algumas das razões pelas quais ele fora nomeado, por seus pares, associado correspondente da Sociedade de Ciências e Artes (JUSTER, 1922).

Observemos, no entanto, que por mais que houvesse a possibilidade de se obter contato, ainda que de forma incipiente, com as culturas e as línguas antigas nas regiões provincianas da França, neste momento o caminho natural a ser percorrido por um erudito que pretendia se especializar nessas temáticas era ir à capital, uma vez que as melhores instituições, as bibliotecas mais completas e o centro das inovações e das discussões científicas se situava em Paris (BENTHIEN, 2011, p. 223). No que se refere a Jean-François Champollion, por exemplo, Jacques-Joseph, Millin de Grandmaison e Jean-Baptiste Joseph Fourier foram importantes interlocutores para que o jovem erudito fosse admitido como estudante externo¹⁷ da Escola Especial de Línguas Orientais¹⁸ (*École Spéciale des Langues Vivantes*) e conquistasse tanto uma bolsa-auxílio quanto uma espécie de estágio, intermediado pelo Ministério do Interior – órgão responsável pela administração da instrução pública – no Departamento de Manuscritos Orientais (*Département des Manuscrits Orientaux*), anexado à Biblioteca Nacional, em Paris (CARBONELL, 1972, p. 31). Durante sua passagem pela capital parisiense, que ocorreria entre os anos de 1807 e 1809, além de ter assistido os cursos de língua etíope, ministrado por Dom Raphaël de Monachis (1759-1831), de hebraico e siríaco, ministrados por Prosper-Gabriel Audran (1744-1819), de persa e sânscrito, ministrados por Louis-Mathieu Langlès (1763-1824) na Escola de Línguas Orientais, Jean-François Champollion frequentou as aulas de árabe ministradas por Antoine-

¹⁶ Esse estudo foi publicado nos *Annales politiques et littéraires du département de l'Isère* em 1806, no entanto, ele não se encontra disponível para consulta em formato on-line.

¹⁷ Era comum, nessa conjuntura, que as instituições de ensino fossem, ao mesmo tempo, pensionatos onde, além de estudar, os estudantes dormissem e realizassem suas refeições. Estudante externo era, portanto, aquele que não morava na escola. Isso significava que ele possuía condições de morar em um local próximo, de se alimentar e de se deslocar por conta própria.

¹⁸ As origens da Escola de Línguas Orientais remontam ao período da Convenção, quando a lei orgânica de 25 de outubro de 1795 (3 *brumaire an IV*) estabeleceu a criação do “Curso de Línguas Orientais Vivas” na Biblioteca Nacional, o qual mais tarde conquistaria autonomia e se transformaria na instituição supracitada. Antes de sua criação, apenas duas instituições forneciam oficialmente estudos sobre assuntos análogos: o *Collège de France* (1530) e a Escola das Línguas Jovens (*École des jeunes de langues*) (1669). Para mais informações, conferir Louis Bazin (1995).

Isaac Silvestre de Sacy (1758-1838) no *Collège de France*¹⁹. Eric Gady (2003, pp. 103-104) assevera que, nesse mesmo período, o prefeito de Isère foi encarregado de redigir a introdução da obra *Description de l'Égypte* (1809), produto final da expedição napoleônica, contudo, ele confiou esta tarefa a Jacques-Joseph Champollion, o qual atuava como seu secretário. Esses fatores – as sociabilidades e o desenvolvimento de suas carreiras eruditas – contribuíram de maneira estratégica e decisiva para que os irmãos se consolidassem localmente, alçando, por conseguinte, outros postos profissionais, como os de professores da Faculdade de Letras de Grenoble quando ela fora criada.

No mesmo dia em que fora publicado o decreto de organização da Universidade Imperial mencionado no tópico anterior deste capítulo, em 18 de março de 1808, o governo francês instituiu a criação de uma Faculdade de Letras e uma Faculdade de Ciências na cidade do departamento de Isère. Através de um decreto administrativo da lei, definia-se que

os primeiros professores da Faculdade de Letras foram: Jean-Gaspard Dubois-Fontanelle, diretor da faculdade (história); Jean-François Champollion, o jovem (professor-adjunto de história); Faguet (literatura francesa); Baston-Lacroix (literatura latina); Jacques-Joseph Champollion-Figeac (literatura grega); e Lesbros (filosofia)²⁰ (PILOT DE THOREY, 1880, pp. 100-101, tradução nossa).

De acordo com Emmanuel Pilot de Thorey (1880, pp. 101), os cursos da Faculdade de Letras foram abertos, exatamente, em 26 de maio de 1810, no hotel de Saint-Maurice, localizado na rua *Neuve*. A nomeação dos irmãos Champollion foi fruto direto dos aspectos mencionados acima. Todavia, observa-se que no caso de Jean-François, o qual tinha apenas dezoito anos e residia em Paris, a nomeação especificara que ele exerceria o ofício de auxiliar do titular da cadeira de história (*professeur adjoint*). Sua contratação fora solicitada diretamente por Jean-Gaspard Dubois Fontanelle – o qual havia sido professor do jovem durante o ensino secundário – em virtude de sua idade avançada para conciliar, ao mesmo tempo, as desgastantes atividades de docente e de diretor (*doyen*) da recém-criada faculdade, cargo para o qual ele também havia sido incumbido.

¹⁹ A ausência de publicações das correspondências de Jean-François Champollion escritas nesse período nos impede de realizar um exame mais detido acerca dessa conjuntura específica.

²⁰ No original: “les premiers professeurs de la Faculté de lettres furent: Jean-Gaspard Dubois-Fontanelle (1), doyen (histoire); Jean-François Champollion le jeune (professeur-adjoint d’histoire); Faguet (littérature française); Baston-Lacroix (littérature latine); Jacques-Joseph Champollion-Figeac (1) (littérature grecque); Lesbros (philosophe)”.

Como mencionamos anteriormente, por se tratar de um período de transição e de reformas estruturais, os primeiros professores das faculdades francesas recebiam, automaticamente, o título de doutor em letras ou doutor em ciências por decreto (*docteur ès lettres* ou *docteur ès sciences par décret*) de acordo com a sua instituição de atuação, situação que acabou ocorrendo poucos meses após a nomeação dos dois irmãos. Assim sendo, entre os anos de 1810 e 1815, Jean-François Champollion ministrou, ao todo, noventa e seis aulas, versando sobre assuntos relativos à história antiga e à história moderna (LECLANT, 1982, p. 37). Eram temas que estavam diretamente atrelados aos conteúdos programáticos obrigatórios dos ensinos primário e secundário, uma vez que a função de suas aulas era a de preparar os professores para a docência.

1.3 O CURSO DE HISTÓRIA DE 1810 E A CONCEPÇÃO HISTÓRICA DE JEAN-FRANÇOIS CHAMPOLLION

Iniciado em 26 de maio de 1810, o curso de história da Faculdade de Letras de Grenoble foi ministrado, desde seu início, por Jean-François Champollion. Segundo Hermine Hartleben e Jacques de Crozals (1897, p. 551), a estrutura programática fora elaborada, ao menos parcialmente, durante a sua estadia na capital parisiense entre os anos de 1808 e 1809. Apenas as lições das duas primeiras aulas encontram-se integralmente transcritas e publicadas²¹, e é a partir delas que esboçaremos uma análise dos conteúdos versados, bem como da concepção histórica do jovem erudito.

1.3.1 Da história em geral e suas bases, a cronologia e a geografia comparada

A primeira aula do curso, a qual carregava consigo o título "Da história em geral e suas bases, a cronologia e a geografia comparada" (*De l'histoire en général et de ses bases, la chronologie et la géographie comparée*), partia do postulado de que a história nada mais era do que a "pesquisa, o exame e o estudo dos fatos", elementos através dos quais seria possível esboçar um "quadro do nascimento e da queda dos impérios, da origem e do

²¹ O curso, como um todo, encontra-se disponível para consulta em cadernos que atualmente compõem a coleção de manuscritos de Jean-François Champollion, os quais estão dispostos em 18 volumes microfilmados na *Bibliothèque Nationale de France*. Os textos referentes às duas primeiras aulas foram transcritos e publicados em 1897 por Hermine Hartleben e Jacques de Crozals nos anais da *Université de Grenoble*.

progresso das ciências e das artes, e da marcha da civilização”²² (CHAMPOLLION, 1897, p. 524, grifos do autor).

Em linhas gerais, tratava-se de uma formulação que visava romper com uma concepção histórica pautada unicamente na conservação da memória dos grandes líderes políticos, a qual havia sido comumente disseminada nas épocas precedentes – uma história definida por Condorcet, durante o período revolucionário, como viciada “às vezes pela necessidade de poupar os tiranos, às vezes pelo espírito partidário” (1791 apud EHRARD, 1996, p. 449). Ora, a reflexão histórica possuía, na perspectiva de Jean-François Champollion, objetivos distintos, com uma carga demasiadamente pragmática: possibilitar o contato com os séculos passados, bem como indicar ao homem de Estado o caminho a se seguir nos tempos presentes, ensinando-lhe a se preparar para o futuro (CHAMPOLLION, 1897, p. 524).

Manifestada nesses termos, essa concepção se remetia a um componente de exemplaridade que esteve presente, com bastante frequência, em vários pensadores da antiguidade, especialmente na célebre *historia magistra vitae* (história mestra da vida) de Cícero, na qual se extraíam exemplos de outrora, transportando-os para a atualidade em uma relação direta entre as três temporalidades, isto é, o passado, o presente e o futuro (HARTOG, 2015, p. 104).

A fim de torná-la mais compreensível, o jovem professor evocara, então, um exemplo relacionado aos regimes despóticos, os quais buscavam no passado preceitos para subjugar as nações no presente. Neste deslocamento temporal, os déspotas se deparariam com inúmeros exemplos tanto de quedas quanto de punições de tiranos, e os reis encontrariam, por conseguinte, diversos casos de insurreições populares contra príncipes injustos e tirânicos. À vista disso, Jean-François Champollion sugeria aos seus ouvintes que as lições do passado deveriam inspirar os governantes contemporâneos a promoverem a felicidade de seus povos para que, desse modo, os seus nomes fossem bem-vistos não somente entre os contemporâneos, mas também nos tempos futuros.

Esta seria, todavia, apenas uma de suas facetas. Em uma chave de leitura análoga, a história poderia ser instrumentalizada, de modo igualmente pragmático, por outros grupos sociais, tais como os filósofos, que veriam nela um vasto campo aberto à meditação, ou ainda os combatentes, que poderiam extrair do seu estudo informações e estratégias relacionadas

²² No original: “L'Histoire est la *Recherche*, l'*Examen* et l'*Élude* des faits; elle présente le tableau de la naissance et de la chute des empires, de l'origine et des progrès des Sciences et des Arts, et de la marche de la civilisation.”

a princípios militares. Para alcançar esses objetivos, no entanto, seria necessário fazer com que a história conservasse, em sua essência, a sua característica mais constitutiva, a saber, a verdade. Tal ênfase nos possibilita traçar um paralelo sobre este aspecto da concepção de Jean-François Champollion com os preceitos históricos de Tucídides, visto que ela conservava uma característica constitutiva que era igualmente fundamental na percepção do historiador grego, a qual era “apreendida graças à *acribia*²³ de excelência ajuizante de um historiador que se fundamenta na autópsia fenomênica por que se presenciam e observam os acontecimentos” (PIRES, 2010, p. 9). Assim sendo, como já havia sido sugerido na aula no tocante à sua função, pode-se identificar semelhanças entre os dois autores em relação à própria atribuição histórica, uma vez que

o olhar da história tucidideana volta a plenificação de sua valia para o futuro, quer imediato quer longínquo, porque os homens desta temporalidade a reconheçam no presente de suas ações. A história, por esse entendimento tucidideano, figura essencialmente a instância privilegiada de saber humano, isto é, dos homens e para os homens, presentes e vindouros, de todos os tempos (PIRES, 2010, p. 9).

No entanto, a tarefa de conservar tal característica constitutiva não seria exatamente simples porque, na acepção do jovem Champollion,

a história é a obra dos homens; ela participa de sua imperfeição. Para fazê-la realmente o que deve ser, o espírito humano se depara com uma série de obstáculos a superar, de inúmeras dificuldades a combater. Após longos e penosos esforços, ele obtém acerca de muitos pontos importantes apenas resultados dispersos, e jamais alcança o último grau da certeza²⁴. (1897, p. 525, tradução nossa).

Observemos, aqui, que essa leitura partirá do pressuposto de que o historiador jamais pode ser perfeitamente verídico ou imparcial, seja lidando com os tempos antigos ou com os tempos modernos. Além do mais, caso ele obtivesse resultados realmente genuínos, em algum momento esses conhecimentos se chocariam com os interesses dos governos

²³ Segundo o dicionário *Liddell and Scott's Greek-English Lexicon*, o termo grego *acribia* (ἀκρίβεια) refere-se à exatidão, à minúcia e à precisão. De acordo com a autora Jacqueline de Romilly (1966, p. 166), nota-se, portanto, que Tucídides tendia a utilizar a *acribia* em sua ciência como forma de dotá-la de maior rigor e precisão.

²⁴ No original: “l’histoire est l’ouvrage des hommes; elle participe de leur imperfection. Pour la faire réellement ce qu’elle doit être, l’esprit humain rencontre une foule d’obstacles à surmonter, des difficultés sans nombre à combattre. Après de longs et pénibles efforts, il n’obtient sur beaucoup de points importants que des résultats épars et n’arrive jamais jusqu’au dernier degré de la certitude”.

despóticos, os quais os condenariam “a permanecer eternamente ignorados” (CHAMPOLLION, 1897, p. 526, tradução nossa).

Essa é uma das maneiras pelas quais se julgou, ao longo da primeira lição, que o despotismo rejeita as luzes e favorece a ignorância, que os estudiosos perdem todo o fruto de seus duros trabalhos e que a ciência da história permanece em seu estado prematuro. O historiador estaria, desse modo, situado em um local encoberto por diversas dificuldades, agindo, ao menos, de duas formas: ou desnaturalizando os fatos e celebrando-os como virtudes ou ações heroicas, ou ainda colocando em suas narrativas algumas verdades que são relegadas numa miríade de falsidades. Assim sendo, de acordo com o jovem Champollion (1897, pp. 526-527), a história seria, com frequência, apenas uma junção de fatos apresentados sob um aspecto falso, recolhidos pela incerteza e modificados pela adulação, quando na essência ela deveria ser uma interpretação que almeja a busca pela verdade.

Ao longo do discurso inaugural, outra crítica recorrente com a qual nos deparamos é direcionada, especificamente, ao ofício dos chamados “escritores”, isto é, os agentes que se vendiam aos poderosos, prestando-lhes honrarias e homenagens. Na perspectiva de Champollion, um dos expoentes dessa categoria era o poeta romano Virgílio (70 a.C.-19 a.C.), o qual havia retratado em sua consagrada obra, a *Eneida*, o imperador Otávio Augusto como uma espécie de divindade. O problema intrínseco a esses casos é que eles, sejam em formato escrito ou em monumentos, são os que mais sobrevivem às ações do tempo e chegam ao presente, conservando a memória dos que foram representados. Haveria, desse modo, uma questão de fundo ligada a esses materiais que foram concebidos unicamente com o propósito de adular, uma vez que “fazem passar um monstro por um excelente monarca, e os homens veneram, então, sua memória, porque os gemidos de suas vítimas cessaram de se fazer ouvir”²⁵ (CHAMPOLLION, 1897, p. 528, tradução nossa).

Esta característica está diretamente relacionada a um outro aspecto levantado, que é a influência do espírito público na redação dos ensaios históricos. Ora, se as obras são fruto do intelecto humano e fazem parte de sua imperfeição, é natural que haja uma certa precaução no ato de estudá-las. Trata-se, portanto, de uma proposta de desnaturalização da produção do conhecimento, a qual conduziria os estudantes do curso de história a refletirem criticamente acerca de narrativas que envolvessem, entre outros exemplos, povos rivais, especialmente no contexto da antiguidade – momento em que a maior parte das narrativas

²⁵ No original: “ils font passer un monstre pour un excellent monarque, et les hommes bénissent alors sa mémoire, parce que les gémissements de ses victimes ont cessé de se faire entendre”.

conservava, na perspectiva de Jean-François, o ódio do vencedor sobre o derrotado²⁶. Na essência, isso significava que a história deveria ser interpretada a partir de vários pontos de vista, uma vez que ela carregaria consigo as marcas de quem a escreveu. Esse movimento levantaria, assim, um questionamento substancial acerca da noção de perspectiva: haveria, portanto, uma maior facilidade para se escrever, de modo verdadeiro, a história dos eventos que transcorrem sob os olhos das pessoas que foram testemunhas oculares deles? Ou seja,

o que se passa ao nosso lado é quase sempre relatado de uma maneira diferente se nós interrogamos vários testemunhos, porque cada um deles viu, ou julgou ter visto, o acontecimento sob um aspecto em harmonia com o seu modo de pensar e de sentir: disso resulta o que uns atribuirão como um ato de justiça o que outros querem taxar de abuso de poder; qual parte deve, portanto, tomar o historiador em meio a tantas incertezas?²⁷ (CHAMPOLLION, 1897, p. 532, tradução nossa).

É nesse ponto que entraria, portanto, a contribuição de duas ciências para o estudo do passado, a saber, a cronologia e a geografia, as quais formariam a base do conhecimento histórico. Nesse sentido, enquanto a primeira forneceria os meios para se explicar as várias divisões do tempo utilizadas pelos diferentes povos, sejam eles antigos ou modernos²⁸, a segunda, através do estabelecimento do estado físico de um país e da enunciação de suas condições particulares, como do solo e do clima, possibilitaria a dedução dos hábitos e dos costumes de seus habitantes. O que se sugere, a partir dessa formulação, é que sem o conhecimento exato dos lugares o historiador incorreria numa série de erros ao tentar interpretar elementos como a constituição social, as leis ou até mesmo a administração dos impérios, pois eles estariam condicionados aos fatores anteriormente mencionados.

Acreditamos que essa proposta metodológica, feita sobretudo a partir do tensionamento de determinadas categorias classificatórias, tais como de “historiadores”, de “filósofos” e de “escritores”, as quais buscavam diferenciar os variados *modus operandi* que

²⁶ Um exemplo disso, para o jovem Champollion, poderia ser extraído das disputas entre os romanos e os outros povos europeus, visto que, à exceção da Grécia, “o orgulho romano considerou, desde então, os outros povos como bárbaros” (1897, p. 529, tradução nossa), culminando na produção de várias representações que passaram a retratar uma parcela dos habitantes da Europa como selvagens.

²⁷ No original: “Ce qui se passe à côté de nous est presque toujours rapporté d'une manière différente si nous interrogeons plusieurs témoins, parce que chacun d'eux a vu ou cru voir la chose sous une couleur en harmonie avec sa façon de penser et de sentir : de là vient que les uns donneront comme un acte de justice ce que d'autres veulent taxer d'abus de pouvoir ; quel parti doit donc prendre l'historien au milieu de tant d'incertitudes?”.

²⁸ Não se trata, aqui, de estabelecer somente uma simples cronologia dos fatos, organizando-os do mais longo para o mais recente, mas de buscar compreender as suas sucessões no entendimento dos próprios antigos e modernos, ou seja, as relações de causa e efeito que tornam tais sucessões compreensíveis.

conduziam a produção histórica, estava diretamente associada, numa perspectiva geral, ao que Arnaldo Momigliano (2014) definiu como o “conflito entre os antiquários e os historiadores” ocorrido nos séculos XVIII e XIX. Em síntese, o que caracterizava, até então, o objetivo da escrita da história era, basicamente, a tentativa de se determinar a verdade de cada evento através dos melhores métodos de pesquisa, preocupação esta que era igualmente compartilhada entre os “historiadores eruditos” e os antiquários contemporâneos. Quando, no século XVIII, os chamados “historiadores filosóficos” – dentre os quais destacavam-se os nomes de Montesquieu e de Voltaire, começaram a atacar a erudição²⁹, tanto os antiquários quanto os “historiadores eruditos” começaram a ter o seu prestígio afetado. Assim sendo, em suas constantes buscas pelas evidências seguras, prossegue Arnaldo Momigliano, esses agentes foram capazes de esquecer que a história era, na essência, a reinterpretção do passado que levava, por conseguinte, a conclusões a respeito do presente. No entanto, cabe ressaltar que a existência mútua desses grupos não fora ameaçada, de imediato, porque os antiquários permaneceram sendo os mestres das quatro *antiquitates* – *publicae, privatae, sacrae* e militares, e os “historiadores filosóficos”, por seu turno, não almejavam a erudição, nem tentaram direcioná-la a novos canais (MOMIGLIANO, 2014, p. 49).

A situação mudaria somente no século XIX, quando se tornou evidente que a erudição e a filosofia não eram dimensões incompatíveis, fazendo com que a combinação da história filosófica com o método de pesquisa antiquário se tornasse o objetivo ao qual muitos historiadores deste século se propusessem a alcançar. Em nosso caso específico, por exemplo, além do caráter interpretativo que carregava a concepção do jovem Champollion, os métodos antiquários, os quais valorizavam o estudo das fontes não-literárias, poderiam ser utilizados de maneira a corroborar com a cronologia pré-estabelecida ou até mesmo a substituí-la.

Ao final da primeira aula, foi proposto aos ouvintes estruturar o curso, de maneira geral, com o auxílio da cronologia e da geografia, pois sem essas duas ciências a história não passaria de "desordem e confusão". Assim sendo, o planejamento de Jean-François Champollion previa dividi-lo em duas temporalidades, história antiga e história moderna,

²⁹ Eles propunham, a partir disso, questões sobre o presente, bem como perguntas de natureza mais radical acerca do desenvolvimento da humanidade e das sociedades, sobre as quais a “exatidão dos detalhes poderia lhes parecer irrelevante e para as quais, incidentalmente, as fontes literárias poderiam prover uma resposta mais satisfatória que os “*thesauri* antiquaristas” (MOMIGLIANO, 2014, p. 44).

com a atenção dirigida, inicialmente, aos países orientais – onde “tudo parece ter começado”, na acepção do professor – e, em seguida, ao Ocidente, que conservara a rica herança que as sociedades do Oriente haviam lhe transmitido (CHAMPOLLION, 1897, p. 533).

1.3.2 Da maneira de escrever a história; dos meios que nos restam para isso – reflexões críticas sobre os historiadores

O curso retornou com a segunda aula, cujo título reproduz o desta seção (em francês: *De la manière d'écrire l'histoire; des moyens qui nous restent pour cela – réflexions critiques sur les historiens*).

Se a primeira lição havia versado sobre a definição e as implicações da produção histórica, a segunda se propunha, de modo geral, a fazer um exame mais detido acerca de como os historiadores trabalhavam em sua prática cotidiana. Tal proposta carregava consigo o pressuposto de que a ciência histórica seria tão antiga quanto o próprio indivíduo, e que desde as suas origens as sociedades procuraram os meios de se conservar as memórias de seus nascimentos, de seus desenvolvimentos, bem como dos fatos vistos como honráveis por elas (CHAMPOLLION, 1897, p. 535).

O aperfeiçoamento desta ciência estaria condicionado, por exemplo, ao “grau de civilização ao qual chegou cada povo”. Ainda assim, a existência de um contingente significativo de sociedades que ainda não chegaram à ideia de representar os sentimentos e os pensamentos através de signos materiais – ou seja, povos sem escrita que conservam apenas na memória as lembranças dos eventos – impunha-se para o jovem professor. A noção de história é entendida, nesses casos, como a evolução de uma memória particular, visto que a história puramente oral abrangeria somente um pequeno espaço de tempo e se limitaria aos traços de um interesse geral, acompanhados de alguns detalhes que concernem apenas às famílias, em particular, e não à totalidade do povo, resultando em uma constante transformação das tradições.

Ao versar sobre os primórdios da produção histórica escrita, Jean-François Champollion sustentara a hipótese de que o seu desenvolvimento esteve atrelado, diretamente, à origem da poesia, uma vez que fora a sua invenção que proporcionou um avanço ao estudo do passado, emprestando-lhe “novos charmes” e aumentando os seus meios até então insuficientes. Assim como os cantos poéticos fixavam-se com maior facilidade na memória das pessoas, a história produzida a partir desta mesma linguagem

herdaria, por conseguinte, os mesmos frutos. Tal aspecto nos remete, por exemplo, à cultura grega – bastante referida na aula –, onde, de acordo com Lúcia Rocha Ferreira (2015, p. 35),

a linguagem da poesia é, na sua origem, musical. Além da métrica que dá ritmo à poesia, é comum o acompanhamento de instrumentos, como a cítara, e de danças. Essa marca é característica das culturas de tradição oral, pois se não é garantia absoluta da preservação da narrativa, ao menos, age em seu auxílio. O ritmo e a melodia da música, naturalmente apreendidos pela memória, dão à palavra o suporte que precisa para a sua recordação. O ritmo ordena as palavras numa estrutura fixa.

A fim de aprofundar tal discussão, fora feito na aula alusão a um caso extraído da Índia, mais especificamente ao poema épico sobre os antigos reis hindus chamado *Mahabharata*³⁰, o qual é atribuído a Krishna Dvapayana Vyasa, para mostrar como esse tipo de poema, ou “essas histórias escritas em verso”, agia como um meio de preservar e, ao mesmo tempo, de fazer conhecer a história dos antigos reis à população. Outra relação apresentada, nesse mesmo sentido, refere-se ao Egito Antigo, no qual as odes, que continham histórias dos séculos passados e eram cantadas pelos cidadãos nas cerimônias públicas, bem como em quase todas as circunstâncias notáveis da vida privada, agiam como um instrumento para que cada egípcio aprendesse a história de seus antepassados, formando, assim, “o espírito da nação” (CHAMPOLLION, 1897, p.537).

Esses exemplos pretendiam sustentar a tese de que os poetas atuaram como os primeiros historiadores, fazendo da escrita em verso a primeira forma historiográfica já conhecida.

No segundo ato desta lição, Jean-François Champollion utilizou corriqueiramente algumas categorias para classificar os diversos tipos de historiadores que existiram no decorrer dos séculos, mais precisamente desde que a história começou a ser escrita em formato de prosa, elencando vários exemplos: dos livros bíblicos que compreendem o pentateuco, passando por pensadores antigos, como Xenofonte (431 a.C.-354 a.C.), aos membros da nobreza, como Luís XIV (1638-1715). O quadro exposto a seguir busca delinear as principais características de cada classe:

³⁰ O *Mahabharata* é um dos maiores textos épicos clássicos da Índia. Seu texto contém aproximadamente 74 mil versos em sânscrito, e mais de 1,8 milhões de palavras, compondo o maior volume de texto numa única obra humana. A origem do *Mahabharata* está ligada à tradição oral na Índia, remontando há mais de cinco mil anos. Para um exame mais detido acerca dessa obra, conferir Jacyntho Lins Brandão (1995).

QUADRO 1 – CATEGORIAS DE HISTORIADORES

CATEGORIA	PERFIL	CARACTERÍSTICA
<i>Historiadores-poetas</i>	Sacerdotes ou homens ligados, de alguma maneira, à casta sacerdotal.	Nos cantos dos <i>historiadores-poetas</i> os fenômenos tomavam dimensões maravilhosas, aspecto que poderia ser observado em como os reis e/ou os deuses eram retratados.
<i>Historiadores sagrados</i>	Similar ao dos <i>historiadores-poetas</i> .	Agentes que pretendiam mostrar, em suas memórias históricas escritas em prosa que a divindade da qual eles eram representantes dispunha à sua vontade as coisas desse mundo. São exemplos a <i>Torá</i> dos Hebreus e o <i>Corão</i> dos Árabes
Historiadores <i>ao mesmo tempo autores e atores</i>	São exemplos dessa classe Moisés, Xenofonte, Luís XIV, o visconde de Turenne, entre outros.	Como o nome sugere, tratam-se de autores que presenciaram os eventos e escreveram suas impressões.
Historiadores <i>testemunhas imediatas</i> dos eventos	São exemplos dessa classe os pensadores antigos: Tucídides, Políbio e Tito-Lívio.	Autores que compensavam a privação de documentos e fontes originais para o estudo aprofundado estando presentes na ação e sendo testemunhas imediatas dos eventos.
Historiadores <i>auditores dos testemunhos dos fatos</i> ³¹	—	—

Fonte: a autora (2020), baseada em Jean-François Champollion (1897).

As duas primeiras categorias eram percebidas negativamente, e a leitura de suas obras deveria ser feita sem preconceito para se depreender os fatos que nelas encontravam-se relatados de seu “envelope místico” – tarefa que seria mais fácil de se realizar através do conhecimento do espírito que presidiu a sua redação (CHAMPOLLION, 1897, p. 541). Situados no polo oposto, encontrar-se-iam àqueles que, na perspectiva do jovem professor, mereceriam, por direito, o verdadeiro título de *historiadores*, uma vez que, além de terem

³¹ Embora tenha sido mencionada na aula, esta categoria não fora abordada. É possível que este conteúdo tenha sido legado às aulas seguintes do curso.

produzido valiosas contribuições ao progresso dos estudos, eles não estiveram sujeitos, ao menos diretamente, à “perigosa influência dos preconceitos nacionais ou religiosos”. Podemos induzir, a partir disso, quais eram as suas principais referências: os pensadores antigos já mencionados, como Heródoto (485-425 a.C.), Tucídides (460-395 a.C.), Políbio (460-395 a.C.), Tito-Lívio (59 a.C.-17 d.C.) e Tácito (56-117), bem como alguns pensadores modernos, como Nicolau Maquiavel (1469-1527), Samuel Pufendorf (1632-1694), David Hume (1711-1776), Voltaire (1694-1778) e Gabriel Bonnot de Mably (1709-1785) (CHAMPOLLION, 1897, p. 542).

A relação entre os antigos e os modernos é, desse modo, fundamental para a compreensão histórica de nosso erudito, dada a possibilidade dele ter produzido a sua concepção a partir desse diálogo constante. Ressalta-se, no entanto, que esse movimento heurístico não era exatamente uma novidade no início do século XIX, visto que, ao longo da modernidade, a historiografia e o pensamento antigo foram retomados frequentemente, tanto para pensar a antiguidade quanto para refletir sobre o próprio fazer historiográfico nos tempos modernos. Na esteira de François Hartog (2015, p. 96), observamos que “com os Antigos e os Modernos temos um par que estruturou profundamente e a longo prazo a história da cultura ocidental em sua relação com o tempo”.

1.3.3 Jean-François Champollion e as concepções de história de Condorcet e Volney

Apresentada, em termos gerais, a concepção histórica de Jean-François Champollion, resta mensurar em qual medida ela se diferenciava ou se inspirava no pensamento de outros autores relativamente contemporâneos ou temporalmente próximos.

Elegemos, para tanto, dois eruditos de grande destaque do final do século XVIII (tendo um deles se mantido atuante até o início do século XIX), cujas contribuições, além de terem sido significativas para o estudo da história, podem se assemelhar às propostas de nosso erudito. São eles Marie Jean Antoine Nicolas de Caritat (1743-1794), o marquês de Condorcet, e Constantin-François de Chassebœuf (1757-1820), conhecido como conde de Volney³². Esses agentes atuaram, com protagonismo, durante o período revolucionário não somente no âmbito letrado, como também no universo político. Condorcet, por exemplo,

³² Trata-se de um pseudônimo criado a partir da contração dos nomes “Voltaire” e “Ferney” (comuna francesa onde o filósofo Voltaire viveu no século XVIII). Segundo François Hartog (2015, p. 125), Volney foi senador e recebeu o título de conde somente durante o Império de Bonaparte.

dedicou-se inicialmente ao estudo da matemática, tornou-se membro da Academia de Ciências (nomeado em 1769), foi introduzido por D'Alembert no círculo dos enciclopedistas e participou ativamente do Comitê de Instrução Pública. Volney, por seu turno, foi deputado da Assembleia Nacional de 1789 a 1791, membro da Academia de Inscrições e Belas Letras e atuou como professor da Escola Normal do ano III (nomeado em 1794), direcionando-se, principalmente, ao estudo da história antiga. De acordo com Jean Ehrard (1996, p. 445), apesar de serem de gerações ligeiramente distintas e de terem escolhido caminhos intelectuais relativamente divergentes, ambos tinham como referências filosóficas eruditos como Voltaire, bem como a própria *Enciclopédia*³³, e compartilhavam os mesmos espaços de sociabilidades e os mesmos círculos eruditos, tal como o salão³⁴ da madame Helvetius (1722-1800).

Neste tópico, aventamos a hipótese de que Champollion possa ter tido acesso às obras dos eruditos supracitados, considerando alguns aspectos que indicam pontos específicos de confluência. Colocar tais concepções em perspectiva nos ajuda a vê-los como possíveis de uma época.

Entre 1783 e 1785, após ter se dedicado por dois anos a estudar a língua árabe nos cursos do *Collège de France*, Volney viajou rumo ao Oriente Próximo. Segundo Jean Leclant (1987, p. 712), da sua viagem resultou uma descrição sistemática dos povos desta região, sobretudo do Egito e da Síria, originando uma espécie de tratado didático sobre as suas percepções acerca do passado e do presente dessas sociedades, o qual viria a ser publicado em 1791 com o título *As ruínas ou meditações sobre as revoluções dos impérios*. Volney desfrutou de um modo distinto de estudar os antigos no século XVIII, visto que, enquanto a maior parte de seus contemporâneos europeus só conseguiam obter acesso à antiguidade por meio dos poucos materiais que eram levados ao continente europeu pelos antiquários, ele teve a oportunidade de acessá-la através da observação *in loco*. Trata-se de uma obra que mantém um constante diálogo com a realidade revolucionária imediatamente

³³ A *Enciclopédia*, obra iluminista do século XVIII, foi a maior realização editorial que se tinha concebido na época. Segundo Robert Darnton (1996, p. 401), além de ser um inovador projeto filosófico, a *Enciclopédia* consistiu num grande empreendimento comercial, experimentando, igualmente, um papel fundamental no processo de difusão das ideias iluministas.

³⁴ Segundo a autora Flora Martini de Araújo (2014, p. 75-76), “o salão era um centro cultural onde ocorriam debates sobre assuntos políticos, econômicos, sobre literatura, filosofia, entre outros assuntos caros aos letrados da época. Ademais, foi um centro de sociabilidade, lugar privilegiado para a formação e atuação de homens e mulheres”. No próximo capítulo abordaremos mais detidamente a importância desse tipo específico de centro de sociabilidade para a formação intelectual dos eruditos durante o final do século XVIII.

anterior à sua publicação. Em suma, de acordo com François Hartog (2015, p. 123), a questão de pano de fundo em *As Ruínas* é a relação entre o estado presente e o estado passado, ou ainda, “julgar pelo estado presente qual foi o estado dos tempos passados”, aparentemente seguindo o esquema da história *magistra vitae*. Há, nesse sentido, aproximações com o que sugeriu Champollion no início de sua primeira aula, sobretudo no que diz respeito à possibilidade de realizar prognósticos tendo por base o estudo sistemático do passado. Ou seja, olhar para a antiguidade pensando em seu presente, e disso, podendo refletir também sobre a ascensão e a queda dos impérios.

As contribuições de Volney, contudo, não se restringiram somente à sua obra de 1791. Em 1795, após ter sido nomeado professor da Escola Normal, o erudito ministrou uma série de aulas nas quais se empenhou em delimitar o tipo de certeza própria à história, enquanto denunciava os usos equivocados que dela foram feitos. Segundo François Hartog (2015, p. 125), tratava-se de uma modificação na sua própria percepção histórica que pode ser identificada de *As Ruínas* para as *Lições de História*. Se na primeira, o esquema da história *magistra vitae* se fazia imperativo, na segunda, ele rompia com tal modelo, adotando uma postura contrária à “imitação nefasta dos Antigos”.

Na aula inaugural de seu curso, era chamada a atenção para a existência de um aspecto particular do conhecimento histórico quando comparado às ciências físicas. Segundo Volney, a chave promotora de uma verdadeira penetração do significado da evolução histórica residiria no reconhecimento de que as questões humanas, tanto quanto os fenômenos da natureza, estariam imediatamente sujeitas a leis universais verificáveis. Mediante o conhecimento destas, obtido por meio da observação dos fatos passados, não só é possível fazer prognósticos e previsões, mas também aplicar aos problemas de político-sociais os métodos que se mostraram muito bem-sucedidos em relação aos demais domínios em consequência dos progressos obtidos nas ciências da natureza.

Em sua perspectiva, sobretudo em razão da natureza limitada de seu objeto, a história alcançaria através de seu estudo somente a *verossimilhança* e a *probabilidade* sobre o passado, visto que os fatos históricos, em oposição aos fatos físicos, não portariam em si nem a evidência, nem a certeza. Ora, asseverava Volney, "na história, os fatos não existem mais; eles estão mortos, e não se pode ressuscitá-los diante do espectador, nem confrontá-los com a testemunha"²⁹ (1826, p. 9, tradução nossa). Assim como o jovem Champollion expunha em sua primeira aula, Volney (1826, p. 10) defendia que, para se obter maior grau de certeza na análise dos fatos, seria necessário investigá-los cuidadosamente, colocando em

perspectiva tanto seus narradores quanto suas testemunhas de suas faculdades morais, de seus graus de instrução e de informação, e de sua imparcialidade. Jean Gaulmier (1962, p 54) sublinha, desse modo, que esta concepção histórica carregava consigo um postulado racionalista no qual os fatos deveriam ser examinados a partir da relação de sua própria essência.

No mesmo ano em que Volney pronunciava suas *Lições de História* na Escola Normal, era publicada postumamente a obra de Condorcet intitulada *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*. Este trabalho é “uma espécie de inventário dos progressos do homem e de como o homem foi, ao longo da história, acumulando o conhecimento, como este conhecimento foi se expandindo, mesmo com a presença de grupos que insistiam em aprisioná-lo” (SANTOS, 2009, p. 206). De maneira otimista, Condorcet julgava que, através deste instrumento heurístico, da análise das experiências do passado, observando os progressos que as ciências e a civilização fizeram e contemplando a marcha do espírito humano, seria possível encontrar os principais motivos para “acreditar que a natureza não pôs nenhum termo às nossas esperanças” (CONDORCET, 1993, p. 178).

Considerada esta ideia geral do futuro progresso humano, pode-se igualmente traçar um paralelo acerca do que sugeriu Champollion ainda em sua aula inaugural – e que também pode conectar-se com parte do que defendia Volney em relação à finalidade do conhecimento histórico. Para o professor de Grenoble, a história era, pois, constituída de elementos através dos quais poder-se-ia construir um quadro em que se contemplasse desde as origens e as quedas dos impérios, assim como o próprio progresso das ciências e a dita marcha da civilização. Tais elementos podem ser relacionados ao que propunha Condorcet em seu *Esboço*.

Todavia, assim como assevera Patrick Gardiner (1969, pp. 60-61), para além do progresso intelectual e artístico, a história era concebida, na perspectiva de Condorcet, visando também objetivos sociais e pragmáticos, como o sufrágio e a educação universais, a liberdade de expressão e de pensamento, a igualdade legal e a redistribuição da riqueza. Em vista disso, o marquês afirmava que,

até aqui, a história política, tal como a da filosofia e a das ciências, foi apenas a história de alguns homens; aquilo que forma verdadeiramente a espécie humana, a multidão das famílias que se sustentam quase inteiramente do seu trabalho, foi esquecido; e mesmo na classe dos que seguem profissões públicas e trabalham, não para eles próprios, mas para a sociedade, ocupados em ensinar, governar, defender,

tratar dos outros homens, somente os chefes retiveram os olhares dos historiadores.” (1795 apud GARDINER, 1969, pp. 67-68)

Assim como Jean-François Champollion supunha ser correto em sua primeira aula, afirmando que os governantes contemporâneos deviam ter como norte as lições do passado no sentido de promoverem a felicidade de seus povos e garantir, por conseguinte, seu legado futuro, a noção de exemplaridade aparece também – ainda que em nuances distintas do que em Volney ou do que nas próprias aulas de Champollion – em Condorcet. Tal fato se faz notável quando este afirma que a história dos progressos do espírito humano deve incluir “aquela dos erros gerais que mais ou menos os retardaram ou suspenderam, que até mesmo frequentemente, tanto quanto os acontecimentos políticos, fizeram o homem regredir à ignorância” (CONDORCET, 1993, p. 26).

Nas palavras do próprio erudito, “o quadro seria, portanto, histórico, visto que, estando sujeito a perpétuas variações, é formado pela observação sucessiva das sociedades humanas nas diferentes épocas em que elas percorreram” (1795 apud GARDINER, 1969, p. 63). Apresentando as transformações, o desencadeamento e as relações de causa e consequência dos eventos, clarificando os direcionamentos rumo à verdade ou à felicidade, se conduz ao “conhecimento dos meios de assegurar e acelerar os novos progressos que a sua natureza lhe permite esperar ainda” o homem ao qual foi apresentada essas observações (1795 apud GARDINER, 1969, p. 63).

Segundo a autora Maria das Graças Nascimento (1993, p. 8), a perspectiva do quadro histórico de Condorcet é a de que os progressos do espírito humano dão as bases para a construção da história. Embora portadora de uma certa ambiguidade, sua forma de conceber o progresso é uma das mais enraizadas no pensamento corrente do século XVIII. A certeza de que há uma lei determinante do progresso é um dos elementos característicos dessa ideia, pela qual o homem, na sua história, passa por diversos estágios de desenvolvimento. Este fenômeno, complementa a autora,

manifesta uma regularidade, que se apresenta no passado e é aplicável também ao futuro. A continuidade da história é fundada nesta necessidade e se traduziria pela superioridade dos estágios posteriores em relação aos anteriores. Ela define também a direção e o sentido da história: a afirmação progressiva da razão humana e suas realizações. Assim, é a acumulação dos conhecimentos humanos que forma a dinâmica da história. (NASCIMENTO, 1993, p. 8).

Observamos, desse modo, que a ideia de progresso é fundamental para a compreensão histórica de Condorcet, uma vez que ela surge praticamente intrínseca à noção de história (SANTOS, 2009, p. 200). Em suma, conforme sublinha Rodison Roberto Santos (2009, p. 206), mesmo havendo retrocessos, problemas e dificuldades, tais aspectos não impediriam, na concepção do erudito francês, a “marcha ascendente” do homem, ou seja, o progresso seria uma constante no curso histórico. Em suma, o que vale ressaltar é o fato de que a noção de progresso, tão cara à obra de Condorcet, também dá as caras no curso de Champollion, evidenciando, tal como conjecturamos, resquícios do pensamento erudito desenvolvido no final do século XVIII na base de construção do curso elaborado pelo jovem professor no final da primeira década do século XIX.

Embora não possamos afirmar, categoricamente, que Jean-François Champollion se inspirou diretamente nas reflexões de Volney e Condorcet, pode-se perceber que suas preocupações e expectativas em relação tanto ao presente quanto ao passado não destoavam das questões que eram caras a seus contemporâneos e conterrâneos. Nesse sentido, na virada do século XVIII para o século XIX a história, de modo geral, era pensada para se definir qual a melhor forma de se estudar o passado, bem como a sua serventia pragmática.

Finalmente, o pensamento histórico de Jean-François Champollion se mostrou imensamente interessante e proveitoso para pensar não somente o início de sua carreira docente e a sua posição dentro dos quadros gerais, mas também para refletirmos como o raciocínio histórico mais geral foi incorporado na elaboração de um curso com uma natureza *sui generis* até então na França, isto é, patrocinado pelo Estado com o intuito de formar professores do ensino básico, em vista de toda a discussão realizada por nós neste primeiro capítulo.

2. JEAN-FRANÇOIS CHAMPOLLION E A FILOLOGIA: ANTIGOS LUGARES, NOVOS HORIZONTES

O Egito parecia destinado a esconder para sempre, sob o véu de uma escrita misteriosa, a história, o culto, o sistema gráfico e o estado moral do povo que a Antiguidade grega e romana reconheceu como o primeiro instituidor da civilização.

(Jean-François Champollion, 1824)

Mas o véu estava ainda longe de ser levantado – e a jovem egiptologia, presa entre a falta de charme da filologia e as incessantes demandas do esoterismo, teria ainda muito que fazer.

(François Hartog, 2014)

A proposta deste capítulo consiste em explorar a relação de Jean-François Champollion com os estudos filológicos³⁵. Para isso, analisamos quais as condições que envolviam o desenvolvimento de seus estudos, atentando-se, especialmente, para as paisagens políticas e institucionais da época, bem como para o papel de suas redes de sociabilidades no processo de decifração do sistema hieroglífico.

Em um primeiro momento, discutimos os espaços eruditos, as academias e os lugares em que os estudos filológicos eram produzidos na França do início do século XIX. Abordamos, em seguida, os primeiros estudos de Jean-François Champollion acerca do Antigo Egito e da língua egípcia, pontuando como a tarefa da decifração não foi, em si, um ato pontual e isolado, muito menos algo que ocorreu pelo acaso, mas um longo processo que envolveu diversos aspectos.

Em um segundo momento, dedicamo-nos a estudar, por meio de trocas epistolares, os impactos da perseguição política e do consequente exílio de Jean-François Champollion em Figeac no que se refere aos seus estudos filológicos. Notamos, em suma, que mesmo em condições relativamente adversas, suas investigações não foram interrompidas, sobretudo em razão de suas redes de sociabilidades que permitiram o acesso a materiais importantes para isso.

³⁵ Entendemos por “filologia” uma ciência composta de vários ramos do saber, tais como gramática, retórica, poética, antiguidade, história, filosofia, que visa o estudo e o conhecimento de uma língua (LITTRÉ, 1874, p. 138).

Por fim, versamos sobre algumas etapas da decifração, traçando um panorama geral de como os estudos filológicos que almejavam a compreensão do sistema hieroglífico se deu desde o Antigo Regime até o feito de Jean-François Champollion em 1822. A fim de explicar esta última parte, utilizamos o trabalho através do qual ele tornou pública a sua chave interpretativa, a saber, a famosa *Lettre à M Dacier*, sobre a qual fizemos uma breve sùmula e explicamos como se deu o processo metodológico que relacionava suas hipóteses e seus experimentos.

2.1 ESPAÇOS ERUDITOS, ACADEMIAS E A DINÂMICA DOS ESTUDOS FILOLÓGICOS NA FRANÇA DO INÍCIO DO SÉCULO XIX

Vimos, no capítulo anterior, que a Revolução Francesa praticamente operou uma *tábula rasa* em muitos domínios da vida política e social. Quando se trata da dinâmica das produções científicas e literárias, no entanto, é necessário fazer certas ponderações nesta linha reflexiva.

Na França dos séculos XVII e XVIII, as inovações científicas e literárias eram produzidas em instituições situadas à margem do sistema de ensino formal. Estabelecimentos como o *Collège Royal de France* – sobre o qual versaremos mais detidamente no terceiro capítulo –, os salões aristocráticos e burgueses, as sociedades eruditas provincianas e as academias nacionais fomentavam, via recurso estatal ou privado, o desenvolvimento de novos estudos.

Entre tais instituições, existia uma espécie de sistema hierárquico que garantia às academias nacionais, tais como a Academia de Inscrições e Belas Letras (*Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*) (1663) e a Academia de Ciências (*Académie des Sciences*) (1666), o reconhecimento de maiores autoridades em seus respectivos domínios. Subsidiadas diretamente pela coroa francesa, nelas os eruditos dispunham de certos privilégios que lhes garantiam uma relativa autonomia, em especial da Igreja. Elas formavam, basicamente, a “base de um regime cultural inédito, diferente das antigas instituições eclesiásticas e universitárias”³⁶ (HEILBRON, 2006, p. 41, tradução nossa), incentivando novas pesquisas e publicações, criando concursos e premiações específicas, bem como financiando várias expedições. Isso não significava, contudo, que tais instituições monopolizavam a cultura

³⁶ No original: “la base d’un régime culturel inédit, différent des anciennes institutions ecclésiastiques et universitaires”.

erudita³⁷ ou mesmo as produções científicas³⁸ – embora o seu papel fosse essencial quando pensamos na possibilidade de se fazer uma carreira intelectual nesta conjuntura. Em suma, tal como assevera Johan Heilbron (2006, p. 53, tradução nossa), “os artistas, os escritores e os eruditos dependiam diversamente dos meios aristocráticos e mundanos da capital. Alguns recorriam com mais facilidade às cortes que aos salões, outros, no entanto, precisavam sobretudo de seus confrades e do apoio da Academia”³⁹.

Mais do que propor ideias revolucionárias, dentro deste sistema de pesquisa o que poderia vir a garantir o sucesso – em especial, o financeiro – de alguém recém inserido nele era a sua capacidade de criar e acionar redes de sociabilidades. Quando Robert Darnton acompanhou, por exemplo, a carreira do *philosophe* Jean-Baptiste-Antoine Suard (1732-1817), o qual havia largado a vida provinciana para tentar a sorte na capital parisiense, ele notou exatamente este fenômeno. O que estava por trás de seu triunfo era justamente a sua “dependência de ‘proteção’ – não mais a antiga variedade palaciana de mecenato, mas um tipo inteiramente novo que implicava conhecer as pessoas certas, manipular os cordéis adequados e ‘cultivar’” (DARNTON, 1987, p. 18). Assim, prossegue o autor, “os escritores mais velhos e estabelecidos, os burgueses opulentos, os nobres – todos participavam desse processo de cooptar jovens dotados do estilo certo, perfeitamente afinados com o *bon ton*,

³⁷ Os salões franceses, cujas origens remontam ao século XVII, desempenharam um papel de suma importância, por exemplo, nas discussões iluministas do século XVIII. Segundo Flora Martins de Araújo (2016, p. 79), neles encontravam-se “homens de ciência, filósofos, letrados, aristocratas e burgueses ricos com o intuito de promover a circulação do saber e a divulgação dos trabalhos produzidos”. Administrados principalmente – embora não exclusivamente – por mulheres aristocratas, tais espaços de sociabilidades e de livres discussões proporcionavam os meios para o aperfeiçoamento e o cultivo intelectual das pessoas que os frequentavam (ARAÚJO, 2016, p. 80). O universo dos salões se reduzia, praticamente, a uma pequena elite muito centralizada e relativamente homogênea. Ainda que comerciantes, clérigos, escritores ou funcionários do Estado pudessem acessá-los, era necessário seguir determinadas etiquetas que remetiam à vida cortesã. Assim, a fronteira que separava esta elite dominante das ordens inferiores era muito estrita até meados do século XVIII (HEILBRON, 2006, p. 52).

³⁸ Em seu estudo sobre o fenômeno do mesmerismo na França pré-revolucionária, Robert Darnton chamava a atenção ao grande interesse popular para com as descobertas científicas do século XVIII. Em razão da enorme quantidade de teorias desenvolvidas e da dificuldade em se assimilá-las, a fronteira entre a ciência e a pseudociência era extremamente tênue na perspectiva do público mais amplo. Assim, diversos estudos, sem muito rigor científico, eram produzidos de forma quase independente e divulgados em periódicos ou jornais de grande visibilidade. No entanto, mesmo que eles chegassem a ser apresentados em importantes espaços, assim como na Academia de Ciências, os acadêmicos profissionais tendiam a ignorá-los, tal como ocorreu no caso de Mesmer (DARNTON, 1988, p. 50).

³⁹ No original: “les artistes, les écrivains et les savants dépendaient diversement des milieux aristocratiques et mondains de la capitale. Certains recouraient plus volontiers surtout bien à la cour qu’aux salons, d’autres en revanche avaient surtout besoin de leurs confrères et de l’appui de l’Académie”.

para os salões, as academias, os jornais privilegiados e os cargos honoríficos” (DARNTON, 1987, p. 18).

Quando a Revolução Francesa irrompeu, algumas transformações pontuais foram propostas neste sistema. De imediato, tal como vimos no capítulo anterior, a Convenção Nacional suprimiu as academias e as sociedades literárias patenteadas pela nação em 8 de agosto de 1793. Alguns estabelecimentos, porém, foram idealizados na sequência. Em 10 *germinal* do ano III (30 de março de 1795) uma instituição concebida por Louis-Mathieu Langlès (1763-1824), à época funcionário da Biblioteca Nacional Francesa (*Bibliothèque Nationale Française*) e especialista em língua persa, foi criada através de um decreto legislativo. Tratava-se da Escola Especial de Línguas Orientais Vivas (*École Spéciale des Langues Orientales Vivantes*), a qual seria composta, inicialmente, de um professor de árabe literário e de vulgar, um professor de turco e de tártara e outro professor de persa e de malaio. Ela cumpriria uma importante função de preparar profissionais aptos às demandas oriundas de um forte expansionismo diplomático e comercial francês. Ao longo do século XIX, esta instituição passou a receber vários estudantes de outras regiões francesas, os quais tinham a oportunidade de receber auxílios financeiros para transcreverem manuscritos. Dos que realizaram tais atividades, destacavam-se, por exemplo, os nomes de Jean-Pierre Abel-Rémusat (1788-1832), estudioso da cultura chinesa, e de Jean-François Champollion (CHEVALIER, 1992, p. 151).

Diferentemente do que fizeram com o sistema de ensino, os revolucionários não conseguiram criar algo inteiramente novo em matéria de pesquisa, replicando, em certa medida, a mesma dinâmica de outrora.

Em 3 *brumaire* do ano IV (25 de outubro de 1895) a Convenção Nacional lançou as bases do novo *Institut National des Sciences et Arts* (Instituto Nacional de Ciências e Artes), que reuniria ao seu redor as antigas academias⁴⁰. Seu objetivo era, em suma, “aperfeiçoar as ciências e as artes através de pesquisas, da publicação das descobertas e da correspondência com as sociedades eruditas e estrangeiras”, e suas produções, tanto científicas quanto literárias, deveriam ter como princípio a “utilidade geral e a glória da república” (FRANÇA, 1895).

⁴⁰ Eram exemplos dessas instituições a Académie Française (1635), a Académie de Peinture et Sculpture (1648), a Académie des Inscriptions et Belles-Lettres (1663), a Académie des Sciences (1666) e a Académie de Chirurgie (1731).

A estrutura desta nova instituição seria composta inicialmente de três classes, as quais possuiriam subdivisões que refletiam interesses específicos. Com um total de sessenta membros residentes em Paris e outros sessenta membros espalhados nos demais departamentos, a Primeira Classe voltava-se às Ciências Físicas e Matemáticas (*Sciences Physiques et Mathématiques*) e disporia de dez seções: “matemáticas”, “artes mecânicas”, “astronomia”, “física experimental”, “química”, “história natural e mineralogia”, “botânica e física vegetal”, “anatomia e zoologia”, “medicina e cirurgia” e “economia rural e artes veterinárias”. Já a Segunda Classe, que era direcionada às Ciências Morais e Políticas (*Sciences Morales et Politiques*) e tinha um total trinta e seis membros residentes em Paris e outros trinta e seis membros espalhados nos departamentos, disporia de seis seções: “análises das sensações e das ideias”, “moral”, “ciências sociais e legislação”, “economia política”, “história” e “geografia”. Por fim, a Terceira Classe, a qual denominava-se Literatura e Belas-Artes (*Littérature et Beaux-Arts*) e continha quarenta e oito membros residentes em Paris e outros quarenta e oito membros espalhados nos departamentos, disporia de oito seções: “gramática”, “línguas antigas”, “poesia”, “antiguidades e monumentos”, “pintura”, “escultura”, “arquitetura” e “música e declamação” (FRANÇA, 1795).

Anualmente, o *Institut National* se encarregava de organizar vários concursos e de distribuir prêmios aos melhores trabalhos produzidos, assim como as academias faziam outrora. Era uma maneira de fomentar novas produções intelectuais e de incentivar o intercâmbio das trocas eruditas. É interessante notar que, tal como constava na lei, nenhum membro poderia pertencer a duas classes distintas, nem mesmo poderia assistir a sessões ou participar dos certames delas.

Para a primeira composição, o Diretório Executivo nomeou quarenta e oito membros que elegeram, posteriormente, o restante dos componentes. Após isso, quando uma cadeira encontrava-se vaga, uma lista – no mínimo tríplice – era formada para a eleição do novo titular (FRANÇA, 1795).

Ao longo do século XIX, ser membro do *Institut National*, além de oferecer uma posição financeiramente privilegiada, uma vez que o erudito recebia um subsídio anual (CHEVALIER, 1992, p. 150), conferia um *status* social elevado. Basta lembrarmos do romance de Anatole France (1881), *Le Crime de Sylvestre Bonnard, Membre de l'Institut* (O Crime de Sylvestre Bonnard, Membro do Instituto), para se ter uma breve noção acerca disso. Quando o protagonista da trama, um senhor apaixonado por história e pela filologia,

apresentava-se como membro do Instituto, automaticamente ele recebia um tratamento diferenciado das pessoas que o cercavam. Era motivo de orgulho tê-lo nas residências, nos hotéis ou mesmo nos estabelecimentos comerciais simplesmente por causa de sua posição enquanto um *homme des lettres*.

Dentro desta estrutura, havia uma hierarquia entre as classes no que se referia à eleição dos secretários perpétuos – isto é, os chefes dos escritórios acadêmicos responsáveis por elas. Enquanto a primeira nomeava até duas pessoas para esta função, as outras podiam indicar apenas um nome para o cargo (GODECHOT, 1951, p. 653). Isso revelava certas relações de forças existentes entre os campos do saber. Nesse sentido, é importante asseverar que os revolucionários mostravam uma predisposição para com os estudos científicos, os quais eram instrumentalizados principalmente para fins militares, em detrimento dos estudos literários, criando uma espécie de dualidade entre eles. Desse modo, tal como sublinha Johan Heilbron, a Revolução Francesa acabara por produzir uma transformação estrutural nas relações intelectuais: “assim como as ciências eram vistas como as disciplinas úteis por excelência, as letras eram associadas a um universo consumado de salões aristocráticos e de encontros mundanos, desprovido de menor interesse prático digno desse nome”⁴¹ (2006, p. 175, tradução nossa).

Esta situação se alterou relativamente com a ascensão de Napoleão Bonaparte. Embora não tendo promovido grandes transformações estruturais, em 3 *pluviôse* do ano XI (23 de janeiro de 1803) o então cônsul propôs uma reorganização do *Institut National*. Segundo Johan Heilbron,

seu aspecto mais inovador foi a supressão da classe de ciências sociais [segunda classe], onde os membros mais influentes eram conhecidos por suas ideias anticlericais e liberais, as quais Napoleão considerava contrárias aos interesses do Estado. A terceira classe, de letras e belas artes, foi repartida em três: as letras e a literatura francesa, domínio da antiga Academia Francesa, foram promovidas à posição de segunda classe do *Institut*; a terceira classe, que correspondia doravante à falecida Academia de Inscrições e Belas Letras, era dedicada à erudição histórica e literária; a quarta e última classe era reservada às belas artes. Observa-se assim que, sob o Império, as letras foram nitidamente revalorizadas, em detrimento das

⁴¹ No original: “alors que les sciences étaient perçues comme les disciplines utiles par excellences, les lettres étaient associés à un univers révolu de salons aristocratiques et de rencontres mondaines, dénué du moindre intérêt pratique digne de ce nom”.

ciências sociais, e que as ciências da natureza mantiveram seu primeiro lugar⁴² (2006, p. 179, tradução nossa).

Tal revalorização das letras manifestava, também, o despertar de um forte entusiasmo para com o aprendizado das línguas, fossem elas vivas ou mortas, não apenas ocidentais, mas também orientais. Desde o final do século XVIII, portanto, um notório interesse dos europeus pelo extremo oriente, tanto no aspecto cultural quanto nas questões econômicas, ampliou o alcance da filologia, culminando em novas investigações tais como nas traduções da língua sânscrita para as vernáculas (KELLEY, 2012, p. 242). Ora, não à toa eruditos especializados nesses assuntos – e que ficariam reconhecidos sobretudo como orientalistas – tiveram importantes posições durante o período napoleônico, conquistando inclusive, tal como nos exemplos de Silvestre de Sacy (1758-1838) e de Volney, títulos nobiliárquicos emitidos diretamente pelo imperador, a saber, o de barão e o de conde respectivamente.

Na esteira do *Institut National*, sociedades eruditas antigas se reconstituíram e outras novas foram criadas, especialmente nas cidades provincianas. Quem se destacava nelas tendia, assim como no caso de Jean-François Champollion, a viajar para Paris a fim de aprofundar seus estudos e eventualmente pleitear posições dentro deste sistema. Principalmente no quadro das investigações filológicas, as quais referiam-se ao estudo crítico de textos literários quanto aos seus estilos, às suas estruturas e aos seus significados históricos (KELLEY, 2012, p. 233), o caminho natural a se seguir no início do século XIX era através de três instituições: a Escola Especial de Línguas Orientais Vivas, a Academias de Inscrições e Belas Letras (que estava subordinada à terceira classe do *Institut National*) e o *Collège de France*.

Observa-se, diante de tais questões, que a dinâmica das produções de pesquisas na primeira metade do oitocentos replicava, especificamente na França, praticamente tudo aquilo que ocorria no Antigo Regime. Fora do sistema de ensino formal, elas continuaram a se desenvolver em sociedades eruditas de cidades provincianas, nos salões, nas academias

⁴² No original: “son aspect le plus innovant fut la suppression de la classe des sciences sociales, dont les membres le plus influents étaient réputés pour leur idées anticléricales et libérales, idées que Napoléon estimait contraires aux intérêts de l’État. La troisième classe, celle des lettres et beaux-arts, fut scindée en trois : les lettres et la littérature française, étaient promues au rang de deuxième classe de l’Institut ; la troisième classe, qui correspondait désormais à la défunte Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, était dédiée à l’érudition historique et littéraire ; la quatrième et dernière classe était réservée aux beaux-arts. On voit ainsi que, sous l’Empire, les lettres furent nettement revalorisées, au détriment des sciences sociales, mais que les sciences de la nature gardèrent leur première place”.

que compunham o *Institut National*, no *Collège de France*, bem como nos museus e em outras instituições. Por mais originais e inovadores que os trabalhos pudessem ser, sem a criação e o acionamento de importantes redes de sociabilidades um erudito francês teria, portanto, enormes dificuldades para trilhar uma carreira intelectual nesta conjuntura.

Vislumbraremos, nos tópicos subsequentes, como tais aspectos estiveram por trás do progresso de Jean-François Champollion.

2.2 OS PRIMEIROS ESTUDOS DE JEAN-FRANÇOIS CHAMPOLLION SOBRE O ANTIGO EGITO

No início do século XIX, os estudos acerca do Antigo Egito foram reavivados, no continente europeu, pela expedição napoleônica iniciada em 1798. Tal empreendimento militar possuía, na essência, uma originalidade: junto com ele, uma comissão formada de eruditos oriundos especialmente da Escola Politécnica (*École Polytechnique*), como matemáticos, químicos, topógrafos, geômetras, médicos, arquitetos, pintores e botânicos, fora organizada com o intuito de coletar informações em todos os campos do saber sobre o Egito Antigo e Moderno. Os principais membros da primeira comissão eram Gaspard Monge (1746-1818), Claude-Louis Berthollet (1748-1822), Nicolas-Jacques Conté (1755-1805), Louis Costaz (1767-1842), René-Nicolas Dufriche Desgenettes (1762-1837), Jean-Baptiste Joseph Fourier (1768-1830), Pierre-Simon Girard (1765-1836) e Michel Ange Lancret (1774-1807).

Instalados, inicialmente, em Roseta (*El Rashid*, em árabe transliterado), praticamente tudo os interessava: das antiguidades, da arquitetura contemporânea e da língua moderna, às estruturas sociais, à economia, à música, às indústrias e ao estado sanitário (MASSON, 2009). Uma miríade de informações era, assim, recolhida em viagens que percorriam os quatro cantos do país africano.

Foi justamente na referida cidade que um importante monumento, contendo três tipos de inscrições – a Pedra de Roseta –, seria encontrado por Pierre-François Bouchard (1772-1832). Tratava-se, em suma, de uma construção com especificidades singulares, pois trazia um mesmo texto escrito em três escritas distintas: duas partes em egípcio, sendo uma em escrita hieroglífica e a outra em escrita demótica, e a terceira em grego. Suas inscrições se dividiam em três blocos de texto, sendo 14 linhas em escrita hieroglífica, 32 linhas em escrita demótica e 53 linhas em escrita grega. Em seu estado original, a Pedra consistia numa

estela comemorativa. Seu conteúdo correspondia a um decreto egípcio aprovado por um conselho de sacerdotes, contendo informações sobre o reinado do faraó Ptolomeu V Epifânio, um dos governantes do chamado Período Ptolomaico, entre 304 a.C. e 30 a.C. (RAY, 2014).

Após a conquista do Cairo pelos franceses, Napoleão Bonaparte estabeleceu naquele território a criação do *Institut d'Égypte* (Instituto do Egito), onde regularmente ocorriam sessões presididas, normalmente, pelo general.

O resultado deste empreendimento erudito-militar, o qual durou até 1801, foi, no que se refere às possibilidades intelectuais, a coleta de um gigantesco número de relatos, de materiais, de desenhos e de cópias de inscrições egípcias e gregas que foram compiladas e publicadas, ao longo de vários anos, na monumental obra *Description de l'Égypte* (Descrição do Egito). Aos poucos, tais materiais passaram a circular pelo continente europeu, especialmente na França, fazendo com que muitos estudos começassem a abordá-los.

Em abril de 1802, por exemplo, Silvestre de Sacy, então professor de árabe na Escola Especial de Línguas Vivas, publicou uma carta ao Ministro do Interior, Jean-Antoine Chaptal (1756-1832), sobre a inscrição egípcia encontrada em Roseta mencionada anteriormente. Tratava-se, em síntese, de um primeiro esforço visando decifrar, a partir de três cópias do monumento, a escrita estrangeira que nele residia. Procedendo do conhecido ao desconhecido, tal como havia proposto Jean-Jacques Barthélemy (1717-1795) para o método de decifração de línguas desconhecidas (FAROUT, 2016, p. 19), o orientalista francês aproximou os nomes próprios escritos em grego de seus equivalentes na inscrição egípcia demótica (embora ele não a denominasse dessa forma), a qual possuía relativa proximidade com a língua copta ou o egípcio moderno (SACY, 1802, p. 10).

As bases para a compreensão do sistema hieroglífico estavam sendo lançadas. A partir disso, diversos estudiosos se dedicariam à decifração da antiga escrita egípcia por meio da Pedra de Roseta – entre eles, destacavam-se Johan David Åkerblad (1763-1819) em 1802, Hubert-Pascal Ameilhon (1730-1811) em 1803 e Nils Gustaf Pahlin (1765-1842) em 1804⁴³, todos esforços notavelmente imediatos ao início da circulação das cópias das inscrições pela Europa.

⁴³ Suas publicações são, respectivamente, a *Lettre sur l'inscription égyptienne de Rosette, adressée au Cen Silvestre de Sacy, par J. D. Åkerblad* (1802); os *Éclaircissements sur l'inscription grecque du monument trouvé à Rosette, contenant un décret des prêtres de l'Égypte en l'honneur de Ptolémée Épiphane, le cinquième des rois Ptolémée, par Ameilhon* (1803); e a *Analyse de l'inscription en hiéroglyphes du monument trouvé à Rosette, contenant un décret des prêtres de l'Égypte en l'honneur de Ptolémée Épiphane, par Pahlin* (1804);

Quando Jean-François Champollion residiu pela primeira vez em Paris, entre 1808 e 1809, para aprofundar seus conhecimentos linguísticos, frequentando as principais instituições da capital, ele passou a se inteirar de tais estudos. Uma carta enviada a seu irmão mais velho, Jacques-Joseph Champollion-Figeac, em 21 de abril de 1809, mostra-nos exatamente este movimento:

[...] você me recomenda estudar a inscrição de Roseta. É justamente por ela que eu quero começar. Te direi, em confiança, que meu [Johan David] Åkerblad não conhecia o copta mais do que era necessário. Ademais, conheço uma anedota preciosa que, por si só, obrigar-me-ia a examinar muito escrupulosamente o trabalho de nosso sueco. Ele próprio declarou ao abade de Tersan [Charles-Philippe Campion] que, *apesar de seu alfabeto e de suas belas descobertas, ele não podia ler três palavras de texto na inscrição egípcia*. Isso prova que seu trabalho sobre esse monumento é igualmente vão como o de [Nils Gustaf] Pahlin sobre a parte hieroglífica dessa inscrição. É preciso, portanto, recomeçar tudo; é o que começo a ver [...]. Você me disse para ler o segundo volume de Heródoto. É o que estou fazendo [...]. Escreva a [Aubin-Louis] Millin pedindo-lhe para me ceder o seu *dicionário copta* de [Mathurin Veyssière de] Lacroze [...]⁴⁴ (VAILANT, 1975, pp. 154-157, tradução nossa, grifos do autor).

Além da Pedra de Roseta, Jean-François Champollion apostava, também, no estudo comparativo de outros materiais, que iam desde pequenos fragmentos de manuscritos egípcios e coptas, faixas de múmias e papiros preservados em museus, a cópias de inscrições publicadas em periódicos (VAILANT, 1975, p. 156). Paris foi, portanto, um excelente laboratório de pesquisas para ele, assim como os materiais e as bibliografias lá adquiridos compuseram as bases de seus estudos posteriores.

Como assinalamos no capítulo anterior, a primeira década do século XIX marcou um período de ascensão dos irmãos Champollion em Grenoble. Além do cargo de professor de literatura grega na Faculdade de Letras, Jacques-Joseph acumulou, ainda, a função de bibliotecário-adjunto na Biblioteca Municipal de Grenoble. Tratava-se de uma importante instituição local que era chefiada por Jean-Gaspard Dubois-Fontanelle e que abrigava “um

⁴⁴ No original: “Tu me conseilles d'étudier l'inscription de Rosette. C'est justement là par où je veux commencer. Je te dirai en confidence que mon Åkerblad ne savait pas plus le copte qu'il ne fallait. D'ailleurs, je sais une anecdote précieuse, qui seule m'obligerait à examiner très scrupuleusement le travail de notre Suédois. Il a avoué lui-même à l'abbé de Tersan (de qui je la tiens) que malgré son alphabeth (sic) et ses belles découvertes il ne pouvait point lire trois mots de texte dans l'inscription égyptienne. Cela prouve que son travail sur ce monument est tout aussi vain que celui de Pahlin sur la partie hiéroglyphique de cette inscription. Il faut donc tout recommencer ; c'est ce que je commence à voir. [...] Tu me dis de lire le deuxième volume d'Hérodote. C'est ce que je fais. [...] Ecris à M. Millin pour le prier de me céder son dictionnaire copte de Lacroze”.

‘Gabinete de Antiguidades’, uma coleção de quadros e um Museu de História Natural”⁴⁵ (CARBONELL, 1984, p. 59, tradução nossa). Quando Dubois-Fontanelle aposentou-se de suas atividades em 1812, Jacques-Joseph assumiu a função de conservador chefe dela, nomeando seu irmão mais novo para o cargo que era seu, e a de diretor (*doyen*) da faculdade. Isso significava, portanto, que ambos passaram a desfrutar de espaços privilegiados para dar continuidade ao desenvolvimento de suas investigações, controlando, por exemplo, orçamentos institucionais que possibilitavam a aquisição de novos materiais aos estabelecimentos em que atuavam⁴⁶.

Paralelamente às suas atividades profissionais, Jean-François Champollion se aprofundou no estudo da cultura egípcia antiga, realizando várias investigações científicas relacionadas, direta ou indiretamente, aos estudos de filologia. O quadro a seguir apresenta a produção intelectual dele até 1815, momento em que suas atividades foram interrompidas em razão do exílio em Figeac, sendo retomadas apenas em 1818:

QUADRO 2 – PRODUÇÃO INTELECTUAL DE JEAN-FRANÇOIS CHAMPOLLION ANTERIOR AO EXÍLIO

ANO	TÍTULO	VEÍCULO
1811	<i>Observations sur le catalogue des Manuscrits coptes du Musée Borgia à Velletri, ouvrage posthume de George Zoëga</i> (Observações sobre o catálogo de Manuscritos coptas do Museu Borgia em Velletri, obra póstuma de George Zoëga).	(Análise de obra) Magasin Encyclopédique
1811	<i>L'Égypte sous les pharaons, ou recherches sur la Géographie, la Religion, la Langue, les Écritures et l'Histoire de l'Égypte avant l'invasion de Cambyse</i> (O Egito sob os faraós, ou pesquisas sobre a Geografia, a Religião, a Língua, as Escritas e a História do Egito antes da invasão de Cambises)	Versão preliminar do livro com apenas 77 páginas.
1813	<i>Notice sur l'ouverture et le contenu d'un vase égyptien, appartenant au Cabinet des Antiquités de la Bibliothèque de Grenoble</i> (Notícia sobre a abertura e o conteúdo de um vaso egípcio pertencente ao Gabinete de Antiguidades de Biblioteca de Grenoble)	Comunicação feita na sessão de 8 de janeiro de 1813 da Sociedade de Ciências e Artes de Grenoble.

⁴⁵ No original: “un "cabinet des antiquités, une collection de tableaux et un muséum d'histoire naturelle”.

⁴⁶ Segundo um levantamento feito por Charles-Olivier Carbonell (1984, p. 59), durante o período de chefia de Jacques-Joseph, a Biblioteca Municipal teve uma média anual de trezentas e setenta novas aquisições. Destacavam-se entre os materiais exemplares da *Magasin Encyclopédique*, traduções de Homero e de Estrabão, bem como outros autores clássicos e obras de pessoas próximas a ele.

1814	<i>L'Égypte sous les pharaons, ou recherches sur la Géographie, la Religion, la Langue, les Écritures et l'Histoire de l'Égypte avant l'invasion de Cambyse</i> (O Egito sob os faraós, ou pesquisas sobre a Geografia, a Religião, a Língua, as Escritas e a História do Egito antes da invasão de Cambises)	Versão completa do livro com 379 páginas.
1815	<i>Lettre sur les odes gnostiques attribuées à Salomon ; Adressée à M. Grégoire, Membre de l'Institut</i> ⁴⁷ (Correspondência sobre as odes gnósticas atribuídas a Salomon; Endereçada ao st. Grégoire, Membro do Instituto)	(Análise de obra) Magasin Encyclopédique

Fonte: a autora (2020).

Embora alguns estudos (cf. HARTLEBEN, 1983; LACOUTURE, 1988) apontem que duas comunicações foram realizadas anteriormente a 1810, em razão da inexistência de registros delas optamos por colocar apenas as produções que nos são acessíveis atualmente. Assim, os cinco trabalhos indicam, minimamente, quais os rumos que as investigações de Jean-François Champollion estavam tomando.

A hipótese de que existiam certos traços da antiga língua egípcia na língua copta, a qual passou a existir a partir do século IV d.C. (GURGEL, 2014, p. 12), não era exatamente uma novidade no início do século XIX. De acordo com Dominique Farout (2016), havia uma longa tradição europeia, cuja raiz provavelmente vinha dos antigos pensadores árabes, que associava a língua copta ao egípcio antigo. Eruditos como Jean-Jacques Barthélemy (1716-1795), George Zoëga (1755-1809) ou Jean-François Champollion filiavam-se, portanto, a este legado.

A obra póstuma de George Zoëga, sobre a qual o erudito francês escreveu uma análise, versava acerca de três dialetos egípcios existentes em manuscritos coptas preservados no Museu de Velletri, a saber: o menfita, o *basmurico* e o tebano. Eles, segundo o dinamarquês, eram historicamente de tempos diferentes – o tebano, isto é, a língua dos faraós, era o mais antigo, e os outros dois dialetos derivavam-se dele. Além de fazer pontuais críticas quanto à leitura e às transcrições feitas pelo autor, bem como de destacar um grupo especial de fontes litúrgicas onde se podia observar determinadas palavras egípcias interpretadas em árabe, o grande valor do trabalho do dinamarquês consistia justamente em

⁴⁷ Tratava-se de uma análise da obra *Odae Gnosticæ Salomoni Tributæ; Thebaicè et Latinè; proefatione et adnotationibus philologicis illustratæ*. A publicação organizada por Münster trazia cinco traduções de odes ou cânticos em prosa escritos em egípcio do dialeto tebano para o latim realizadas por Woide.

lançar luzes sobre um dialeto pouquíssimo conhecido até então, a saber, o *basmurico* (CHAMPOLLION, 1811^a, p. 16). Assim, tal obra facilitava o estudo da língua copta, uma vez que nenhum outro havia reunido tantos textos de todos os gêneros e de todos os dialetos (CHAMPOLLION, 1811^a, p. 36). Numa época em que os dicionários antigos eram consideravelmente incompletos, trabalhos desta natureza possibilitavam ao erudito francês aprender novas palavras para enriquecer tanto seu vocabulário como suas futuras interpretações.

Em outubro de 1811, Jean-François Champollion publicou uma versão preliminar de seu principal estudo deste período: *L'Égypte sous les pharaons, ou recherches sur la Géographie, la Religion, la Langue, les Écritures et l'Histoire de l'Égypte avant l'invasion de Cambyse* (O Egito sob os faraós, ou pesquisas sobre a Geografia, a Religião, a Língua, as Escritas e a História do Egito antes da invasão de Cambises). Um dos objetivos deste empreendimento, o qual seria alcançado, na sua perspectiva, por meio da descrição geográfica, era “tornar esse país conhecido por ele próprio”⁴⁸ (CHAMPOLLION, 1811b, p. 3, tradução nossa). Tratava-se, desse modo, de um trabalho pioneiro quanto à forma – e que seguia, em certa medida, certos preceitos expostos na sua aula inaugural do curso de história, onde defendeu o “conhecimento dos lugares” como meio de não cometer erros interpretativos acerca da constituição social, das leis ou mesmo da administração dos impérios.

Além de oferecer um panorama geral sobre o Antigo Egito, abordando o modo como certos pensadores antigos retrataram-no em seus relatos, tais como os gregos Heródoto e Estrabão, o erudito francês esboçou uma primeira tentativa de aproximar nomes de certas cidades escritas em língua copta, extraídos de vários manuscritos, aos de outros idiomas, como o árabe e o grego.

FIGURA 1 – APROXIMAÇÃO DOS NOMES DE CIDADES ESCRITAS EM TRÊS LÍNGUAS

⁴⁸ No original: “faire connaître ce pays par lui-même.”

<i>Nom Grec du manuscrit.</i>	<i>Nom Grec rétabli.</i>	<i>Nom Égypt. ou Copte.</i>	<i>Nom Arabe.</i>
ΣΕΠΟΝ	Συενη.	ΣΟΥΣΝ	<i>Asouan.</i>
ΛΕΤΟΝ	Λαλοπολις.	ΣΝΗ	<i>Asna.</i>
ΑΡΕΟΝΣΚΗ	Ερμονθις.	ΑΡΕΟΝΘ	<i>Arment.</i>
ΤΙΟΣΠΟΛΙΣ	Διοςπολις.	ΔΝΟ	<i>Madinat Hou.</i>
ΠΕΝΟΣ	Πανωνπολις.	ΨΕΣΝ	<i>Akhmim.</i>
ΛΕΓΟΥ	Λυκωνπολις.	ΣΙΟΥΘ	<i>Osiouth.</i>
ΘΕΥΔΟΣΙΟΥ	Θεωδοσιςπολις.	ΤΟΥΖΟ	<i>Tahha.</i>
ΣΕΡΥΧΟΥ	Οξυρυχος.	ΠΕΥΞΕ	<i>Albahnsa.</i>
ΣΡΟΚΕΛΕΟΥ	Ηρακλεωπολις.	ΣΝΗΣ	<i>Ahnas.</i>

Fonte: Jean-François Champollion (1811, p. 29).

Tal metodologia comparativa tinha, em sua perspectiva, algumas vantagens. A primeira era a de fixar a situação das cidades cuja localização era incerta ou desconhecida. Assim, observava-se que os nomes escritos em egípcio diferenciavam-se substancialmente dos nomes escritos em grego, indicando que as traduções feitas pelos antigos pensadores não possuíam uma base sólida (CHAMPOLLION, 1811b, p. 31). O que causava isso era basicamente a diferença de pronúncia entre as línguas. Segundo ele, o alfabeto grego “praticamente não tinha signos próprios para exprimir as inflexões da língua dos egípcios”⁴⁹ (CHAMPOLLION, 1811b, p. 33, tradução nossa). Outra vantagem era a de poder perceber certas semelhanças entre o copta e a língua árabe, uma vez que elas conservaram os nomes das cidades em egípcio antes do gregos os modificarem.

Poucos meses após a publicação desta obra, Antoine-Isaac Silvestre de Sacy publicou uma breve resenha dela nos *Annales Encyclopédiques*. Um fato pesou contra o jovem: pouco tempo antes de sua versão preliminar ser lançada, um outro erudito, Étienne Marc Quatremère (1782-1857), havia produzido um estudo sobre o Antigo Egito⁵⁰. Assim, o professor de árabe da Escola Nacional de Línguas Vivas o cobrava:

⁴⁹ No original: “n'avait point de signes propres à exprimer toutes les inflexions de la langue des Égyptiens”.

⁵⁰ Tratava-se das *Mémoires géographiques et historiques sur l'Égypte et sur quelques contrées voisines. Recueillis et extraits des manuscrits coptes, arabes, etc., de la Bibliothèque Impériale*.

não temos dúvida de que o sr. Champollion se obrigue a consultar essa excelente obra. Sem dúvida, ele respeitará o público o suficiente para não repetir desnecessariamente o que o sr. Quatremère disse com todos os desenvolvimentos convenientes, e saberá como fazer os sacrifícios que essa gentileza exigirá. [...] Sem dúvida, é pouco favorável ao sr. Champollion vir após uma obra tal como a do sr. Quatremère⁵¹ (SACY, 1811, p. 198, tradução nossa).

Apesar disso, por se tratar de um trabalho ainda incipiente e que prometia abranger mais questões do que o citado anteriormente, um voto de confiança era dado:

reunindo e ordenando em uma obra metódica tudo o que os escritos dos antigos e os trabalhos dos críticos modernos oferecem sobre um assunto tão interessante, e unindo aí suas próprias observações, evitando se deixar levar pelo espírito do sistema, que substituí muito muita frequência o silêncio da história por conjecturas fortuitas, o sr. Champollion terá o mérito de ter feito um trabalho útil, e verá seus esforços coroados com o sucesso e a aprovação dos eruditos⁵² (SACY, 1811, p. 201, tradução nossa).

A recepção de seu livro mostrava, portanto, que suas reflexões estavam, aos poucos, se inserindo nos principais círculos eruditos franceses.

Tanto esta obra preliminar – que seria publicada integralmente apenas em 1814 e contaria com uma espécie de glossário explicando vários nomes de lugares egípcios, tais como cidades, ilhas e montanhas – quanto os demais estudos sugerem, desse modo, que os trabalhos filológicos de Jean-François Champollion estavam bem avançados nesta conjuntura. As condições profissionais e sociais em que se encontravam ambos os irmãos contribuíram, assim, decisivamente para este progresso. No entanto, os próximos anos marcariam um período de intensas transformações políticas, as quais afetariam diretamente as circunstâncias que os envolviam.

2.3 DOS EFEITOS DE UM EXÍLIO: JEAN-FRANÇOIS CHAMPOLLION E O ESTUDO DA LÍNGUA EGÍPCIA EM FIGEAC

⁵¹ No original: “Nous ne doutons point que M. Champollion ne se fasse un devoir de consulter cet excellent ouvrage. Il respectera sans doute assez le public pour ne pas répéter inutilement ce que M. Quatremère a dit avec tous les développements convenables, et il saura faire les sacrifices que ce ménagement exigera. [...] Il est sans doute peu favorable à M. Champollion de venir après un ouvrage tel que celui de M. Quatremère”.

⁵² No original: “réunissant et ordonnant dans un ouvrage méthodique tout ce que les écrits des anciens et les travaux des critiques modernes offrent sur un sujet aussi intéressant, et y joignant ses propres observations, en évitant de se laisser entraîner par l'esprit de système, qui supplée trop souvent au silence de l'histoire par des conjectures hasardées, M. Champollion aura le mérite d'avoir fait un ouvrage utile, et verra ses efforts couronnés du succès et de l'approbation des savants”.

Os anos de 1814 e 1815 marcaram um período de enorme instabilidade política. Neste curto tempo, a França enfrentou a queda de um império (abril de 1814), uma restauração monárquica (abril de 1814), uma breve tentativa de reinstalação do regime napoleônico (março de 1815) e, por fim, um segundo ato restaurador (junho 1815). Em um universo onde pesquisa e política eram dimensões praticamente indissociáveis, quem trilhava tais carreiras sofria diretamente as controvérsias dessas disputas.

Quando Napoleão Bonaparte reassumiu o poder na primavera de 1815, instalando o “governo dos cem dias”, um movimento iniciado no sul da França impôs resistência às ambições do imperador. O chamado período do *terreur blanche* (terror branco) foi o último ato de uma guerra civil na qual milhares de monarquistas, liderados principalmente pelo Duque de Angoulême⁵³ (1775-1844), tomaram as armas para assegurar o sucesso da restauração iniciada outrora (TRIOMPHE, 2014, p. 51). A reação se operou, de acordo com Pierre Triomphe,

em consequência de numerosos confrontos armados, e marca o início de um período de caos. No decorrer desse período, as violências individuais ou coletivas contra os bens e as pessoas, os assassinatos, as batalhas em linha se sucedem. Explicações políticas são avançadas para justificar tais comportamentos, mesmo se as motivações privadas, tentação do lucro ou desejos de vingança, desempenham um certo papel⁵⁴ (2014, p. 51, tradução nossa).

Mesmo com a derrota em Waterloo e o conseqüente retorno de Louis XVIII ao trono, a consolidação da restauração monárquica foi lenta e difícil. Isso porque o reconhecimento do novo rei sofreu enormes desgastes, sobretudo com o esfacelamento das estruturas administrativas oficiais, com a paralisação dos órgãos locais e das instâncias de justiça (TRIOMPHE, 2014, p. 52). O que se observou, a partir de então, foi uma disputa entre o Estado e as gestões regionais, a qual culminaria num curto período de grandes instabilidades. Jacques-Joseph e Jean-François Champollion sofreram diretamente os efeitos dessa paisagem política.

⁵³ Louis-Antoine d’Artois, o Duque de Angoulême, era filho de Charles-Philippe de France (1757-1836), o Conde de Artois (futuro Charles X, que reinará a França de 1824 a 1830).

⁵⁴ No original: “La seconde Restauration s’opère à la suite de nombreux affrontements armés, et marque le début d’une période de chaos. Tout au long de cette période, les violences individuelles ou collectives contre les biens et les personnes, les assassinats, les batailles rangées même se succèdent. Des explications politiques sont avancées pour justifier ces comportements, même si les motivations privées, appât du lucre ou désirs de vengeance, jouent un rôle certain”.

Vale destacar, antes de tudo, que existem pouquíssimos estudos acerca do engajamento político dos dois irmãos, tornando difícil a tarefa de situá-los num ou noutro espectro desta conjuntura⁵⁵. O que podemos inferir é que a ascensão de ambos não ocorrera apenas por mérito próprio, mas também através de simpatias que foram construídas com o *préfet* e alguns ministros bonapartista, bem como com agentes ligados aos movimentos monarquistas.

Quando os acontecimentos da restauração começaram a se concretizar, ocorreu uma espécie de sinalização do irmão mais velho ao novo regime. De acordo com Charles-Olivier Carbonell (1984, p. 93), aos poucos ele começou a se colocar como vítima do Império. Isso pode ser observado, por exemplo, em uma carta dele de 28 abril de 1814 – mesmo dia da chegada de Louis XVIII à França – ao Ministro do Interior:

Hoje, que um governo tutelar repara eficientemente os males que uma polícia muito exigente cometeu, venho com a mais inteira confiança solicitar de vossa justiça, Senhor, uma decisão semelhante às que reestabelecem os redatores e os proprietários de jornais de Paris⁵⁶ (CARBONELL, 1984, p. 92, tradução nossa).

A submissão demonstrada por Jacques-Joseph revelava uma clara manifestação de colaboração. Não à toa, ele fora designado, poucos meses depois, a fazer parte de uma delegação *grenobloise* enviada à capital para assegurar a lealdade dos habitantes locais ao rei. Era, desse modo, uma tentativa de manter sua posição, multiplicando seus laços de fidelidade para com a coroa (CARBONELL, 1984, p. 101). O mesmo esforço também era demonstrado por Jean-François Champollion. Quando a sua obra *L'Égypte sous les pharaons, ou recherches sur la Géographie, la Religion, la Langue, les Écritures et l'Histoire de l'Égypte avant l'invasion de Cambyse* (O Egito sob os faraós, ou pesquisas sobre a Geografia, a Religião, a Língua, as Escritas e a História do Egito antes da invasão de Cambises) fora publicada integralmente em 1814, o autor a apresentara e a dedicara ao rei Louis XVIII.

A participação mais assídua de Jacques-Joseph na vida política parisiense, bem como a sua aproximação das elites do poder central fizeram parte, de acordo com Charles-

⁵⁵ Sabe-se, por exemplo, que Jacques Joseph e Jean-François Champollion atuaram, com frequência, no jornal local de Grenoble, escrevendo também comentários políticos. No entanto, tais fontes encontram-se preservadas em arquivos físicos na província francesa, o que nos impede de aprofundar esta questão em nossa pesquisa.

⁵⁶ No original: “aujourd'hui qu'un gouvernement tutélaire répare efficacement les maux qu'une police trop exigeante a fait commettre, je viens avec la plus entière confiance solliciter de votre justice, Monseigneur, une décision semblable à celles qui rétablissent les rédacteurs et propriétaires de journaux de Paris.”

Olivier Carbonell (1984, p. 102), de uma estratégia para ele se consolidar cientificamente no plano geral, mantendo suas funções – e as de seu irmão mais novo – em Grenoble preservadas.

Fruto disso, em 22 de julho de 1814, ele foi nomeado para a Terceira Classe – história e literatura antigas – do *Institut* como membro correspondente – a saber, um erudito que mantinha vínculos com a instituição sem necessariamente ter de morar em Paris. Tal posição conferia-lhe reconhecimento social e principalmente frutíferas redes de sociabilidades.

O apoio à restauração durou até março de 1815, quando uma virada política alterou significativamente o cenário. Com o retorno de Napoleão Bonaparte, Jacques-Joseph saiu imediatamente em defesa do imperador e de suas novas mudanças propostas (CARBONELL, 1984, pp. 105-106), que o retribuiu designando-o a duas atividades: atuar como auxiliar do *préfet* do departamento de Isère e publicar, no jornal local, notícias de amparo ao novo governo. Paralelamente a isso, Jean-François Champollion e Jacques Berriat-Saint-Prix (1769-1845), cunhado de Jacques-Joseph, criaram a *Fédération Dauphinoise*, uma “instituição ao mesmo tempo bonapartista e revolucionária, imperial e republicana, cujos estatutos diziam que ela era ‘uma reunião de patriotas unidos pelo pacto solene de resistir aos reis e de se opor ao retorno do feudalismo’”⁵⁷ (CARBONELL, 1984, p. 120, tradução nossa).

Mas o novo regime napoleônico durou apenas cem dias. No segundo ato da restauração, instalou-se, como mencionado anteriormente, um período de terror, com fortes perseguições e até mesmo assassinatos. A palavra de ordem era revanche contra os simpatizantes bonapartistas. Se anteriormente os irmãos Champollion gozavam de prestígio, seja entre os apoiadores do império, seja entre os defensores da monarquia, neste momento a situação deles se alterava.

O corpo documental organizado por Karine Madrigal (2016) e publicado recentemente pelo *Musée Champollion* da cidade de Figeac permite-nos mensurar tais consequências.

Pierre Triomphe (2014, p. 57) assinala que, para impor o retorno da ordem durante o *terreur blanche*, o poder central de Louis XVIII precisou reforçar a sua autoridade sobre

⁵⁷ No original: “institution à la fois bonapartiste et révolutionnaire, impériale et républicaine, dont les statuts disaient qu'elle était une réunion de patriotes unis par le serment solennel de résister aux rois et de s'opposer au retour de la féodalité”.

seus agentes locais. Em julho de 1815, por exemplo, poucos dias após a queda definitiva do império, o comissário geral da polícia *grenobloise* anunciou as seguintes medidas:

Considerando que, neste estado de coisas, importa recorrer a medidas de rigor; que para torná-las eficazes é necessário que elas atinjam especialmente os agitadores, removendo-lhes o poder de prejudicar; elas destroem o mal pela raiz.

Por esses motivos, em vista das leis e dos regulamentos relativos às funções e aos poderes dos comissários gerais de polícia, ordena-se o que se segue:

Art. 1º Os indivíduos a seguir são colocados sob nossa supervisão imediata. [...] o sr. Champollion-Figeac, jovem professor na Academia de Grenoble. Art. 2º Os efeitos desse supervisionamento são os de nos investir o poder de fixar aos indivíduos supracitados a residência forçada em seu domicílio atual e de lhes proibir a faculdade de ir aos lugares onde sua presença nos pareça gerar inconvenientes mais ou menos graves. Art. 3º No caso em que a conduta desses indivíduos continue a ameaçar a tranquilidade pública, a ultrajar a autoridade real, a comprometer a segurança do Estado, emitiremos novas ordens que caberão, seja para lhes atribuir novas residências, seja para lhes comunicar à Vossa Excelência o Ministro da Polícia Geral⁵⁸ [...] (MADRIGAL, 2016, p. 29, tradução nossa).

Iniciava-se, portanto, um período de perseguição aos dois irmãos.

Em 28 de novembro de 1815, a supressão das faculdades francesas impôs um novo revés a Jacques-Joseph e a Jean-François Champollion, os quais perderam seus postos de trabalho. No ano seguinte, em 22 de fevereiro, ambos entraram para uma lista de “homens perigosos” de Grenoble, acusados de usurpação por conta dos acontecimentos do “governo dos cem dias” (CARBONELL, 1984, p. 121). Tal manifestação fez com que se solicitasse o afastamento deles da cidade, o que viria a ocorrer em 16 de março de 1816. Neste dia, o comissário geral de Isère anunciou ao Ministro da Polícia Geral a partida para Figeac:

há muito tempo que os irmãos Champollion foram designados pela opinião geral como inimigos do governo, tanto mais temíveis por reunirem muita hipocrisia e muito talento. O sr. Prefeito lhes ordenou a se mudar para Figeac, no departamento

⁵⁸ No original: “considérant que dans cet état de choses, il importe de recourir à des mesures de rigueur ; que pour les rendre efficaces, il est nécessaire qu’elles atteignent surtout les agitateurs et qu’en leur ôtant le pouvoir de nuire ; elles détruisent le mal dans sa racine. Par ces motifs, vu les lois et règlements relatifs aux fonctions et aux pouvoirs des commissaires généraux de police, Ordonne ce qui suit : Article 1^{er} : les individus ci-après désignés sont mis sous notre surveillance immédiate. [...] M. Champollion-Figeac, jeune professeur à l’Académie de Grenoble. Article 2^{ème} : les effets de cette mise en surveillance sont de nous investir du pouvoir de fixer aux individus ci-dessus la résidence forcée de leur présence nous paraîtrait avoir des inconvénients plus ou moins graves. Article 3^{ème} : dans le cas où la conduite de ces individus, postérieurement à la notification qui leur aura été faite de leur mise en surveillance continuerait à menacer la tranquillité publique, à outrager l’autorité royale, à compromettre la sureté de l’État, nous rendrons telles nouvelles ordonnances qu’il appartiendra soit pour leur assigner d’autres, soit pour les faire connaître à Son Excellence le Ministre de la Police Générale.”

de Lot, onde se encontra seu pai. Ele achou que podia mudar o lugar de destino que vós tínheis designado para a residência dos srs. Champollion, os quais testemunharam o desejo de ir para sua família porque foram obrigados a deixar Grenoble. Tenho a honra de informar Vossa Excelência que a partida deles ocorrerá hoje⁵⁹ (MADRIGAL, 2016, pp. 31-32, tradução nossa).

Estes documentos mostram que a paisagem política *grenobloise* tornou-se extremamente hostil aos dois. Dias após a partida para o exílio, uma carta do Conde de Bastard expunha que aquela medida “produziu o melhor efeito na cidade de Grenoble. Os inimigos tão conhecidos do governo veem, enfim, que é o momento de entrar na ordem. Hoje eles não têm nada em suas bocas além das palavras de obediência e de submissão”⁶⁰ (MADRIGAL, 2016, pp. 32-33, tradução nossa).

O exílio em Figeac é um excelente momento para observar como as redes de sociabilidades de ambos foram acionadas a fim de angariar suportes, fossem eles políticos ou financeiros, ou de viabilizar a continuidade das investigações científicas.

De imediato, vislumbra-se em três cartas⁶¹ direcionadas ao Ministro da Polícia Geral um claro esforço para vitimá-los diante das acusações, exaltando suas contribuições ao meio erudito. Em seguida, vê-se a mobilização de Jacques-Joseph e de Jean-François Champollion com autoridades políticas para o estabelecimento de uma escola primária na região *figeacoise*, onde o irmão mais novo atuaria até o final de 1817. Por fim, há um conjunto de correspondências onde é possível analisar a continuidade dos estudos sobre a língua egípcia.

A parte documental que nos interessa em especial, a saber, o último grupo supracitado, remete especificamente ao período posterior a abril de 1817. O que isso significa? Oficialmente, o exílio dos dois irmãos durou até esta data. Ao contrário do que fez na primeira restauração, Jacques-Joseph adotou uma postura mais cautelosa, sem se

⁵⁹ No original: “depuis longtemps les frères Champollion étaient désignés par l’opinion publique générale comme ennemis du gouvernement, d’autant plus à craindre qu’ils réunissent beaucoup d’hypocrisie à beaucoup de talents. Mr le Préfet leur a ordonné de se rendre à Figeac, département du Lot, où se trouve leur père. Il a cru qu’il pouvait changer leur lieu de destination que vous aviez désignée pour la résistance de MM. Champollion, ceux-ci ayant témoigné le désir d’aller dans leur famille puisqu’ils étaient obligés de quitter Grenoble. J’ai l’honneur d’informer Votre Excellence que leur départ a eu lieu aujourd’hui”.

⁶⁰ No original: “a produit le meilleur effet dans la ville de Grenoble. Les ennemis bien connus du gouvernement voient enfin qu’il est temps de rentrer dans l’ordre. Ils n’ont plus aujourd’hui dans la bouche que les mots d’obéissance et de soumission”.

⁶¹ Uma das cartas foi escrita por Jean-Duguet que havia sido *sous-préfet* do departamento de Brioude em 1815; a outra por Zoé Berriat (1780-1853), esposa de Jacques-Joseph; e a última tratava-se de uma carta anônima (MADRIGAL, 2016).

envolver diretamente na vida política. Acionando especialmente suas redes parisienses, ele conseguiu autorização, em 17 de abril de 1817, para ir à capital onde se estabeleceria definitivamente (FOUCAUD, 2011, p. 56). O mesmo, contudo, não aconteceu com o seu irmão mais novo. Embora ele também tivesse saído da supervisão, o jovem erudito optou por permanecer em Figeac onde administrava uma escola local, haja vista que as suas principais funções profissionais em Grenoble não haviam sido restituídas. Assim, dispomos de excelentes trocas epistolares que indicam os caminhos percorridos no desenvolvimento dos estudos acerca da língua egípcia neste período.

Vimos, anteriormente, que as publicações de Jean-François Champollion foram interrompidas em 1815 e retomadas apenas em 1818. Isso não significa, no entanto, que suas atividades de pesquisa foram paralisadas por completo. Com o auxílio de Jacques-Joseph, que passou a morar na capital, o erudito deu prosseguimento a suas investigações, as quais foram possíveis apenas em virtude de seus contatos.

Das correspondências que dispomos, notam-se vários esforços para ter acesso a materiais específicos, intercambiar informações ou mesmo organizar publicações. Em 30 de abril de 1817, Jean-François escreveu a Jacques-Joseph Champollion-Figeac a seguinte carta, onde indica-se como suas redes de sociabilidades foram acionadas:

peço-lhe para me enviar o quanto antes o volume de [Wolf Frederik] Engelbreth e a correspondência do bispo de Sélande se ela existir. Gostaria também de alguns manuscritos coptas da biblioteca, uma bíblia ou martirologios; você poderia encaminhar isso a [Antoine-Léonard] Chèzy, [Jean-Pierre Abel] Rémusat ou [Louis-Mathieu] Langlès. Os dois primeiros não poderiam emprestá-los em seu nome? Eu os encontraria muito prontamente. É o maior serviço que eles podem me oferecer e uma recusa é um ato de obscurantismo completo. Talvez fosse necessário se dirigir ao ministro. Se ele quer fazer o mecenas, o protetor das letras, é o caso de mostrá-la concedendo-me essa demanda. *Um autor que dedicou um livro ao rei pode ter direito a algum favor quando isso não custa nada.* Pergunte também a [Edme François] Jomard se ele não poderia obter, não da biblioteca, mas de seus colegas que tenham relação com o Egito. O sr. Marcel deve ter alguns. É a estes que devemos visar especialmente. O pai de Dumont talvez o conheça. Empenhe todos os movimentos possíveis para ter de uma maneira ou de outra. Eu anseio muito por isso! Se você fosse um mágico bastante forte para tirar das mãos de [Edme François] Jomard uma gravura dos textos da inscrição de Roseta cursiva e hieroglífica, isso seria uma vitória. Você me mandaria para entusiasmar minhas dificuldades. Fale com ele ainda sobre as inscrições coptas, não posso acreditar

que se tenha copiado apenas miseráveis três linhas das quais conheço a gravura [...]”⁶² (MADRIGAL, 2016, p. 62, tradução nossa, grifos nosso).

A primeira obra solicitada era a *Fragmenta Basmurico-Coptica veteris et novi Testamenti*⁶³ (Fragmentos Basmurico-Copta do Antigo e do Novo Testamento), um estudo publicado na Dinamarca por Wolf Frederik Engelbreth (1771-1862) em 1811. Tratava-se, basicamente, de uma tradução para o latim dos textos sagrados escritos em língua copta sobre a qual Jean-François Champollion dedicaria, então, uma atenção especial. Em 26 de maio de 1817, ele escreveu ao seu irmão confirmando a entrega: “[...] recebi o Engelbreth. Estou com a pena na mão. Se encontrar disciplina para produzir uma notícia para a revista, é necessário fazê-la? A obra é datada de 1811. Isso não é um obstáculo?”⁶⁴ (MADRIGAL, 2016, p. 72, tradução nossa).

Nos meses subseqüentes, a principal atividade girou em torno de tal investigação. Em 5 de junho de 1817, uma nova carta a Jacques-Joseph informava os avanços de sua empreitada:

com a pena na mão, examinei o volume de Engelbreth. Comparei seu texto ao já publicado por [George] Zoëga a partir dos próprios originais. Nas 16 primeiras páginas já notei sessenta variantes que resultam da maneira como Zoëga e Engelbreth leram os manuscritos originais. Ora um tem razão, ora é o outro. Mais um ou dois contrassensos na tradução e várias palavras mal separadas. Se o resto se produz na mesma proporção, terá de fazer um livro, germanicamente falando, no lugar de um artigo de jornal. O meu dicionário, denominado egípcio, está

⁶² No original: “je te prie de m’expédier le plutôt possible le volume d’Engelbreth et la lettre de l’évêque de Sélande si tant il est qu’il y en ait un. Je voudrais aussi quelques manuscrits coptes soit de la Bibliothèque, une Bible ou des martyrologues tu pourrais mettre en chemin pour cela Chèzy, Rémusat ou Langlès. Les deux premières ne pourraient-ils pas les emprunter en leur nom ? Je les rendrais très promptement. C’est le plus grand service qu’ils puissent me rendre et un refus est un acte d’obscurantisme complet. Peut-être faudrait-il s’adresser au ministre. S’il veut faire le Mécène, le protecteur des lettres, c’est le cas de le montrer en m’accordant cette demande. Un auteur qui a dédié un livre au Roi peut avoir droit à quelque faveur quand cela ne coûte rien. Demande aussi à Jomard s’il ne pourrait point en obtenir, non pas de la Bibliothèque, mais de ses collègues qui en ont rapporté d’Égypte. Mr Marcel doit en avoir quelques-uns. C’est à ceux-là qu’il faudrait viser surtout. Le père de Dumont le connaît peut-être. Donne-toi tous les mouvements possibles pour en avoir d’une manière ou d’une autre. Je grille ! Si tu étais assez fort magicien pour tirer des mains de Jomard une gravure des textes de l’inscription de Rosette cursif et hiéroglyphique ce serait là une victoire. Tu me l’enverrais pour charmer mes ennuis. Parle-lui encore des inscriptions coptes, je ne puis croire qu’on n’ait copié que les misérables 3 lignes dont je connais la gravure”.

⁶³ Título completo: *Fragmenta Basmurico-Coptica Veteris et Novi Testamenti, qua in museo Borgiano Velitris asservantur, cum reliquis versionibus Ægyptiis contulit, Latine vertit, nec non criticis et philologicis adnotationibus.*

⁶⁴ No original: “j’ai reçu l’Engelbreth. Je suis avec la plume à la main. Si je trouve matière à en faire une notice pour le magasin, faut-il la faire ? L’ouvrage est daté de 1811. N’est-ce pas un obstacle ?”.

ganhando forma paulatinamente, e a cada dia prepara a [Éloi] Johanneau, a [Antoine Fabre d’] Olivet e às pessoas do mesmo gabarito algum objeto de crítica ou de indigestão⁶⁵ (MADRIGAL, 2016, p. 75, tradução nossa).

A conclusão do artigo se daria em 16 de junho de 1817. Uma nova carta a seu irmão revelava, neste mesmo dia, que o seu intuito era de conflitar certos eruditos, dentre eles aqueles já mencionados anteriormente, Éloi Johanneau (1770-1851) e Antoine Fabre d’Olivet (1767-1825), os quais conheciam a história do Egito especialmente através da “Bíblia Sagrada” (MADRIGAL, 2016, p. 77). Havia, assim, a nítida percepção de que estudar esta civilização antiga por meio de suas próprias fontes causaria uma mudança significativa no modo como a sua história era – e deveria ser – apreendida.

Jean-François Champollion enviou sua resenha a Aubin-Louis Millin de Grandmaison, que aceitou publicá-la em 1818 nos *Annales Encyclopédiques*. É interessante notar que, para além de tecer meras críticas relacionadas aos erros existentes no livro de Wolf Frederik Engelbreth, o erudito francês instrumentalizaria várias contribuições, tal como as interpretações acerca do terceiro dialeto da língua egípcia⁶⁶, para complementar sua *Grammaire Égyptien* (Gramática Egípcia), bem como para recolher as palavras em *basmurico* para o seu *Dictionnaire Égyptien* (Dicionário Egípcio) – tais obras encontravam-se em produção naquele momento (CHAMPOLLION, 1818, p. 356).

Pensar o papel do exílio na trajetória intelectual de Jean-François Champollion, balanceando suas possíveis “perdas” ou “ganhos”, é uma tarefa extremamente difícil. O que podemos salientar, por meio da documentação empírica, é que, apesar de encontrar-se em condições relativamente adversas – a saber, com a liberdade privada, habitar em uma cidade pequena e não dispor das mesmas condições profissionais de outrora –, seus estudos não foram interrompidos. Isso ocorreu, principalmente, por causa dos auxílios prestados tanto por Jacques-Joseph quanto por suas redes, as quais proporcionaram, além de recursos

⁶⁵ No original: “J’ai examiné, la plume à la main, le volume d’Engelbreth. J’ai comparé son texte à celui déjà publié par Zoëga d’après les mêmes originaux. Dans les 16 premières pages j’ai déjà noté soixante variantes qui résultent de la manière dont Zoëga et Engelbreth ont lu les manuscrits originaux. Tantôt Fun à raison, tantôt c’est l’autre. Plus un ou deux contre sens dans la traduction et plusieurs mots mal séparés. Si le reste produit dans la même proportion il y aurait de quoi faire un livre, germaniquement parlant, au lieu d’un article de journal. Le ventre de mon dictionnaire, soi-disant égyptien, se remplit peu à peu, et chaque jour prépare à Johanneau, à d’Olivet et aux gens du même acabit quelque sujet de critique ou d’indigestion”.

⁶⁶ A língua egípcia tinha, segundo Jean-François Champollion (1818, p. 352), três dialetos: o tebano (de Tebas, a língua dos faraós), o menfita (de Mênfis, derivação do anterior) e o *basmurico* (de Faium). Estudá-los fazia parte de um esforço que tinha como objetivo buscar instrumentos para o estudo da escrita em períodos mais antigos. Era, portanto, um movimento de partir do que se conhecia para desbravar o desconhecido.

financeiros, o contato com materiais essenciais para a continuidade da decifração do sistema hieroglífico. Observemos outro exemplo neste sentido.

Em 18 julho de 1817, o jovem erudito escreveu a seu irmão solicitando um artigo escrito por Günther Wahl no qual novas interpretações sobre as inscrições egípcias eram lançadas. Dizia ele:

não me é impossível julgar a fundo sua descoberta; para isso, seria necessário ter seu trabalho sob os olhos ou ao menos uma cópia exata da inscrição que ele explica. Peço-lhe para me enviar na sequência uma cópia tão exata quanto for possível [...]. Envie-me sempre a cópia da inscrição e uma reprodução do alfabeto. [...] A julgar sua descoberta pelo alfabeto, ela me parece menos certa ainda porque as letras da inscrição de Roseta, cujo valor é provado matematicamente, são desviadas de sua significação verdadeira⁶⁷ (MADRIGAL, 2016, p. 85, tradução nossa).

Ora, de acordo com Jean-François Champollion tal perspectiva era insustentável porque versava apenas sobre as palavras isoladamente, sem as suas inflexões gramaticais. Decorria disso, portanto, a importância da Pedra de Roseta como um todo: ela era a chave onde todas as formas gramaticais eram observadas rigorosamente tal como ele as encontrava nos manuscritos coptas.

Apesar de muitas análises basearem-se numa espécie de codificação matemática (era o caso do trabalho de Günther Wahl citado anteriormente), parte considerável para a compreensão do sistema hieroglífico era pensar as questões sociais que influenciavam a existência e o desenvolvimento das línguas. Esta foi uma das principais linhas seguidas por Jean-François Champollion em seus estudos.

2.4 AS ETAPAS DA DECIFRAÇÃO DOS HIERÓGLIFOS

O interesse ocidental pelo Antigo Egito e por sua escrita hieroglífica não nasceu na modernidade. Desde a antiguidade, olhares gregos os colocavam num “lugar especial em seu imaginário e em suas reflexões, exercendo algumas vezes uma verdadeira fascinação,

⁶⁷ No original: “Il m’est impossible de juger à fond sa découverte, il faudrait pour cela avoir son mémoire même sous les yeux, ou tout au moins une copie exacte de l’inscription qu’il explique. Je te prie de m’en envoyer tout de suite une copie aussi exacte que possible. [...] Envoie-moi toujours la copie de l’inscription et un calque de l’alphabet. [...] À juger sa découverte par l’alphabet elle me paraît moins certaine encore puisque les lettres de l’inscription de Rosette dont la valeur est prouvée mathématiquement sont détournées de leurs signification vraie”.

transmitida em seguida aos tempos modernos” (HARTOG, 2014, p. 66). De Homero a Heródoto, uma multiplicidade de perspectivas fora lançada sobre o longínquo país.

Quando Jean-François Champollion iniciou seu percurso pela decifração, ele não estava trilhando um caminho totalmente inóspito e desconhecido. Desde o Renascimento, um grande interesse por esse passado havia sido despertado no continente europeu – o próprio nome deste período nos sugere de antemão isso. Com o intuito de acessar o antigo, começou-se a realizar nesta época algumas escavações em lugares estratégicos, tais como na cidade de Roma, que revelavam, entre as mais variadas descobertas, monumentos repletos de hieróglifos egípcios, isto é, que continham inscrições que empregavam a antiga escrita faraônica (FAROUT, 2016, p. 1). Dentre esses monumentos, destacavam-se os obeliscos.

Assim como sublinha François Hartog (2014, p. 101), um texto que nutriu as especulações sobre os hieróglifos foi o tratado de Horapolo, a *Hieroglyphika*, única obra antiga sobre eles (geralmente datada de IV a.C.) e que foi lida com avidez no decorrer do Renascimento. Tendo circulado, a princípio, em Florença, ainda como manuscrito, e publicado em Veneza em 1505, seguiu-se, a partir de 1515, sua tradução latina, tal obra fez reacender um vívido interesse pelo Antigo Egito e por sua escrita na Europa.

Em 1626, exemplares gramaticais e lexicais da língua copta do Oriente foram levados ao continente europeu por Pietro della Valle (1586-1652). O copta era a língua que tinha sido falada em território egípcio pelos cristãos até o século XV. Essa língua acabou deixando de ser utilizada em detrimento do árabe, o qual tornou-se o idioma dominante naquela região. Entretanto, é importante destacar que ela não desapareceu por completo e a dinâmica sofrida por ela é comparável à ocorrida com o latim na Europa até o início do século XX, sendo utilizada especialmente na Igreja.

O conhecimento da língua copta pelos eruditos europeus possui uma importância ímpar para a história da decifração, argumenta Dominique Farout (2016, p. 5), pois ela era justamente a língua que se originou imediatamente após o período faraônico, sendo sua herdeira de uma perspectiva linguística.

Durante o século XVI, sobretudo por conta da forte influência que os eruditos sofriam dos autores antigos, não se cogitava a hipótese de que os hieróglifos egípcios transpunham um idioma com uma gramática específica que deveria ser identificada antes de se procurar o valor de seus sinais gráficos, aos quais se atribuía um caráter puramente simbólico. Conforme afirma Dominique Farout, “nos séculos XVI e XVII, todos os estudiosos estavam convencidos de que os hieróglifos constituíam uma escrita de cunho

“filosófico” que falava ao coração do filósofo ou do alquimista sem que se precisasse pronunciá-la” (FAROUT, 2016, p. 11, tradução nossa).

Ponto importante a ser demarcado é o fato de Athanasius Kircher (1602-1680), um jesuíta que se dedicava às mais amplas áreas do conhecimento, ter publicado em 1636 o *Prodromus Coptus Sive Ægyptiacus*, um estudo mais aprofundado da língua copta pouco conhecida até então, e, em 1644, o léxico copta *Lingua Ægyptiaca Restituta*. De acordo com Evelyne Azevedo (2009, p. 9), a qual estudou a obra *Obeliscus Pamphilius* do referido jesuíta em sua pesquisa de mestrado em história, Athanasius Kircher ocupava “uma posição central na erudição antiquária europeia e célebre colecionista, o jesuíta alemão era um estudioso não só do mundo antigo, mas também do Oriente moderno”. O que situa-o como um importante marco na história da decifração dos hieróglifos, segundo Dominique Farout (2016, p. 13), era o fato dele trabalhar com cópias de monumentos reais, e não a partir de invenções fantasiosas, o que denota a diferença substancial entre suas investigações e as dos estudiosos que o precederam.

Athanasius Kircher foi o primeiro a aventar a hipótese de que a escrita hierática consistia numa forma cursiva dos hieróglifos – o que caracterizava uma observação fundamental do ponto de vista analítico. De qualquer forma, ainda que este tipo de afirmação reservasse a ele pequenos acertos, seus erros também se faziam numerosos, como o fato dele acreditar em ideias simbolistas e de propor interpretações errôneas com base em fontes duvidosas (FAROUT, 2016, p. 17).

Entre os séculos XVII e XVIII, fora suscitado no continente europeu um interesse em relação à evolução dos sistemas de escrita, bem como na comparação dos sistemas entre si. Em tal paisagem, começaram a se tornar frequente teorias que relacionavam, por exemplo, a escrita hieroglífica à chinesa, considerando o fato de que ambas guardassem possivelmente um caráter essencialmente ideográfico, ainda que fossem escritas oriundas de lugares muito distantes entre si.

Em 1742, o padre inglês William Warburton (1698-1779) publicou *The divine legation of Moses demonstrated on the principles of a religious deist, from the omission of the doctrine of a future state of reward and punishment in the Jewish dispensation* (A divina legação de Moisés demonstrada nos princípios de um religioso deísta, da omissão da doutrina de um estado futuro de punição e recompensa na dispensação judaica). Parte dessa obra fora traduzida e publicada na França em 1744, privilegiando os capítulos que concerniam aos hieróglifos, sob o título de *Essai sur les hiéroglyphes des Égyptiens : où l'on*

voit l'origine et le progrès du langage et de l'écriture, l'antiquité des sciences en Égypte, et l'origine du culte des animaux (Ensaio sobre os hieróglifos dos egípcios: onde se vê a origem e o progresso da linguagem e da escrita, a antiguidade das ciências no Egito, e a origem do culto aos animais). Esse trabalho surtiu comentários, desenvolvimentos e conclusões no cenário francês, embora o objetivo dele não fosse o de decifrar os hieróglifos, mas sim o de renovar os estudos bíblicos.

William Warburton pressupunha que o hierático consistia numa escrita comum derivada dos hieróglifos. Dominique Farout (2016, pp. 18-19) argumenta, por outro lado, que embora esta constatação fosse verdadeira, o autor inglês não demonstrava as provas dessas convicções. Ele afirmava ainda que a escrita hierática era originalmente uma escrita “secreta” que passou a ser usada cotidianamente, enquanto os hieróglifos, tendo sido anteriormente de uso comum, passaram pelo processo contrário, tornando-se em seguida secretos – premissa que acabou não se confirmando posteriormente. A grande contribuição deste pensador foi, portanto, sugerir a ideia de que os hieróglifos tinham diferentes níveis de evolução, os quais foram utilizados simultaneamente em certos períodos da história egípcia.

Outro agente importante e que contribuiu significativamente para o progresso dos estudos egípcios foi o abade Jean-Jacques Barthélemy (1717-1795), que trabalhou no Gabinete do Rei à época de Louis XV, onde eram guardadas moedas, medalhas e outros artefatos históricos. Através da obra de William Warburton, o erudito francês compreendeu que, sendo as escritas derivadas umas das outras, elas deveriam ser decifradas remontando ao tempo das mais recentes (FAROUT, 2016, p. 19). Tratava-se, portanto, de um movimento do remoto ao arcaico. Além disso, ele defendia que para realizar tal tarefa seria necessário recorrer, não aos autores gregos como comumente era feito, mas aos monumentos originais.

Jean-Jacques Barthélemy defendia, também, que o trabalho de decifração de uma língua desconhecida, em especial a das línguas antigas, exigia a existência de um registro bilíngue. A partir dele, dever-se-ia contar os sinais e compará-los com os de uma única escrita. Seria imprescindível, neste registro, a existência de nome próprios, pois eles forneceria os meios precisos para encontrar o valor das letras que os compunham. Assim, tal como assevera Dominique Farout (2016, p. 19), seria “preciso um valor por letra, uma letra por valor e não alterá-lo conforme os próprios desejos. Isso faz dele o inventor do método de decifração”.

Em 12 de fevereiro de 1754, Jean-Jacques Barthélemy apresentou à Academia de Inscrições e Belas Letras o resultado do seu trabalho de decifração do palmírio (a língua da

Antiga Palmira, território que atualmente Síria), no qual logrou êxito por utilizar justamente cópias que apresentavam curtas inscrições bilíngues. De acordo com Dominique Farout (2016, p.19), ele “fez um relato do estado da questão, declarou o método que desenvolveu e mostrou sua aplicação bem-sucedida à questão palmiriana”. Posteriormente, ele também decifrou o fenício a partir do uso de moldes de gesso de dois monumentos malteses que havia recebido do conde Anne-Claude-Philippe de Caylus (1692-1765). Os resultados desse segundo trabalho foram apresentados à mesma Academia em 12 de abril de 1758, onde explicou como havia feito uso de seu método referente aos nomes próprios que se encontravam nas inscrições. Jean-Jacques Barthélemy observou que os nomes próprios de um dos textos utilizados (que estava em grego) eram uma tradução dos nomes fenícios, e não uma simples transposição fonética. A partir disso, ele considerou, portanto, que o necessário era compreender o que significavam esses nomes próprios, encontrando os equivalentes fenícios das divindades ali evocadas e nomeadas, a saber, Dionísio e Hércules.

Além dessas pesquisas, Jean-Jacques Barthélemy também lançou algumas perspectivas acerca dos hieróglifos. Enquanto investigava o obelisco de Roma traduzido por Hermapion a fim de obter a inscrição bilíngue necessária para a decifração, o abade deduziu que os símbolos ovais (os cartuchos, como são nomeados atualmente) que circundavam certos grupos de hieróglifos continham nomes próprios de soberanos. No entanto, ainda que estivesse totalmente correto em relação a essa observação e que mantivesse interesse no assunto, a falta de inscrições bilíngues que lhe permitissem o desenrolar desses estudos não conferiram a Jean-Jacques Barthélemy avançar com mais profundidade.

A já mencionada descoberta da Pedra de Roseta realizada durante a expedição napoleônica mudaria o cenário das pesquisas relativas à língua e às escritas egípcias. Foi Antoine-Isaac Silvestre Sacy, importante referência dos orientistas de sua época, que desempenhou, em certa medida, o papel de precursor dos estudos referentes ao artefato bilíngue. Como vimos anteriormente, seguindo os preceitos metodológicos de Jean-Jacques Barthélemy ele localizou a posição de cinco cartuchos reais no texto egípcio, publicando seus resultados em 1802. Uma série de estudos começaram a ser publicados então por eruditos oriundos de diversas regiões, como o sueco Johan David Åkerblad (1763-1819) e o inglês Thomas Young (1773-1839).

Diante de tudo isso, constatamos, portanto, que as contribuições de Jean-François Champollion compunham um processo de decifração de longa data, cujas produções vinham sendo realizadas por diversos círculos eruditos europeus. Torna-se uma tarefa difícil

compreender suas interpretações sem relacioná-las ao estado da arte. Foi justamente a soma do conhecimento de tais obras, uma intensa mobilização de redes que possibilitaram o acesso a elas, bem como um apurado entendimento filológico que permitiu a ele a compreensão do complexo funcionamento do sistema de escrita hieroglífica dos antigos egípcios.

Ele seria anunciado publicamente, de forma resumida, em 1822 numa sessão da Academia Real de Inscrições e Belas Letras.

2.4.1 Jean-François Champollion e a *Lettre à M. Dacier*

Após o exílio, Jacques-Joseph Champollion-Figeac viveu um período de contradições na capital parisiense. Ao mesmo tempo em que participava assiduamente nas atividades da Academia de Inscrições e Belas Letras, seu nome sofria fortes resistências para ser indicado à titularidade dela. Isso porque a política ainda desempenhava um papel determinante nas relações letradas, e seus posicionamentos eram vistos com muita desconfiança entre os acadêmicos (CARBONELL, 1984, p. 143). Foi neste momento que ele se tornou secretário particular de Bon-Joseph Dacier (1742-1833), à época secretário perpétuo da referida instituição. Tratava-se de uma relação que, segundo Charles-Olivier Carbonell, iniciou-se como profissional e transformou-se em amizade, e que certamente proporcionou a Jean-François Champollion a abertura de novos horizontes, como a sua inserção em tal estabelecimento.

Em 1818, o irmão mais novo deixou Figeac para retornar a Grenoble, onde havia conseguido restituir provisoriamente sua função na Biblioteca Municipal⁶⁸. A partir desse momento, suas produções filológicas se intensificaram, tal como o quadro a seguir nos mostra:

QUADRO 3 – PRODUÇÃO INTELECTUAL DE JEAN-FRANÇOIS CHAMPOLLION ATÉ 1822

ANO	TÍTULO	VEÍCULO
	<i>Observations sur les fragments coptes-baschmouriques de l'Ancien et du Nouveau Testament, publié par M. Engelbreth, d'après les manuscrits du Musée Borgia de Vellétri</i>	(Análise de obra) Annales Encyclopédiques

⁶⁸ Em 25 de maio de 1821, Jean-François Champollion foi novamente acusado de conspiração contra a monarquia, perdendo definitivamente sua função de bibliotecário-adjunto. Isso o obrigou a se mudar para Paris, onde passou a viver com seu irmão mais velho (CATINAT; HOUDECEK, 2009).

1818	(Observações sobre os fragmentos coptas- <i>basmuricos</i> do Antigo e do Novo Testamento, publicado pelo sr. Engelbreth, segundo os manuscritos do Museu Borgia de Velletri).	
1821	<i>De l'écriture hiératique des anciens Égyptiens</i> (Sobre a escrita hierática dos antigos egípcios).	Folheto publicado em Grenoble.
1822	<i>Observations sur l'obélisque Égyptien de l'île de Philæ</i> (Observações sobre o obelisco egípcio da ilha de Filas).	Revue Encyclopédique.
1822	<i>Extrait d'un mémoire relatif à l'alphabet des hiéroglyphes phonétiques égyptiens</i> (Excerto de uma memória relativa ao alfabeto dos hieróglifos fonéticos egípcios).	Journal des Savants
1822	<i>Lettre à M. le rédacteur de la revue encyclopédique, relative au zodiaque de Dendéra</i> (Correspondência ao sr. Redator da <i>revue encyclopédique</i> relativa ao zodíaco de Dendera) ⁶⁹ .	(Análise de obra) <i>Revue Encyclopédique</i> .
1822	<i>Lettre à M. Dacier, secrétaire perpétuel de l'Académie Royale des Inscriptions et Belles-Lettres, relative à l'alphabet des hiéroglyphes phonétiques employés par les Égyptiens pour inscrire sur leurs monuments les titres, les noms et les surnoms des souverains grecs et romains</i> (Correspondência ao sr. Dacier, secretário perpétuo da Academia Real de Inscrições e Belas Letras, relativa ao alfabeto dos hieróglifos fonéticos empregados pelos egípcios para inscrever sobre seus monumentos os títulos, os nomes e as alcunhas dos soberanos gregos e romanos).	Folheto publicado em Paris contendo a transcrição da comunicação feita na Acadêmias de Inscrições e Belas Letras.

Fonte: a autora (2020).

É notável que houve, sobretudo a partir de 1821, um aumento expressivo de publicações versando sobre assuntos referentes à antiga língua egípcia. Isso refletia o avanço

⁶⁹ Em 1822, um erudito chamado Jean-Baptiste Biot (1774-1862) propôs, primeiramente na Academia de Ciências e posteriormente na Academia de Inscrições e Belas Letras, uma datação do monumento de Dendera a partir de um método astronômico. Partindo deste trabalho, Jean-François Champollion defendia em seu estudo que era necessário, para além de ter um conhecimento rigoroso da astronomia moderna, conhecer profundamente a maneira como os próprios egípcios concebiam tal ciência, com todas as suas imperfeições. Somente assim se faria notável que havia uma relação entre a astronomia e a religião no Antigo Egito. Ou seja, quem não tivesse noção dessa dimensão correria o risco de “tomar um objeto de culto por um signo astronômico, e de considerar uma representação puramente simbólica como imagem de um objeto real” (CHAMPOLLION, 1822b, p. 2).

de suas investigações, que culminaram na comunicação de 22 de setembro de 1822, feita numa sessão pública da Academia Real de Inscrições e Belas Letras.

A famosa *Lettre à M. Dacier* expunha, sinteticamente, como ele havia conseguido deduzir, após mais de dez anos de investigações, valores fonéticos dos caracteres hieroglíficos utilizados na transcrição de nomes de soberanos nos cartuchos. A sua teoria só era possível em virtude da coleção de dados quase completos acionados por ele ao longo de seu percurso. Ela abrangia, assim, os dois tipos de escritas (hieroglífica e demótica), suas origens e naturezas, a forma e o número de signos, bem como as regras de suas combinações que cumpriam funções puramente lógicas ou gramaticais.

Na comunicação em questão, Jean-François Champollion julgava-se devedor das contribuições de outrora. Trabalhos que versaram sobre a Pedra de Roseta, como os de Antoine-Isaac Silvestre Sacy, de Johan David Åkerblad e de Thomas Young, foram considerados fundamentais porque deles decorriam as

primeiras noções exatas que se extraíram deste monumento [a Pedra de Roseta], e é a partir dessa mesma inscrição que deduzi a série dos signos demóticos que, assumindo um valor silábico-alfabético, exprimiam nos textos *ideográficos* os nomes próprios dos personagens estrangeiros ao Egito. É assim, ainda, que o nome dos Ptolomeus foi encontrado sobre esta mesma inscrição e sobre um manuscrito em papiro recentemente trazido do Egito⁷⁰ (CHAMPOLLION, 1822^a, p. 2, tradução nossa, grifos do autor).

Faz-se necessário indicar, aqui, que a noção de “silábico” manifestada acima não apresentava, naquela época, o mesmo significado que tem atualmente. De acordo com Dominique Farout (2016, p. 26), ela expressava para o erudito francês “um sistema consoante comparável às escrituras semíticas do tipo fenício, hebraico ou árabe”.

A Pedra de Roseta apresentava certas deformações que dificultavam o trabalho de identificação das inscrições hieroglíficas – dos nomes reais, por exemplo, apenas o de Ptolomeu aparecia em cinco momentos. Tal preocupação já havia sido manifestada por Silvestre de Sacy em seu estudo de 1802. No entanto, para superá-la, Jean-François Champollion recorreu a um método comparativo envolvendo outros materiais que

⁷⁰ No original: “des premières notions exactes qu'on a tirées de ce monument, et c'est de cette même inscription que j'ai déduit la série des signes démotiques qui, prenant une valeur syllabico-alphabétique, exprimaient dans les textes idéographiques les noms propres des personnages étrangers à l'Égypte. C'est ainsi encore que le nom des Ptolémées a été retrouvé et sur cette même inscription et sur un manuscrit en papyrus récemment apporté d'Égypte.”.

continham hieróglifos em sua superfície. Assim, ele usou o texto da base do obelisco de *Philæ* (Filas) que citava, em grego, “Ptolomeu, o rei”, “Cleópatra, sua irmã” e “Cleópatra, sua esposa”, como fonte bilíngue para encontrar os nomes reais dos cartuchos em hieróglifos inscritos no obelisco. Reconheceu-se, dessa maneira, o nome de Ptolomeu tal como existia no monumento de Roseta. Ele deduziu, então, que o segundo cartucho do obelisco deveria conter o nome próprio de uma mulher – a saber, de uma rainha –, uma vez que ele era finalizado com sinais hieroglíficos do gênero feminino, os quais também terminavam com os nomes hieroglíficos de todas as deusas egípcias sem exceção (CHAMPOLLION, 1822^a, p. 6).

Para chegar a tais resultados, Champollion comparou a posição dos sinais hieroglíficos correspondentes às letras semelhantes da versão grega desses nomes, permitindo-lhe ao mesmo tempo “constatar a sua natureza inteiramente fonética” (FAROUT, 2016, p. 26) e obter os valores de uma lista de doze sinais que respondiam a onze consoantes, vogais ou ditongos do alfabeto grego – “A, AI, E, K, Λ, M, O, Π, P, Σ, T” – levando em consideração a homofonia de certos hieróglifos. Além disso, ele também fez uso dessas informações para decifrar outros nomes próprios a partir de cartuchos do período greco-romano que tinha à sua disposição: dos templos de *Philæ* (Filas), de Kom Ombo, de Edfu, de Karnak, de Medinet Habu de Ramsés, do monólito de *Qous*, dos monumentos de Dendera, da Pedra de Roseta e dos obeliscos Pamphile e Barberini.

Com a reunião de todos esses materiais, foi possível obter os nomes hieroglíficos de um considerável número de reis, cuja transliteração ele fez com a ajuda das letras gregas: Alexandre (ΑΛΚΣΑΝΤΡΣ, ΑΛΚΣΝΤΡΕΣ, ΑΡΚΣΝΤΡΣ), Ptolomeu (ΠΤΟΛΜΗΣ, ΠΤΑΟΜΗΣ), Berenice (ΒΡΝΗΚΣ), Cleópatra (ΚΛΕΟΠΙΑΤΡΑ). Além dos nomes, Jean-François Champollion também conseguiu identificar desta forma as alcunhas que acompanhavam os nomes dos soberanos – estes, por sua vez, eram dotados de características ideográficas.

A *Lettre à M. Dacier* apresentava, sucintamente, os frutos de sua teoria e a sua aplicação prática em exemplos pontuais. Não havia nela, contudo, uma explicação aprofundada sobre este sistema, pontuando caso a caso as especificidades e complexidades que envolviam a antiga língua egípcia. Essas questões seriam abordadas apenas em seus trabalhos posteriores, especialmente na publicação póstuma da *Grammaire Egyptienne* (Gramática Egípcia) em 1836, que foi a base de seu curso ministrado entre 1831 e 1832 no *Collège Royal de France*.

A arqueologia desempenhará um papel fundamental nesse sentido, pois será o contato *in loco* de Jean-François Champollion com os monumentos egípcios que possibilitará a reunião de materiais que estarão no alicerce de suas futuras investigações filológicas.

3. JEAN-FRANÇOIS CHAMPOLLION E A ARQUEOLOGIA: CONSOLIDAÇÃO INSTITUCIONAL E CONSAGRAÇÃO CIENTÍFICA

“L'égyptologie est née en France.”

(Gaston Maspero, 1915).

A afirmação com que Gaston Maspero iniciou sua obra *La Science Française, L'Égyptologie* (1915), e que serve de epígrafe a este capítulo, nos instiga a refletir sobre como o tema a ser tratado nesta terceira seção traz consigo uma importância não apenas para a compreensão de um determinado momento da trajetória de Jean-François Champollion, como também para a própria institucionalização dos estudos acerca do Antigo Egito na França, a qual esteve intimamente ligada à arqueologia.

Propomos, nesta última parte da dissertação, uma reflexão sobre a relação dele com essa disciplina, uma vez que foi a partir dela que o erudito alçou as mais altas posições institucionais e sociais nos cenários de ensino e pesquisa franceses.

Para tornar compreensível nosso argumento, faremos inicialmente uma discussão acerca da arqueologia e de suas raízes nas práticas antiquárias realizadas desde o Antigo Regime, a fim de situá-la no início do século XIX.

Na sequência, voltamo-nos novamente ao tema das sociabilidades eruditas, as quais proporcionaram importantes oportunidades na Europa e na França, em particular. Abordaremos, portanto, a relação do erudito com os irmãos Alexander (1769-1859) e Wilhelm von Humboldt (1767-1835), sua viagem pela península itálica, bem como suas atividades enquanto conservador do Museu Real Egípcio de Turim e do Museu Real do Louvre.

Na continuidade, trataremos de um dos mais profícuos frutos colhidos de suas relações internacionais: o “projeto de expedição científica franco-toscana ao Egito”, encabeçado por Jean-François e Ippolito Rosellini (1800-1843), e endossado pelo poder real. Analisaremos, através dele, sua imersão no que seria o início de uma transição das práticas antiquárias para a arqueologia científica conforme a conhecemos modernamente – experiência que será importante para ele colocar à prova suas teorias filológicas nas inscrições hieroglíficas com as quais terá contato *in loco* durante a passagem pelo Egito e pela Núbia em 1828 e 1829.

Após essas reflexões, chegamos ao quarto arco do capítulo, cujo foco concerne ao que consideramos como momento de consolidação institucional e de consagração científica de Jean-François Champollion, a saber: a eleição para a Academia Real de Inscrições e Belas Letras em 1830 e a criação de uma cadeira de “Arqueologia” para ele no *Collège Royal de France* em 1831. Em suma, este tópico almeja arrematar os últimos feitos antes de seu prematuro falecimento em 1832, considerando a sua trajetória enquanto parte de um fenômeno muito mais amplo no cenário institucional francês: o de emergência de novas ciências e de renovação dos quadros funcionais.

3.1 ANTIQUARISMO E ARQUEOLOGIA NO INÍCIO DO SÉCULO XIX

Estabelecer o momento de fundação de uma determinada ciência é uma tarefa extremamente difícil porque envolve variáveis que, muitas vezes, fogem do nosso alcance. Afinal, uma ciência nasce apenas quando se passa a nomear um conjunto de práticas que visam obter algum tipo de conhecimento? Ou quando se criam espaços institucionais com tal predicado? Ou ainda quando uma comunidade consegue estabelecer aquilo que Pierre Bourdieu (1975) denomina de campo? Acreditamos que mais interessante do que almejar estabelecer marcos talvez seja discutir o desenvolvimento e as transformações das formas de conhecimento. Esboçaremos, aqui, uma pequena reflexão acerca da arqueologia, cujas origens se confundem com as práticas antiquárias.

A relação entre o passado e o presente é algo que, da antiguidade à contemporaneidade, sempre despertou interesse e curiosidade entre os povos. Foi no mundo romano que a palavra latina *antiquarius* começou a designar alguém que, além de se interessar com entusiasmo pelas épocas pretéritas, colecionava monumentos, objetos e relatos antigos.

De acordo com Alain Schnapp (2009, p. 13), no período moderno esta expressão adquiriu um sentido relativamente distinto. No momento em que a expansão marítima começou a apresentar ao continente europeu um mundo extremamente complexo, com organizações, espaços e formas sociais até então desconhecidas, houve um movimento de refundação do saber. Em relação à ciência, à medicina, à filosofia e, principalmente, à teologia, foi o retorno aos textos antigos que simbolizaria, em parte, este gesto. Em outras palavras, a antiguidade passava a ser concebida como um horizonte da modernidade, uma vez que compreender o mundo e a sociedade significava resgatar a sua herança perdida na

medievalidade. Salienta-se, contudo, que isso não era fruto de um simples movimento de curiosidade, mas de uma necessidade que havia sido proclamada pelos humanistas (SCHNAPP, 2009, p. 13).

Em linhas gerais, o paradoxo do chamado Renascimento é, na perspectiva de Alain Schnapp (2009, p. 14), o de conectar, intimamente, o presente ao passado numa redistribuição de conhecimentos que caminha ao lado da exploração – tanto no sentido de conhecer quanto no de tirar proveito – do globo. Foi nessa conjuntura, e especificamente para ela, que se desenvolveu o que comumente chamamos de “ciência antiquária”, um ramo do saber que investiga o passado, mas não como os historiadores o fazem.

Arnaldo Momigliano (2014, p. 22) sugere alguns elementos para que possamos delimitar, minimamente, a fronteira entre as atividades realizadas por esses dois profissionais. Em primeiro lugar, argumenta ele, enquanto os historiadores escrevem em ordem cronológica, os antiquários, por seu turno, escrevem de modo sistemático. Em segundo, enquanto os historiadores fabricam fatos que servem para ilustrar ou explicar alguma situação, os antiquários se voltam à coleta de todos os itens que se relacionam a um certo tema, mesmo que eles não ajudem a compreender algo. Tratam-se de preceitos gerais, mas que auxiliam a balizar certas questões.

Ao longo dos séculos, o antiquarismo assumiu inúmeras formas. A mais comum – a saber, aquela que assimila seu representante enquanto “amante, colecionador e estudante das tradições antigas e seus vestígios” (MOMIGLIANO, 2014, p. 25) – originou-se nos séculos XV e XVI, e estava diretamente ligada às primeiras expedições deste gênero. Lentamente, eles começaram a produzir, a partir delas, cronologias e topografias, a reunir leis, a realizar descrições sobre Grécia e Roma, sem reivindicarem para si a alcunha de historiadores. Isso se explica em virtude de uma dualidade que existia. Esses eruditos julgavam que a história antiga, em especial a romana, já havia sido escrita pelos autores da época, como Tito Lívio, Tácito e Suetônio. Não havia nenhum sentido tentar reescrevê-la, uma vez que ninguém questionava a autoridade deles. Contudo, “o que os historiadores antigos haviam deixado de lado podia ser resgatado pelos antiquários modernos” (MOMIGLIANO, 2014, p. 27). Era um fenômeno específico sobre esse período. Quando se tratava de outras histórias locais ou nacionais, as quais remetiam, por exemplo, à Idade Média, não havia resistência em repensá-las. Assim, tal como assevera Arnaldo Momigliano (2014, p. 28), “no século XVI e no começo do século XVII, portanto, havia tanto antiquários

quanto historiadores (muitas vezes indistintos uns dos outros) para o mundo não clássico e pós-clássico, mas apenas antiquários para o mundo clássico”.

A partir da segunda metade do século XVII, quando tal distinção começou a desaparecer, a situação se alteraria consideravelmente, principalmente com o surgimento de trabalhos que, em certa medida, rompiam com a autoridade antiga. Paulatinamente, escrever sobre os romanos ou os gregos deixou de ser uma restrição. Desse modo, por meio de moedas, inscrições, vestígios arqueológicos e fontes literárias almejava-se fornecer relatos ou mesmo uma nova interpretação acerca do mundo antigo. Tudo isso se deu por causa do antiquarismo e de suas práticas, as quais contribuíram para o surgimento de novas histórias e de uma renovação dos métodos científicos de contato com o passado.

No século XVIII, este movimento continuou a ganhar força, embora seus agentes tivessem despertado curiosidades menos vastas, porém mais sistemáticas. Inseridos, agora, em corporações eruditas, tais como a Academia de Inscrições e Belas Letras na França ou a Academia Etrusca de Cortona na Itália, eles se dedicavam a publicar grandes compilações de antiguidades ilustradas, refletindo sobre os métodos de coleta e de descrição. Aos poucos, estabeleceu-se “regras seguras para o uso de diplomas, inscrições e medalhas, tanto no campo da autenticação quanto no da interpretação” (MOMIGLIANO, 2014, p. 39). Foram os antiquaristas, aliás, que começaram a desenvolver escavações sistemáticas, as quais eram financiadas pelas coroas, em locais como Herculano e Pompeia (SCHNAPP, 2009, p. 18).

Na virada do século XVIII para o século XIX, a paisagem e os métodos da “ciência antiquária” foram modificados consideravelmente. Especialmente em razão do contato com os povos americanos, orientais e africanos, começou-se a vislumbrar a possibilidade de escrever as histórias pautando-se apenas nos monumentos e nos objetos, mesmo que praticamente não houvesse registros escritos dessas civilizações (SCHNAPP, 2009, p. 20). Paulatinamente, passou-se a designar tal ramo do conhecimento como arqueologia – ainda que desde o século XVI este termo fosse assimilado como “ciência das coisas antigas”⁷¹.

Do ponto de vista institucional, sobretudo no cenário francês, foi ela que angariou espaço nas corporações letradas. Em 1793, criou-se no seio da Biblioteca Nacional o primeiro curso de arqueologia da França, o qual era controlado por Aubin-Louis Millin de

⁷¹ Etimologicamente, segundo o dicionário do CNRTL - Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales, este significado apareceu em 1599 na obra *L'Histoire des Histoires*, de Henri Lancelot-Voisin de La Popelinière. Numa acepção temporalmente mais próxima à de Jean-François Champollion, o dicionário *Littre* (1873, p. 186) definiu arqueologia como “conhecimento, estudo da antiguidade”.

Grandmaison. Trinta e oito anos depois, em 1831, seria o *Collège Royal de France* que agradeceria Jean-François Champollion com uma cadeira homônima.

Se, por um lado, personagens como Giovanni Belzoni (1778-1823) e Bernardino Drovetti (1776-1852) ainda se interessavam pelos artefatos, em especial os egípcios, apenas por causa de seus valores monetário, simbólico e político, obtendo lucro através de sua comercialização (TRIGGER, 2011, p. 39), nascia uma considerável preocupação em preservá-los e, principalmente, em vulgarizá-los a fim de que os eruditos pudessem estudá-los futuramente⁷². Ainda que a coleta fosse considerada importante, sua resguarda e a realização de interpretações sobre os objetos, publicadas em veículos letrados, assumia o protagonismo das práticas quotidianas.

Aos poucos, novas abordagens e concepções teóricas começaram a surgir, marcando cada vez mais a diferença entre a antiga “ciência antiquária” para com a arqueologia moderna. Nesse sentido, tal como assevera Alain Schnapp (2009, p. 23), a primeira metodologia elaborada foi a tipologia, a qual permitia relacionar os artefatos a grupos sociais bem delimitados. Mesmo que sua prática fosse tão antiga quanto os antiquários, foram os pré-historiadores, em particular os que versavam sobre o mundo escandinavo, que fizeram dela uma disciplina específica, com protocolos confiáveis de verificação. A segunda, que também remonta a outrora, mas que foi transformada no século XIX, foi o estudo tecnológico dos materiais, o qual ajudava a montar cadeias operatórias de artefatos produzidos em sílex, auxiliando na compreensão sobre se eles haviam sido fabricados pela ação humana ou gerados ao acaso através de fenômenos naturais, como erosões e mudanças climáticas. Por fim, uma das mais importantes formulações foi a estratigrafia.

A arqueologia se destaca da tradição antiquária pela condensação dos saberes e pela extensão do campo de observação. Contudo, a arqueologia torna-se uma disciplina inteiramente à parte somente quando, após ter identificado a data, o lugar e a técnica de fabricação dos artefatos, ela pode assegurar suas condições de descoberta no solo (SCHNAPP, 2009, p. 23, tradução nossa).

Essa prática, que foi codificada no final do século XIX, tornou-se, progressivamente, uma das mais importantes no trabalho corriqueiro de um arqueólogo, uma

⁷² De acordo com Bruce Trigger (2011, p. 39), a prática de pilhagem só teria fim a partir da segunda metade do século XIX, especialmente, quando o egiptólogo francês Auguste Mariette (1821-1881), então curador dos monumentos egípcios, em 1858, fez manobras para barrar escavações que ocorriam sem autorização.

vez que, muito mais do que apenas a coleta de artefatos, todo o processo de escavação de um sítio – isto é, da localização e perfuração (seja da terra ou de um templo) à disposição dos objetos tal como foram encontrados, a prospecção e à recolha da cultura material – dispunha da mesma importância. Ou seja, os três ramos supracitados, a saber, a tipologia, o estudo tecnológico dos materiais e a estratigrafia, encontravam-se, portanto, na essência da nova ciência.

No que se refere ao Antigo Oriente-Próximo, especialmente no caso do Antigo Egito, o emprego dos novos métodos arqueológicos desenharia uma modificação no olhar. Se num primeiro momento, o que estava em jogo era tentar confirmar ou eventualmente contestar as verdades bíblicas, posteriormente almejou-se a compreensão e a análise do passado. Em suma, foi a arqueologia clássica que forneceu as bases para o desenvolvimento das futuras egiptologia e assiriologia, as quais empenhar-se-iam fortemente no estudo da epigrafia e da história da arte num enquadramento histórico (TRIGGER, 2011, p. 11).

Diante deste panorama, resta mensurar em que posição podemos situar a atuação de Jean-François Champollion face à arqueologia e ao antiquarismo.

3.2 INTERLOCUÇÕES EUROPEIAS: OS IRMÃOS HUMBOLDT, A VIAGEM À ITÁLIA⁷³ E A ORIGEM DA DIVISÃO EGÍPCIA DO MUSEU REAL DO LOUVRE

Vimos no capítulo anterior que, no período de 1811 a 1822, Jean-François Champollion se dedicou, com afinco, ao estudo da antiga língua egípcia, propondo uma chave para a sua decifração. Aos poucos, suas obras começaram a circular para além das fronteiras francesas, sendo recepcionadas por eruditos de outros países europeus.

Quando olhamos para esse momento a partir de uma perspectiva relacional – e não progressiva ou teleológica – da produção científica, constatamos que a validação dela obedecia a vários regimes, fosse por meio do impacto mundano, do reconhecimento pelos pares ou ainda da projeção internacional. Isso nos sugere, de modo geral, que exista uma dimensão “negociada” no que se refere à elaboração do conhecimento (PALMEIRA, 2018, p. 362), a qual pode ecoar em várias frentes de conduta. Desacordos epistemológicos,

⁷³ Embora a unificação italiana tenha ocorrido somente na segunda metade do século XIX, optamos por utilizar esta nomenclatura no título por ser a mais usual na literatura sobre o tema (Cf. CURTO, 1972; BRESCIANI, 1972). Ao longo do capítulo, serão especificadas as regiões às quais Jean-François Champollion esteve ligado diretamente.

concessões heurísticas em troca de maior aprovação ou mesmo cooptação de apoio através de determinados circuitos sociais são, assim, algumas delas.

O que se observará entre os anos de 1822 e 1832 é, basicamente, um esforço para que o sistema interpretativo proposto pelo erudito francês conquistasse, além de maiores evidências empíricas de sua efetividade, o máximo de reconhecimento possível. Numa época em que diversas teorias decifrativas estavam sendo propostas, como a de Thomas Young (1773-1829), a de Heinrich Julius Klaproth (1783-1835) e a de Gustav Seyffarth (1796-1885), fazia-se fundamental realizar ambas as operações para conquistar o triunfo de qualquer modelo.

Quando a *Lettre à M. Dacier* (1822) começou a circular pelo continente, o diplomata Wilhelm von Humboldt (1767-1835), irmão do explorador e naturalista Alexander von Humboldt (1769-1859), desenvolveu um grande interesse pela teoria ali apresentada. Isso ocorreu, principalmente, porque o prussiano, enquanto estudioso de línguas nativas americanas, buscava estabelecer uma tipologia delas, englobando simultaneamente seus caracteres e suas estruturas próprias. Ademais, ele enxergava nelas a presença de elementos culturais, políticos, históricos e individuais, aspectos igualmente valorizados pelo filólogo francês em sua análise acerca do egípcio antigo (EHRHARD, 1994, p. 96).

Tal abordagem fazia parte do que a autora Anne-Françoise Ehrhard chamou de uma “renovação geral dos estudos linguísticos” (1994, p. 97), a qual era aclamada, especialmente, nas regiões alemãs desde o final do século XVIII. Em suma, os agentes ligados a este movimento almejavam se desprender dos consagrados modelos latinos que projetavam suas estruturas – reconhecidas como a ordem lógica de pensamento por excelência – às outras línguas, fossem elas indo-europeias ou não, bem como utilizar critérios gramaticais – e não apenas semânticos – para analisar e classifica-las. Assim, estudos comparativos, como o de Franz Bopp (1791-1867) envolvendo, por exemplo, as línguas sânscrita, avéstica, grega, latina e alemã, investigações sobre os dialetos e a língua germânica culta, produção de gramáticas históricas, como a dos irmãos Jacob (1785-1863) e Wilhelm Grimm (1786-1859), compunham esta renovação.

As contribuições teóricas de Jean-François Champollion – sobretudo as que envolviam a língua copta – foram rapidamente associadas por Wilhelm von Humboldt a tal movimento. Ora, o caso egípcio era privilegiado, em sua concepção, porque o seu estudo versava não apenas sobre a invenção e o entendimento do alfabeto, mas também acerca da

articulação dos sons da linguagem (THOUARD, 2009, p. 411) – relação que não havia sido muito explorada até então.

Estudar de modo aprofundado o modelo proposto em 1822, testar a sua real efetividade e, ao cabo, defendê-lo publicamente foram, na perspectiva de Anne-Françoise Ehrhard (1994, p. 98), os passos dados por Wilhelm von Humboldt. Patrociná-lo significava, em outras palavras, defender a sua almejada renovação linguística.

A comunicação entre os dois eruditos só foi possível com o intermédio de Alexander von Humboldt, que morava na capital parisiense em 1820, e de Jacques-Joseph Champollion-Figeac. Iniciou-se, a partir disso, uma série de trocas epistolares que se estenderia até 1827, através da qual se pode acompanhar as discussões epistemológicas e o envio de materiais inéditos entre eles⁷⁴. Aos poucos, o nome de Jean-François Champollion angariou força na Prússia, ainda que com certa resistência. Segundo a autora Anne-Françoise Ehrhard (1990, p. 107), vários eruditos manifestaram apoio à “decifração champolliana” em diferentes periódicos literários, combatendo as perspectivas opositoras. À vista disso, Wilhelm von Humboldt representava o ponto culminante de um movimento relativamente amplo de defesa do filólogo fora da França. Ou seja, desenvolveu-se uma rede considerável de amparo em torno de seu método.

Simultaneamente a isso, a busca por evidências empíricas que corroborassem sua teoria decifrativa tornava-se fundamental para o seu fortalecimento. Seria ela que impulsionaria, então, uma nova fase na carreira de Champollion, o jovem, a saber: sua atuação como conservador e arqueólogo.

Em 15 de fevereiro de 1824, mostrando interesse pela coleção Drovetti recém adquirida pelo Reino de Savoia⁷⁵, Jean-François escreveu uma carta ao conde Lodovico Costa, na ocasião Secretário de Estado, onde podemos ter uma noção de como ocorria, de fato, a circulação de ideias e de pessoas pela Europa letrada:

Senhor e caro amigo,
Ouso esperar, embora tenha partido de Grenoble para Paris, que vós não deveis ter me esquecido totalmente. Aliás, no ano passado, tomei o cuidado de lembrar sua memória enviando-lhe, através dos *Affaires Étrangères* [Negócios

⁷⁴ O corpo documental envolvendo a relação de Wilhelm von Humboldt e Jean-François Champollion foi estudado por Markus Meßling (2008) em sua tese de doutorado.

⁷⁵ Antes de ser adquirida pelo Rei de Sardenha, a coleção Drovetti havia sido oferecida a Louis XVIII. Como o Museu Real do Louvre adotava uma prática que favorecia as belas artes em detrimento da história das civilizações, o acervo foi rejeitado pelo governo francês (TANRÉ-SZEWCZYK, 2017).

Exteriores], a *Lettre à M. Dacier*, contendo minha descoberta do alfabeto hieroglífico.

Esta brochura lhe fora encaminhada aos Arquivos Reais de Turim. Desde então, continuei minhas investigações egípcias com o mais feliz sucesso; pude, enfim, apresentar ao *Institut* o conjunto da teoria hieroglífica e todo o sistema gráfico egípcio. Minha obra foi recebida com benevolência, e o Rei, na proposição formal do *Institut*, ordenou a sua edição na casa de impressão real.

Minha nova obra será lançada em alguns dias, e eis o Egito inteiro aberto à erudição moderna. Todos os meus resultados estão pautados em monumentos que fornecem a interpretação, e, desde que tenha um dos símbolos religiosos ou alguma inscrição egípcia, não há mais nenhum mudo para mim. Vós deveis pensar com qual entusiasmo eu os procuro e os estudo. Vós encontrareis em minha obra, a qual me proponho a vos enviar em poucos dias, a indicação do objeto e da época da maior parte dos *obeliscos* publicados, de todas as grandes estátuas e dos palácios reproduzidos na *Description de l'Égypte*. Praticamente não há ataúde de múmia, figurino ou amuleto que não me forneça uma informação histórica ou religiosa⁷⁶ (HARTLEBEN, 1909, pp. 1-2, tradução nossa).

A obra mencionada provavelmente era o *Précis du système hiéroglyphique des anciens Égyptiens, ou Recherches sur les éléments premiers de cette écriture sacrée, sur leurs diverses combinaisons, et sur les rapports de ce système avec les autres méthodes graphiques égyptiennes* (1824) (Definição do sistema hieroglífico dos antigos egípcios, ou Investigações sobre os primeiros elementos desta escrita sagrada, sobre suas diversas combinações e sobre as relações desse sistema com os outros métodos gráficos egípcios), uma longa versão detalhada da comunicação feita outrora no *Institut National*, a qual almejava compreender a lógica da antiga língua. O que nos chama atenção é que, para além de mencionar somente seus recentes feitos, o intuito da carta era de reativar uma antiga e importante sociabilidade.

⁷⁶ No original: “Monsieur et cher ami, J’ose espérer, quoique j’aie quitté Grenoble pour Paris, que vous ne m’aurez pas tout à fait oublié. J’ai, d’ailleurs, eu le soin, l’année dernière, de me rappeler à votre souvenir en vous envoyant, par les Affaires Étrangères, ma Lettre à M. Dacier contenant ma découverte de l’alphabet hiéroglyphique. Cette brochure vous était adressée aux Archives Royales à Turin. Depuis j’ai continué mes recherches Egyptiennes avec le plus heureux succès ; j’ai pu enfin présenter à l’Institut l’ensemble de la théorie hiéroglyphique et de tout le système graphique Égyptien. Mon ouvrage a été accueilli avec bienveillance, et le Roi, sur la proposition formelle de l’Institut, en a ordonné l’impression à l’Imprimerie Royale. Mon nouvel ouvrage paraîtra dans quelques jours, et voilà l’Égypte entière ouverte à l’érudition moderne. Tous mes résultats sont fondés sur les monuments dont ils donnent l’interprétation, et il n’y en a plus un de muet pour moi, pourvu qu’il porte un des symboles religieux ou quelque inscription Égyptienne. Vous devez penser avec quel empressement je les cherche et je les étudie. Vous trouverez dans mon ouvrage que je me propose de vous envoyer dans peu de jours l’indication du sujet et de l’époque de la plupart des obélisques publiés, de toutes les grandes statues connues, et l’époque des temples et des palais reproduits dans la *Description de l’Égypte*. Il n’y a point de cercueil de momie, de figurine ou d’amulette qui ne me fournissent un renseignement historique ou religieux”.

Uma vez que a notícia sobre a nova coleção egípcia estava se difundindo rapidamente, reaproximar-se de alguém como Lodovico Costa, um agente ligado às instâncias de poder, poderia lhe abrir muitas oportunidades. Assim, o que se prossegue na carta lança-nos algumas luzes nesse sentido:

Vós compreendeis, por isso, com qual expectativa eu esperava em Paris a coleção de antiguidades egípcias do sr. Drovetti [...] Asseguraram-me hoje que Vossa Majestade, o Rei de Sardenha, acaba de fazer a aquisição. Não estará, portanto, perdida para a ciência, pois ela pertence a um soberano cujos ancestrais tanto fizeram pelas letras, e a um país cujos eruditos lhe renderam tantos serviços. Seria um excelente serviço um *catálogo descritivo e fundamentado* desta magnífica coleção, e se vosso soberano não o recusar à Europa erudita, que reivindica sua generosidade em Paris, em Londres, em Viena, na Prússia. O catálogo fundamentado da coleção Drovetti, onde cada objeto seria descrito adequadamente e explicado para que os eruditos não precisassem de sua figura, tornar-se-ia seu manual e um guia muito importante para eles.

[...] Vós achais que vosso governo pretende fazer esse catálogo e essa classificação de uma maneira útil às letras? Neste caso, iria com boa vontade passar alguns meses em Turim para esse importante objetivo. Redigiria esse catálogo de uma maneira satisfatória. [...] Permita-me acrescentar que, tendo ocupado toda minha vida às antiguidades egípcias e tendo feito desse assunto trabalhos que a Europa letrada julgou ser de alguma importância, creio ser a pessoa mais bem preparada para classificar e catalogar a importante coleção adquirida por vosso rei⁷⁷ (HARTLEBEN, 1909, pp. 2-3, tradução nossa).

Não dispomos da resposta que fora enviada, no entanto, quatro meses depois, em 8 de junho de 1824, Jean-François confirmou a Jaques-Joseph sua chegada à capital do Reino de Sardenha, isto é, na cidade de Turim. De acordo com Silvio Curto (1972, p. 13), ele foi recepcionado por vários membros da aristocracia local, que era composta de entusiastas das

⁷⁷ No original: “Vous comprendrez, par-là, avec quel empressement j’attendais à Paris la collection d’antiquités Égyptiennes de M. Drovetti. [...] On m’assure aujourd’hui que S. M. le Roi de Sardaigne vient d’en faire l’acquisition. Elle ne sera donc pas perdue pour la science, puisqu’elle appartient à un Souverain dont les ancêtres ont tant fait pour les lettres, et à un pays dont les savants leur ont rendu tant de services. Ce serait un bien grand service que le *catalogue descriptive et raisonné* de cette collection magnifique, et votre Souverain ne le refusera pas à l’Europe savante, qui le réclame de sa munificence : à Paris, à Londres, à Vienne, en Prusse, en Russie, on publie ce qui arrive d’antiquités Égyptiennes. Le catalogue raisonné de la collection Drovetti, où chaque objet serait suffisamment décrit et expliqué pour que les savants n’eussent pas besoin de sa figure, deviendrait leur manuel et un guide bien important pour eux. [...] Pensez-vous que votre gouvernement décide à faire faire ce catalogue et cette classification d’une manière utile aux lettres ? Dans ce cas, j’irais volontiers passer quelques mois à Turin pour cet objet important. Je rédigerais ce catalogue d’une manière satisfaisante. [...] Permettez-moi d’ajouter que, m’étant occupé toute ma vie d’antiquités Égyptiennes et ayant fait à ce sujet des travaux que l’Europe savante a bien voulu juger être de quelque importance, je crois être la personne la mieux préparée à classer et à cataloguer l’importante collection acquise par votre Roi”.

letras e das artes⁷⁸, muitos deles associados à Academia de Ciências regional. Embora a coleção pertencesse oficialmente à coroa, sua resguarda havia sido confiada à referida instituição. Assim, Champollion devia prestar contas não apenas aos seus donos, mas também aos responsáveis por sua preservação.

A coleção egípcia dispunha de uma grande quantidade de monumentos de pedra e de papiro, com inúmeras inscrições. Em termos quantitativos, ela era considerada a maior da Europa.

Por meio de sua correspondência, que foi organizada e publicada por Hermine Hartleben em 1909, pode-se observar, minimamente, o *modus operandi* do erudito francês enquanto conservador. Em uma mensagem ao Conde Roget de Cholex (1771-1828), na ocasião Ministro do Interior do Reino de Sardenha, dizia ele:

a mais importante parte da coleção é a coletânea dos manuscritos concebidos seja em diversas escritas egípcias, seja em língua e em caracteres gregos; é também o objeto que exige o maior cuidado e as preocupações mais rápidas. O método que se adotou para acondiciona-los em gazes me parece ainda menos adequado, pois está condicionado a uma experiência de trinta anos; os papiros egípcios adquiridos pelo Gabinete de Antiguidades de Paris, colados em gazes, seja enrolados, seja enquadrados em vidro, estão hoje em um estado completo de degradação e não existirão mais em alguns anos. A única maneira de conservar esses frágeis monumentos e de proporcionar, ao mesmo tempo, o estudo fácil e sem inconveniente para sua integridade consiste em colá-los sobre um cartão fino e simultaneamente forte, ou sobre uma embalagem que se confeccione para isso⁷⁹ (HARTLEBEN, 1909, pp. 14-15, tradução nossa).

Havia, na concepção museológica de Jean-François Champollion, uma forte preocupação quanto à preservação da cultura material egípcia e à sua vulgarização para futuros estudos. Dessa maneira, tal como sublinha Juliette Tanré-Szewczyk (2017), uma de

⁷⁸ Destacavam-se, entre os presentes, Carlo Vidua (1785-1830), marquês de Casale Monferrato que intermediou a transação da coleção entre a Corte de Savoia e Bernardino Drovetti; o conde Frederico Paolo Sclopis (1798-1878); os marqueses Cesar di Saluzzo (1778-1853) e Alessandro di Saluzzo (1775-1851), especialistas em história militar, e sua irmã, a poetisa Diodata Saluzzo (1774-1840) (CURTO, 1972, pp. 13-15).

⁷⁹ No original: “La plus importante partie de la collection est le recueil des manuscrits conçus soit dans les diverses écritures Égyptiennes, soit en langue et en caractères grecs c'est aussi l'objet qui exige le plus de soins et les précautions les plus promptes. La méthode qu'on a prise de les coller sur gaze me paraît d'autant moins convenable qu'elle est condamnée par une expérience de trente ans les papyrus Égyptiens acquis par le Cabinet des Antiques de Paris, collés sur gaze, soit roulés, soit encadrés sous glace, sont aujourd'hui dans un état complet de dépérissement et n'existeront plus dans quelques années. La seule manière de conserver ces fragiles monuments et d'en rendre en même temps l'étude facile et sans inconvénient pour leur intégrité consiste à les coller sur un carton fin en même temps que ferme, ou sur un cartonnage que l'on confectionne pour cela”.

suas maiores apreensões era fazer com que o Museu Real Egípcio de Turim não se tornasse um mero espaço de curiosidades, no qual os objetos ali reunidos ficassem dispostos sem ordem ou relação uns com os outros. Para evitar isso, fazia-se necessário confeccionar uma classificação ao mesmo tempo metódica, sobretudo em termos logísticos, e científica do acervo. Essa será, inclusive, a mesma abordagem que ele empregará futuramente na Divisão Egípcia do Museu Real do Louvre.

As atividades realizadas na coleção Drovetti se estenderam até 1826. No decorrer desse período, o francês viajou com Ippolito Rosellini⁸⁰ (1800-1843) para várias regiões italianas, como Florença, Veneza, Nápoles, Milão e Roma, expandindo seu círculo social e, por conseguinte, fazendo difundir suas teorias filológicas (CURTO, 1972, p. 16). Ao final, além de se tornar membro associado da Academia de Ciências de Turim (eleito em 1825), Jean-François Champollion produziu quatro importantes escritos: as *Lettres à M. le Duc de Blacas d'Aulps, premier gentilhomme de la chambre, pair de France etc., relatives au Musée royal égyptien de Turin* (Correspondências ao sr. Duque de Blacas d'Aulps, primeiro fidalgo da câmara, par da França etc., relativas ao Museu Real Egípcio de Turim), publicadas em 1824 e 1826, bem como uma análise crítica, em 1825, de uma dissertação escrita por Michelangelo Lanci⁸¹ (1779-1867).

Enquanto isso, na França, uma mudança de reinado impulsionaria algumas reformas institucionais que favoreceriam diretamente o *figeacois*.

Quando Louis XVIII faleceu e Charles X ascendeu ao trono em 1824, a ideia de reestruturar o Museu Real do Louvre ganhou força. Essa instituição, que havia sido criada durante o período revolucionário, em 1793, originalmente com o nome “Museu Central de Artes”, era voltada quase que exclusivamente para a exposição das belas artes. Sem menosprezá-las, o intuito era de oferecer novos temas, em especial a “história das civilizações”. Para isso, criar-se-iam duas divisões, as quais seriam responsáveis pela

⁸⁰ Desde 1824, Ippolito Rosellini atuava como professor de línguas antigas na Universidade de Pisa.

⁸¹ Michelangelo Lanci havia chamado o modelo proposto por Jean-François Champollion de falso justamente por contradizer a história que se sabia através da bíblia. Em sua defesa, após analisar detalhadamente os argumentos do autor, escreveu o erudito francês: “No resto, ele [Michelangelo Lanci] é perfeitamente o mestre em depreciar, se o consegue, todos os resultados de meus estudos; mas devo lhe dizer que ele ultrapassou os limites extremos da crítica literária para se colocar sobre a linha dos caluniadores, insinuando com maldade que os resultados de meu sistema, supondo que estivesse certo, tenderiam a contradizer a história, tal como os livros sagrados a apresentam. Declaro, aqui, que essa declaração do sr. Lanci é inteiramente falsa, e é justo que todo o ódio recaia apenas sobre ele, pois eu o desafio a encontrar em alguma de minhas obras uma única palavra que possa motivar tal asserção, tão perversa quanto desprezível” (CHAMPOLLION, 1825, p. 8, tradução nossa).

preservação, pelo estudo e pela vulgarização do acervo. Assim, em 15 de maio de 1826, foi publicada a seguinte ordem real:

Charles, pela graça de Deus, Rei da França e de Navarra, a todos aqueles presentes, saúdo.

Almejando assegurar o sucesso das pesquisas históricas que fizeram desde sempre a glória da França e contribuir cada vez mais para o progresso dessas investigações úteis, seja pela aquisição de novos monumentos destinados a enriquecer nossas coleções reais, seja por novas disposições poderiam facilitar aos eruditos e aos artistas o estudo dessas importantes coleções, em virtude do relatório de nosso assessor de campo encarregado pelo Departamento de Belas Artes, ordenou-se:

Título I

Art. 1º A conservação das antiguidades de nosso museu real do Louvre formará no futuro duas divisões. A primeira divisão compreenderá os monumentos gregos, os monumentos romanos e os da Idade Média. A segunda divisão compreenderá os monumentos egípcios de todas as épocas ou provenientes do Egito. Nesta segunda divisão estarão incluídos todos os monumentos orientais, fenícios, persas e hindus que existem no museu ou que poderão ser encontrados nele⁸² (QUONIAM, 1972, p. 47, tradução nossa).

Em termos numéricos, Pierre Quoniam (1983, p. 48) assevera que havia uma discrepância entre as duas divisões estabelecidas. Enquanto a primeira era composta pela maior parte do acervo, a segunda formava apenas um fundo secundário, com peças que foram adquiridas durante os regimes do Diretório, do Consulado, do Império e do rei Louis XVIII. As coleções mais completas eram a Durand⁸³, com aproximadamente dois mil artefatos, e a Salt, com ao menos quatro mil itens. Contudo, salienta Quoniam (1983, p. 49), a justificativa para tal cisão obedecia a critérios específicos, que podiam ser observados na continuação da ordem real:

Art. 2º O senhor conde de Clarac, atual conservador de estátuas e antiguidades do Louvre, terá em suas atribuições os monumentos que compõem a primeira divisão. O senhor Champollion, o jovem, é nomeado conservador dos monumentos que compõem a segunda divisão. Ele gozará das mesmas remunerações que o conservador da primeira divisão e será, tal como ele, colocado sob as ordens imediatas do diretor geral de nosso museu.

⁸² No original: “Titre I. Article 1er. - La conservations des antiques de notre musée royal du Louvre formera à l'avenir deux divisions. La première division comprendra les monuments grecs, les monuments romains et ceux du Moyen Age. La deuxième division comprendra les monuments égyptiens de toutes les époques ou provenant de l'Égypte. Dans cette deuxième division seront aussi compris tous les monuments orientaux, phéniciens, persépolitains et indous qui existent au musée ou qui pourront s'y trouver”.

⁸³ Tais coleções eram oriundas de um mercado antiquário altamente lucrativo que envolvia o espólio de peças egípcias, sobretudo por agentes ligados às expedições armadas. Para um exame mais detido acerca do caso de Edme Antoine Durand (1768-1835), conferir, por exemplo, Louise Detrez (2014).

Título III

Art. 3º A cada ano haverá no museu de antiguidades do Louvre, e durante a bela época, um curso público e gratuito de arqueologia egípcia onde se apresentará os diversos sistemas de escrita que os egípcios utilizavam.

Art. 4º O senhor Champollion, o jovem, conservador dos monumentos egípcios, é encarregado por esse curso e aplicará, tanto quanto possível, as teorias aos monumentos do museu que estarão sob os olhos do público⁸⁴ [...] (QUONIAM, 1972, p. 49, tradução nossa).

Se em quantidade havia uma nítida diferença, simbolicamente ambas as divisões encontravam-se equiparadas.

A nomeação de Champollion, o jovem, ao Museu Real do Louvre não ocorreu sem resistência. As principais vozes dissidentes foram a do conde de Forbin (1777-1841), na ocasião diretor geral da instituição, e a do já mencionado conde de Clarac (1777-1847). Enquanto o primeiro julgava inadmissível se indicar alguém para tal posição sem jamais ter estado, de fato, no Egito, o segundo, em um tom mais corporativista, denunciava tal escolha como um perigo à unidade administrativa institucional (QUONIAM, 1982, p. 51). Contudo, além da projeção que o seu nome havia alcançado no exterior e de suas experiências anteriores em Turim, o jovem erudito contou com o importante apoio do duque de Blacas (1771-1839) – antigo Secretário de Estado, chefe da Casa do Rei e Embaixador de Roma – o qual atuou efetivamente em seu favor. Vale ressaltar, aqui, que as duas obras realizadas outrora acerca do Museu Real Egípcio de Turim tinham sido destinadas justamente a ele, o que nos ajuda a entender algumas de suas estratégias adotadas.

Enquanto conservador deste estabelecimento, Jean-François introduziu uma concepção museológica diferente da que estava sendo aplicada desde o período revolucionário. Se até então priorizava-se um culto geral às belas artes, passou-se a ter como objetivo, nesta nova visão empregada na segunda divisão, apresentar ao público um panorama geral do país africano. Ou seja, o intuito era de demonstrar que o artefato

⁸⁴ No original: “Article 2. Le Sieur comte de Clarac, conservateur actuel des statues et antiques du Louvre, aura dans ses attributions les monuments qui composent la première division. Le Sieur Champollion le Jeune est nommé conservateur des monuments qui composent la seconde division. Il jouira des mêmes appointements que le conservateur de la première division et sera, comme lui, placé sous les ordres immédiats du directeur général de nos musées. Titre III. Article 3. Il y aura chaque année au musée des antiques du Louvre, et durant la belle saison, un cours public et gratuit d'archéologie égyptienne où l'on exposera les divers systèmes d'écriture dont se servaient les Égyptiens. Article 4. Les Sieur Champollion le Jeune, conservateur des monuments égyptiens, est chargé de ce cours et, autant que faire se pourra, il appliquera les théories aux monuments du musées qui seront sous les yeux du public”.

arqueológico ali exposto era, antes de tudo, um documento essencialmente histórico, propondo um exercício de alteridade (QUONIAM, 1982, p. 53).

No que concerne à estrutura física, três salas públicas foram destinadas à coleção egípcia: a primeira versava sobre a mitologia em geral, a segunda sobre a sociedade civil e a terceira sobre a temática funerária (CHAMPOLLION, 1827). A organização desses espaços havia sido planejada totalmente pelo novo conservador: da seleção e disposição espacial das peças às escolhas estéticas do ambiente⁸⁵ (TANRÉ-SZEWCZYK, 2017). Isso nos auxilia a compreender a preferência de Charles X pela nomeação do autor da *Lettre à M. Dacier*. O rei defendia, basicamente, uma historicização do museu, transformando-o não apenas em um lugar de exposição, mas também em um centro de ensino e de pesquisa. Assim, como visto na ordem real exposta anteriormente, Champollion fora encarregado também de oferecer anualmente cursos públicos acerca de suas teorias filológicas, dando visibilidade ao acervo existente.

Como não existem registros materiais de que alguma aula tenha sido ministrada, autores como Pierre Quoniam (1982) e Eric Gady (2006) sugerem que, em efeito, o curso de arqueologia egípcia nunca tenha ocorrido. A hipótese que tenta explicar esta ausência é a de que, além de ter estado ocupado redigindo o inventário de sua divisão, o conservador estava engajado nos preparativos finais de sua viagem ao Egito, a qual viria a ocorrer entre 1828 e 1829 (QUONIAM, 1982, p. 58).

3.3 A MISSÃO FRANCO-TOSCANA AO EGITO

As relações com a Itália renderam a Jean-François Champollion oportunidades tanto de ordem financeira quanto científica. Contudo, ainda que suas principais atividades tivessem sido desenvolvidas em Turim, foi no Grão-Ducado da Toscana – região autônoma localizada no centro da península, cuja capital era Florença – que o erudito reuniu influência política necessária para pleitear uma viagem ao norte da África.

Em uma carta a Leopoldo II (1797-1870), na qual agradecia sua acolhida e reconhecia o valor de Ippolito Rosellini, podemos observar um pouco a sua ligação com o grão-duque toscano:

⁸⁵ Para a inauguração da exposição, Jean-François Champollion preparou um catálogo descrevendo e explicando detalhadamente as peças existentes nela. Trata-se da *Notice descriptive des monuments Égyptiens du Musée Charles X* (1827) (Notícia descritiva dos monumentos egípcios do Museu Charles X).

Sereníssima alteza real,

As circunstâncias que prolongaram minha permanência em Nápoles, e a necessidade de retornar à Paris para a organização do Museu Egípcio, me privam do precioso privilégio que havia prometido, o de apresentar, mais uma vez, minhas respeitadas homenagens a Vossa Alteza Imperial. Deveria aspirar ainda mais tal honra, uma vez que ao cumpri-la satisfaria, ao mesmo tempo, um dever e uma verdadeira necessidade do meu coração, pois teria sido permitido exprimir a Vossa Alteza todo meu reconhecimento pelas benevolentes gentilezas com as quais me agraciou durante minha passagem em seus Estados.

[...] Que Vossa Alteza se digne também de toda minha gratidão pela amável companhia que sua bondade me proporcionou, permitindo que o sr. Rosellini se juntasse a mim para me auxiliar, seja nos trabalhos relativos à coleção egípcia de Livorno, seja nas investigações que tive que fazer em Roma e Nápoles. Pude conhecer o ardente amor do jovem professor e apreciar ao mesmo tempo as qualidades cativantes que o distinguem. A arqueologia egípcia acaba de produzir uma conquista frutífera nele⁸⁶ (HARTLEBEN, 1909, pp. 397-398, tradução nossa).

De acordo com Robert Hari (1982, p. 75), Jean-François e o erudito italiano construiriam uma relação de mestre e discípulo, com o último tornando-se um dos principais defensores da teoria champolliana na península itálica. Foi a partir dela, inclusive, que se desenhou um “projeto de missão literária ao Egito”⁸⁷, o qual seria apresentado a Leopoldo II em 1827.

Tal documento iniciava-se com uma longa justificativa acerca da importância de se estudar *in loco* os monumentos, os artefatos e as inscrições antigas, seguida por uma série de objetivos que deveriam ser alcançados.

Compreender não apenas a arte, a arquitetura e a religião egípcia, como também lançar luzes sobre as demais civilizações que desempenharam, desde a origem, importante papel na África e na Ásia ocidental, eram os principais aspectos que legitimavam a missão.

⁸⁶ No original: “Altesse Impériale Sérénissime, Les circonstances qui ont prolongé mon séjour à Naples, et la nécessité de me rendre à Paris, pour l'organisation du Musée Égyptien, me privent du précieux avantage que je m'étais promis, celui de présenter encore une fois mes respectueux hommages à Votre Altesse Impériale. Je devais d'autant plus ambitionner cet honneur qu'en l'obtenant je satisfaisais à la fois à un devoir et à un véritable besoin de mon cœur, puisqu'il m'eût été permis d'exprimer à Votre Altesse toute ma reconnaissance pour les bienveillantes bontés dont il lui a plu de me combler pendant mon séjour dans ses États. [...] Que Votre Altesse Impériale daigne agréer aussi l'expression de toute ma gratitude pour l'aimable compagnon de voyage que sa bonté m'a donné, en permettant à M. Rosellini de se joindre à moi pour me seconder, soit dans les travaux relatifs à la collection égyptienne de Livourne, soit dans les recherches que j'ai dû faire à Rome et à Naples. J'ai pu ainsi connaître l'ardent amour du jeune professeur pour les études solides, son entier dévouement à la science, et apprécier en même temps les qualités attachantes qui le distinguent. L'archéologie Égyptienne vient de faire en lui une conquête fructueuse”.

⁸⁷ O projeto da missão foi publicado integralmente por Hermine Hartleben (1909).

Afinal, acreditavam os autores, os registros históricos lá existentes poderiam enunciar, de igual modo, questões relativas à circulação do poder, às disputas internas e externas envolvendo os faraós, bem como aos costumes estrangeiros, que permaneciam em silêncio entre o meio erudito (HARTLEBEN, 1909, p. 431).

O entrecruzamento da filologia com a arqueologia possibilitaria, em suma, desvendar histórias que, até então, eram desconhecidas, sobretudo em razão da incompreensão das fontes escritas em hieróglifo, hierático ou demótico. Estudá-las revelaria, portanto, questões acerca de toda a história antiga⁸⁸. O plano apresentado sustentava que tal missão, encabeçada por “um governo protetor das ciências” (HARTLEBEN, 1909, p. 432), faria progredir, de maneira significativa, as ciências históricas.

Um outro aspecto de suma importância foi delinear, ao longo do ofício, a diferença entre o almejado empreendimento para com a expedição napoleônica de 1799. Por mais que a comitiva francesa de outrora tivesse recolhido uma quantidade considerável de materiais (o que, de modo algum, era menosprezado pelos autores), o desconhecimento quase absoluto da antiga língua egípcia fez com que muitas inscrições fossem negligenciadas ou pessimamente transcritas. Era um problema considerado grave, mas que iria ser corrigido na nova viagem.

Diante desta justificativa, Jean-François Champollion e Ippolito Rosellini elencaram uma série de objetivos que deveriam ser alcançados ao longo da missão. O quadro abaixo apresenta detalhadamente cada um deles:

QUADRO 4 – OBJETIVOS DA MISSÃO FRANCO-TOSCANA AO EGITO

1	Visitar todos os monumentos de tipo egípcio, especialmente os que foram negligenciados, para realizar reproduções deles.
2	Investigar, em cada templo, inscrições que possam fornecer dados acerca da época de sua fundação a fim de formar uma cronologia da arte egípcia.
3	Copiar, em todos os detalhes e reproduzindo as colorações próprias, imagens de diferentes divindades para as quais cada templo foi dedicado.
4	Copiar os quadros mitológicos nos quais várias divindades são apresentadas
5	Desenhar os baixos-relevos que representam diversas cerimônias religiosas, bem como todos os instrumentos de culto.

⁸⁸ Vale ressaltar, como já visto ao longo desta dissertação, que a maior parte do que se sabia sobre o Antigo Egito no início do século XIX vinha ou de pensadores gregos, como Heródoto e Platão, ou ainda dos livros bíblicos.

6	Apanhar nos templos, com todos os detalhes de suas vestimentas, figuras que representam os suseranos egípcios a fim de formar uma iconografia dos reis e rainhas.
7	Investigar em palácios como os de Tebas, de Abidos e de Solebe todos os baixos-relevos históricos a fim de reproduzi-los com exatidão.
8	Recolher, nos palácios e nas tumbas reais, tudo o que se remeta à vida pública e privada dos faraós.
9	Por meio das catacumbas de Tebas ou de outras cidades egípcias, desenhar os quadros e as inscrições relativas à vida civil das diversas classes da nação, atentando-se para os costumes das várias castas.
10	Copiar as inscrições votivas gravadas nos templos sempre que elas tiverem uma data claramente exposta.
11	Recolher todas as legendas reais esculpidas, com suas diversas variantes, precisando os lugares nos quais foram encontradas, a fim de determinar a antiguidade dos edifícios.
12	Reproduzir todos os baixos-relevos e quadros astronômicos com as datas de cada escultura.
13	Anotar todos os caracteres hieroglíficos, incluindo as cores de cada um, para formar o mais completo quadro de todas as formas empregadas na escrita sagrada dos egípcios.
14	Desenhar todas as inscrições que possam confirmar ou estender nossos conhecimentos acerca da língua e das diversas escritas do Antigo Egito.
15	Buscar nas ruínas do Egito decretos bilingues, semelhantes à Pedra de Roseta.
16	O diretor da viagem executará escavações ⁸⁹ em pontos onde se possa encontrar monumentos históricos de diversos gêneros. Os objetos que merecerem alguma atenção serão levados ao Museu Real do Louvre ou ao Gabinete de Antiguidades da Biblioteca Nacional.
17	Poder-se-á fazer, seja em Tebas ou em outras partes do Egito, aquisições de objetos para as coleções reais.
18	Visitar, com intermédio de pessoas instruídas nas línguas orientais, bibliotecas de monges cristãos nas quais possam conter obras importantes.
19	Recolher inscrições de outras línguas antigas, como fenício ou cuneiforme, que praticamente não tenham registros na Europa.
20	Adquirir obras de literatura árabe para alimentar a Biblioteca do Rei.

Fonte: a autora (2020), baseada em Hermine Hartleben (1909).

O programa submetido ao Grão-Duque da Toscana foi aprovado no mesmo ano, e a viagem ao Egito, que também seria estendida para a Núbia, programada para 1828 e 1829.

Por meio da análise do projeto, constatamos que, na essência deste empreendimento, encontrava-se um postulado preservacionista, que transformava a Europa numa espécie de protagonista na resguarda dos monumentos que estavam em ameaça

⁸⁹ Salienta-se que, nesta época, os eruditos não participavam diretamente das escavações tal como os arqueólogos atualmente o fazem. Eram contratados operários para realizar o trabalho bruto.

(HARTLEBEN, 1909, p. 430). Aliás, conforme assinala Eric Gady (2006, p. 81), foi o próprio erudito francês que, durante a missão, chamou a atenção de Mohammed Ali (1769-1849), então Vice-Rei do Egito, para a importância de se proteger os patrimônios da época faraônica – o que começaria a ocorrer, de fato, somente em 1863 com a criação de uma instituição na região africana. Contudo, no decorrer do século XIX, tais iniciativas foram capitaneadas quase que exclusivamente por europeus, levando o autor a questionar se o Museu de Antiguidades do Cairo havia sido concebido como um lugar de memória para os egípcios nativos ou para os ocidentais.

Em relação à nossa pesquisa, a principal questão que envolve o postulado supracitado é tentar entender o que isso significava naquele momento, uma vez que a elite europeia era, justamente, uma das principais responsáveis pelo espólio de artefatos arqueológicos.

Ora, acreditamos que a concepção de eruditos como Jean-François Champollion e Ippolito Rosellini se situava, especificamente, num espaço de transição do que podemos chamar de práticas antiquaristas para uma incipiente ciência arqueológica. Afinal, ao mesmo tempo que o comércio de antiguidades egípcias ainda era visto como algo natural na primeira metade do século XIX, nascia uma considerável preocupação em preservá-las e, por conseguinte, continuá-las a fim de gerar novos estudos históricos acerca desta civilização. Isso nos auxilia a compreender, em certa medida, aspectos que, aos olhos de hoje, soam contraditórios.

3.4 DO NILO AO SENA: A CONSAGRAÇÃO CIENTÍFICA DE JEAN-FRANÇOIS CHAMPOLLION NA FRANÇA

Pensar em termos do que podemos chamar de uma “consagração científica” na primeira metade do século XIX nos remete, em especial, ao plano institucional, no qual, além das mais variadas vantagens proporcionadas, o simbolismo imperava. Ser eleito para a uma academia real ou ainda para a titularidade de uma cadeira do *Collège Royal de France* tornava-se, quase que automaticamente, um traço constitutivo do erudito que alcançava tais feitos. Afinal, tratava-se de uma insígnia que era comumente noticiada pelos jornais da época. Desse modo, muitos passavam a assinar suas obras com os títulos que lhes eram designados.

Vale destacar, no entanto, que a cooptação para tais instituições não era condicionada apenas às contribuições realizadas ao meio letrado, mas principalmente à construção de redes de sociabilidades que pudessem influenciar diretamente nos processos eleitorais. Muito mais do que um reconhecimento meramente intelectual, trava-se, também, de um triunfo político.

Veremos a seguir como Jean-François Champollion conseguiu ser nomeado para a Academia Real de Inscrições e Belas Letras em 1830 e para o *Collège Royal de France* em 1831.

3.4.1 A eleição para a Academia Real de Inscrições e Belas Letras

Expomos no capítulo anterior que as academias vinculadas ao *Institut National des Sciences et Arts* eram reconhecidas como as maiores autoridades em seus respectivos domínios.

Subsidiadas pela coroa, o erudito nelas inserido desfrutava de vantagens que lhe conferiam prestígio e uma considerável autonomia na condução de suas pesquisas. Contudo, à medida que as crises políticas iam eclodindo no cenário francês, tais instituições rapidamente absorviam seus impactos – algo que refletia diretamente nas escolhas internas administrativas. Ora, os posicionamentos que Jean-François e Jacques-Joseph Champollion tomaram ao longo de suas trajetórias públicas delinearão, portanto, fortes resistências em torno de seus nomes para a Academia Real de Inscrições e Belas Letras. Isso nos auxilia a compreender por que somente em 1830, ou seja, oito anos após a realização da *Lettre à M. Dacier*, o decifrador seria, enfim, agraciado pela referida instituição.

Segundo Robert Marichal (1982, p. 18), foram dois os principais motivos que atrasaram a eleição de Jean-François Champollion para a academia: um de ordem administrativa, e o outro em razão de seus engajamentos de outrora.

Em suma, desde a concretização da restauração monárquica em 1815 até a revolução de 1830, uma nítida política de cooptação favoreceu aqueles que não haviam se oposto ao regime vigente – o que não era o caso dos irmãos *figeacoises*. Duas vertentes foram as que mais sofreram oposição: a dos chamados “ultras”, simpatizantes de outros movimentos monarquistas, e a dos “liberais” (MARICHAL, 1982, p. 19). Embora não se enquadrassem inteiramente em qualquer uma das duas classificações, os acontecimentos

ocorridos durante o governo dos cem dias de Napoleão Bonaparte – que foram discutidos mais detidamente no capítulo anterior – ainda reverberavam no universo político.

Isso não significava, no entanto, que a presença de ambos havia sido proibida na referida instituição, mas apenas que eles encontrariam dificuldades para se inserirem, de fato, em seus quadros. Vale destacar, acerca disso, que determinadas redes de sociabilidades contribuíram positivamente para a superação desta barreira. Enquanto Jacques-Joseph havia conseguido se aproximar de Bom-Joseph Dacier, Jean-François encontrou no duque de Blacas d'Aulps um apoiador de grande influência. Em efeito, foram eles que tornaram possível a leitura da *Lettre à M. Dacier* numa sessão pública da academia, bem como a autorização para dedicar a obra *Précis du système hiéroglyphique des anciens Égyptiens* ao rei Louis XVIII.

Mesmo contando com tais amparos, um outro fator acabou pesando negativamente nesta empreitada. Em 1823, visando reduzir os altos custos que gerava, uma reforma proposta por Jacques-Joseph Guillaume François Pierre (1766-1853), o conde de Corbière, na ocasião Ministro do Interior, reduziria o número de acadêmicos em atividade de quarenta para trinta. A partir disso, somente quando três cadeiras se encontrassem vagas que um nome poderia ser indicado para a titularidade, aumentando consideravelmente a concorrência. Como veremos adiante, à vista dessas circunstâncias o apoio conquistado por Jean-François Champollion não seria o suficiente.

Em dezembro de 1824, em decorrência do falecimento do jurista Joseph Elzéar Dominique Bernardi (1751-1824), uma eleição foi convocada visando sua substituição. Assim como assinala Robert Marichal (1982, p. 21), os principais candidatos inscritos foram Jacques-Joseph Champollion-Figeac, Jean-François Champollion e Charles-Benoît Hase (1780-1864), um antigo professor de grego moderno da Escola de Línguas Orientais. A organização do processo previa dois turnos em caso de vitória sem maioria simples, isto é, cinquenta por cento dos votos mais um. O resultado terminou da seguinte maneira:

QUADRO 5 – ELEIÇÃO DE 1824 PARA A ACADEMIA REAL DE INSCRIÇÕES E BELAS LETRAS

Charles-Benoît Hase	19 votos
Jacques-Joseph Champollion-Figeac	13 votos
Jean-François Champollion	02 votos
Total	34 votos

Fonte: a autora (2020), baseada em Robert Marichal (1982).

Em reação a esse desfecho, Champollion, o jovem, manifestou um profundo descontentamento por não ter sido informado de que era um dos indicados, especialmente contra Jacques-Joseph. Assim, escreveu ele a seu irmão:

A academia pronunciou definitivamente seu divórcio conosco. [...] Os jornais anunciam que tive dois votos, o que faz supor que me coloquei em concorrência a você. Gostaria que ninguém acreditasse nisso. Peço-lhe, portanto, para enviar aos principais jornais minha negação total a esse respeito, isto é, uma *declaração precisa* de que não dei nenhum passo nesse sentido, porque compreendo muito bem que a Academia possa preferir um saxão coberto de poeira bizantina a um francês que trabalhou um pouco mais alto, mas não *um irmão* que cortaria o caminho do outro! Quero realmente fazer isso. [Charles] Nodier já o fez num outro sentido. Não se trata da minha autoestima, tal como ocorreu com Nodier, mas de uma questão de honra, e eu a quero, embora não seja acadêmico⁹⁰ (HARTLEBEN, 1909, p. 107, tradução nossa, grifos da autora).

Como a votação era secreta, não é possível traçar, de imediato, uma análise acerca dos partidários das candidaturas dos irmãos, bem como das relações de força existentes.

Em fevereiro de 1829, enquanto realizava a expedição pela Núbia e pelo Egito, uma nova cadeira – a saber, do helenista Jean-Baptiste Gail (1755-1829) – ficou vaga na Academia Real de Inscrições e Belas Letras e, por conseguinte, foi aberta para substituição. Aconselhado por Bom-Joseph Dacier, Jacques-Joseph retirou oficialmente sua candidatura para favorecer seu irmão, uma vez que a teoria decifrativa proposta por ele estava se vulgarizando rapidamente pela Europa. Contudo, novamente o resultado foi desfavorável ao erudito:

QUADRO 6 – ELEIÇÃO DE 1829 PARA A ACADEMIA REAL DE INSCRIÇÕES E BELAS LETRAS

	1º turno	2º turno	3º turno	4º turno

⁹⁰ No original: “L'Académie a définitivement prononcé son divorce avec nous. Les journaux annoncent que j'ai eu deux voix, ce qui fait supposer que je me suis mis sur les rangs en concurrence avec toi -je ne voudrais pas pour tout au monde que personne ne le crût - , je te prie donc d'envoyer aux principaux journaux mon démenti formel à cet égard, c'est à dire, une *déclaration précise* que je n'ai fait aucune démarche de ce genre, car je conçois très bien que l'Académie puisse préférer un Saxon couvert de la poussière byzantine à un Français qui a travaillé un peu plus haut, mais je ne conçois pas *un frère* que couperait le chemin à un autre! Je tiens essentiellement à cette démarche. Nodier l'a déjà faite dans un autre sens. Il ne s'agit pas de mon amour-propre, comme de la part de Nodier, il s'agit d'honneur, et j'y tiens, quoique non académicien.”

Jean-Marie Pardessus (jurista)	9	13	14	15
Jean-François Champollion	6	8	8	9
Jean-François Thurot (helenista)	6	7	6	4
Augustin Thierry (historiador)	2	0	0	0
Pierre Amédée Jaubert (orientalista)	2	0	0	0
Total	25 votos			

Fonte: a autora (2020), baseada em Robert Marichal (1982).

Os dados nos indicam que, mesmo com a grande projeção internacional conquistada e o posto de conservador no Museu Real do Louvre, ainda havia uma frente consideravelmente ampla que conseguia formar uma base para barrar sua nomeação. Em parte, além dos fatores políticos já mencionados, uma das razões para isso também decorre do fato de que Jean-François Champollion não esteve presente em ambos os processos que participou, inviabilizando qualquer tipo de campanha a seu favor.

Tal paisagem se alteraria no início de 1830, quando a reforma elaborada pelo conde de Corbière fora derrubada, retornando ao antigo modelo administrativo. Em virtude disso, seis novas vagas foram abertas, as quais deveriam ser preenchidas através do mesmo processo. Foi nele, portanto, que Jean-François Champollion conseguiu ser eleito, em segundo lugar, para a Academia Real de Inscrições e Belas Letras⁹¹.

Embora tenha frequentado algumas sessões públicas e pronunciado duas comunicações ao longo de 1830 e 1831, sua atuação nesta instituição foi relativamente breve. Isso ocorreu, em suma, porque Champollion, o jovem, esteve engajado na mobilização pela criação de uma cadeira de “arqueologia” para o *Collège Royal de France* e, além disso, em virtude de sua saúde que já se encontrava debilitada.

3.4.2 A política de cadeiras no *Collège Royal de France* e a eleição de Jean-François Champollion

Dentro do universo letrado francês, o *Collège Royal de France* ocupava uma posição *sui generis* quando comparado às demais instituições. Por vezes, especialmente no

⁹¹ Foram eleitos junto com ele: Jean-François Thurot, em primeiro lugar; Augustin Thierry, em terceiro; o diplomata Jean-Baptiste Félix Lajard (1783-1858), em quarto lugar; Pierre Amédée Jaubert, em quinto lugar; e, por fim, o numismata Théodore-Edme Mionnet (1770-1842), em sexto lugar (MARICHAL, 1982, p. 27).

transcorrer do século XIX, ele foi considerado a instância máxima da consagração científica (CHARLE, 1986, p. 403).

As origens deste estabelecimento remontam à primeira metade do século XVI. Influenciado pela criação do *Collège des Trois Langues* (1517) em Lovaina – cidade localizada na atual Bélgica –, cujo objetivo era valorizar o ensino e o estudo de hebraico, grego e latim, o rei François I determinou a criação de uma instituição voltada a assuntos humanistas, com ênfase nas línguas antigas. Tratava-se, enfim, do *Collège des Lecteurs Royaux* (Colégio dos Leitores Reais), estabelecido em 1530 sem um lugar fixo para suas atividades.

Com uma estrutura constituída de cadeiras direcionadas a temas específicos, inicialmente foram nomeados pela coroa seis “leitores reais”: três especialistas em hebraico, a saber, François Vatable (1495-1547), Agathias Guidacerius (1477-1542) e Paul Paradis (†1549), dois conhecedores do grego, Pierre Danès (1497-1577) e Jacques Toussaint (†1547), e um matemático, Oronce Finé (1494-1555) (LEFRANC, 1893, p. 113). Paulatinamente, passaram a ser eleitos para ele aqueles que prestavam grandes serviços ao universo letrado. Desse modo, tais eruditos encontravam-se numa posição privilegiada sobretudo porque não estavam subordinados a uma estrutura análoga à universitária, na qual, além dos inúmeros entraves administrativos que lhes eram impostos, havia uma rotina própria e uma tradição que impediam, em efeito, uma relativa autonomia. Isso não significava que ela existisse por completo no novo colégio, afinal, suas ações passavam diretamente pelo crivo do rei, mas garantia, ao menos, melhores condições, tanto de trabalho quanto de ordem financeira.

Em 1610, após anos de discussões em torno de um projeto de reestruturação, iniciou-se a construção de um edifício próprio ao agora chamado *Collège Royal* – um empreendimento que só seria concretizado, de fato, em 1772. Abel Lefranc (1893, p. 238) destaca que, até o final do século XVIII, a instituição passaria por várias dificuldades que colocariam em risco sua originalidade e, principalmente, sua existência. O fato é que ao longo do século XVII houve um período de pacificação política e religiosa na França, a qual havia sido iniciada outrora pelo rei Henri IV (1553-1610). Em parte, isso reduziu a capacidade militante do *Collège Royal* enquanto corporação secular, ao mesmo tempo que passou a enfrentar enormes dificuldades financeiras.

Em 1772, durante o reinado de Luís XV, o *Collège Royal* perdeu sua autonomia administrativa, sendo conectado integralmente à Universidade de Paris. Segundo Abel

Lefranc (1893, p.258), uma vez unido e incorporado, ele se tornaria um corpo acadêmico sujeito às leis, aos estatutos e costumes comuns aos outros estabelecimentos, enfraquecendo sua dinâmica própria.

Tal configuração se manteve até o período revolucionário, quando uma nova ordem social foi imposta. Se, como vimos no primeiro capítulo desta dissertação, houve uma organização para dismantlar as instituições do Antigo Regime, o *Collège Royal* foi uma das poucas que conseguiu se conservar neste momento. Em suma, isso pode ser explicado porque os chamados “leitores reais” constituíram, ao longo dos anos, um corpo capaz de construir uma forte imagem social em torno da instituição, a qual lhe permitiu defender tanto sua autonomia quanto sua originalidade frente às eventuais ameaças internas e externas à sua existência (CHARLE, 1986, p. 392). Assim, no seio das transformações orquestradas pelos revolucionários, os professores demandaram uma série de garantias que foram acatadas pelo Comitê de Instrução Pública. Tal projeto foi encaminhado à Convenção e votado em 25 *messidor* bom III (13 de julho de 1793), resultando na seguinte lei:

Comissão executiva de Instrução Pública.

LEI QUE CONSERVA PROVISORIAMENTE O *COLLÈGE DE FRANCE*, CONHECIDO COMO *COLLÈGE ROYAL*.

No 25º dia de *messidor* bom III da República Francesa, bom e indivisível. A Convenção Nacional, após ter ouvido seu Comitê de Instrução Pública, decreta:

Art. 1º O *Collège de France*, conhecido até então como *Collège Royal*, é preservado provisoriamente até a organização definitiva da Instrução Pública.

Art. 2º A partir de 1 de *vendémiaire* do presente ano, o tratamento dos professores do chamado *Collège de France* será o mesmo que o dos professores do Muséum d’Histoire Naturelle, das Escolas de Saúde e de Trabalhos Públicos⁹² (apud LEFRANC, 1893, p. 295, tradução nossa).

Poucos dias após a promulgação da lei, seria publicado um relatório detalhado, no qual estabelecia a nova quantidade de cadeiras da instituição, os detalhes acerca de seu funcionamento, bem como a duração mínima de cada curso. Aos poucos, resgatava-se o protagonismo dela dentro da estrutura de ensino francesa, a qual adentraria o século XIX

⁹² No original: “Commission exécutive de l’instruction publique. LOI QUI CONSERVE PROVISOIEMENT LE COLLÈGE DE FRANCE, CONNU SOUS LE NOM DE COLLÈGE ROYAL. Du 23 « jour de messidor l’an 3 » de la République française, une et indivisible .La Convention nationale, après avoir entendu son Comité d’instruction publique, décrète: Article premier. – Le Collège de France, connu ci-devant sous le nom de Collège royal, est provisoirement conservé jusqu’à l’organisation définitive de l’instruction publique. Art. II. A partir du premier vendémiaire de la présente année, le traitement des professeurs dudit Collège sera le même que celui des professeurs du Muséum d’histoire naturelle, des Écoles de santé et des travaux publics.”

sofrendo apenas pequenas variações em seu nome, sendo as mais comuns *Collège Royal de France* ou *Collège de France*.

Além de ser gratuito, um dos traços constitutivos desta instituição é que ela era um local de ensino pautado na suspensão ou ainda na negação dos interesses mundanos associados à aquisição de certificados, que viriam a garantir vantagens materiais e simbólicas de vários tipos para uma certa camada média (ALMEIDA, 2001). Ou seja, os cursos ali ofertados eram livres.

Em termos administrativos, uma de suas principais características era a de que cabia unicamente ao poder real (no caso do Antigo Regime e do período monárquico pós-Napoleão Bonaparte) a criação de cadeiras e, por conseguinte, a indicação de nomes para elas. Isso não significa, contudo, que a política de escolhas tenha seguido, desde o início, uma só ordem. Desde o final do século XVIII, por exemplo, agentes ligados ao poder público e professores passaram a influenciar diretamente nas escolhas monárquicas, criando linhas de tensão acerca de certas inclinações (PEIFFER, 2017, p. 103).

Outro aspecto a se destacar, tal como assevera Wolf Feuerhahn (2017, p. 51), é que até meados do século XVII se priorizava – embora não exclusivamente – o ensino não de ramos da ciência estabelecida, mas das que se encontravam em processo de criação, situando a instituição numa posição de vanguarda. Ainda que tal configuração tenha se alterado relativamente no final do século XVIII, sobretudo quando a Universidade de Paris assumiria seu controle, no decorrer do século XIX ela foi resgatada, transformando o *Collège Royal de France* num local ao mesmo tempo de perpetuação e de berço de nascimento para novas ciências. Ora, este foi o caso da arqueologia.

Com o sucesso da *Lettre à M. Dacier* no meio letrado europeu, houve um esforço de vários eruditos para que se fosse criada uma cadeira direcionada a Jean-François Champollion no *Collège Royal de France*. No entanto, mesmo com a intervenção de figuras políticas, como o duque de Blacas d'Aulps, o cenário político não era suficientemente favorável, fazendo com que tal manifestação não fosse acatada naquele momento.

Para compreendermos o sucesso que o erudito francês teve posteriormente nessa campanha, é preciso acompanhar as transformações na paisagem política que ali se sucederam.

Em março de 1830, após a realização da viagem à Núbia e ao Egito e uma breve passagem pelo sul da França, Jean-François enfim retornou à capital parisiense. Lá, ele se depararia com um cenário de crise total: uma ala de “ultras” estava encorajando o rei Charles

X a tomar, cada vez mais, atitudes despóticas, as quais estavam gerando uma forte resistência da população. Foi em reação a ela que o monarca promulgou, em 25 de julho de 1830, seis ordens reais, as quais, na essência, suspendiam a liberdade de imprensa e modificavam o sistema eleitoral em favor dos reacionários, que seriam alocados em postos-chaves para a administração geral (KANAWATY, 1994, pp. 161-162). A revolta foi tão expressiva ao ponto de vários manifestantes invadirem e saquearem inúmeras peças do Museu Real do Louvre – destaca-se, contudo, que a coleção egípcia foi uma das menos atingidas pela insurreição⁹³. Tais acontecimentos desencadeariam na abdicação de Charles X e, por conseguinte, na ascensão ao trono de Louis Philippe I, membro da casa real dos Orleans.

Analisar a relação de Jean-François Champollion com o novo regime é um exercício difícil de fazer em virtude, principalmente, da ausência de documentação acerca do assunto. O que se observa, no entanto, é que muitos agentes que passaram a ocupar alguma posição de poder, como Victor Cousin (1792-1867), membro do Conselho Real de Instrução Pública, e François Guizot, Ministro do Interior, possuíam alguma proximidade com os irmãos.

A partir de agosto de 1830, conseguimos mapear duas correspondências que mostram os bastidores em torno da criação da cadeira de arqueologia no *Collège Royal de France*. Escrevia ele a Victor Cousin:

Meu irmão vos escreveu uma nota anteontem, meu caro amigo, para vos dizer que nós nos colocávamos à disposição do sr. [Édouard] Bignon [Ministro dos Negócios Exteriores]. Digo-vos que hoje mais de cinco ou seis vigorosos deputados de nossos amigos tomaram para nós, e no mesmo sentido, uma prestativa iniciativa junto ao ministro. Veja o que podeis fazer também. Diga-lhes quem nós somos, o que podemos fazer para o bem público e que compreende bem que nós somos de Paris e que não saímos de Paris. Quando souber de alguma coisa, informe-me. A vós, de coração. J-F. Champollion, o Jovem⁹⁴ (SAINT-HILAIRE, 1895, pp. 331-332, tradução nossa).

⁹³ Para um exame detalhado sobre as peças furtadas durante as jornadas de julho de 1830, conferir Monique Kanawaty (1994).

⁹⁴ No original: “Mon frère vous a écrit un billet avant-hier, mon cher ami, pour vous dire que nous étions mis à la disposition de M. Bignon. Je vous dis de plus aujourd’hui que cinq à six vigoureux députés de nos amis ont pris pour nous, et dans le même sens, une obligeante initiative auprès du ministre. Voyez ce que vous pourrez y faire vous-même. Dites-lui qui nous sommes, ce que nous pouvons faire pour le bien public, et qu’il comprenne bien que nous sommes de Paris et que nous ne sortons pas de Paris. Quand vous pourrez me faire savoir quelque chose, vous m’obligerez. A vous de cœur, J-F. Champollion le Jeune”.

Diante deste cenário, os irmãos *figeacoises* viram, portanto, uma oportunidade para concretizar seus projetos. Assim, em outubro do mesmo ano observamos, numa nova carta a Victor Cousin, a evolução das negociações:

meu caro amigo, [Charles] Lenormant me assegura que a demanda pela criação de uma cadeira de língua, de escrita e de arqueologia egípcias no *Collège de France* que fiz ao [Ministro do] Interior será concedida prontamente se o sr. De Broglie escrever uma carta neste sentido ao sr. [François] Guizot para lhe manifestar o interesse que tem em meus trabalhos e nesta criação, a qual me permitirá continuá-los e colocar, enfim, os resultados em circulação. Peço-vos, portanto, para apressar o envio desta carta ao [Ministro do] Interior. É um meio que se oferece à Instrução Pública para se livrar de mim; e olharei essa atitude como uma prova da benevolência do sr. Duque de Broglie. Conto convosco para isso, e agradeço desde já. De todo coração, J. F. Champollion⁹⁵ (SAINT-HILAIRE, 1895, pp. 332-333, tradução nossa).

Toda essa mobilização surtiria efeito. Em 12 de março de 1831, o rei Louis Philippe I criaria, através de uma ordem real, três novas cadeiras para o *Collège Royal de France*: a primeira de *Economia Política*, para Jean Baptiste Say (1767-1832), a segunda de *História Geral e Filosófica das Legislações*, para Eugène Lerminier (1803-1857), e, por fim, a de *Arqueologia*, para Jean-François Champollion.

Simbolicamente, a criação dela completava, enfim, a estrutura institucional recebida pela nova ciência desde o primeiro curso na Biblioteca Nacional até a criação do Departamento de Antiguidades Egípcias no Museu Real do Louvre (LEHOUX, 2017, pp. 298-299).

3.4.3 O curso de Arqueologia e sua aula inaugural

Logo após ser nomeado ao *Collège Royal de France*, Jean-François Champollion submeteu um plano de ensino para o segundo semestre de 1831 à assembleia administrativa,

⁹⁵ No original: “Lenormant m’assure, mon cher Ami, que la demande de la création d’une chaire de langue, d’écriture et d’archéologie égyptiennes au *Collège de France* que j’ai faite à l’Intérieur sera promptement accordée si M. de Broglie écrit une lettre dans ce sens à M. Guizot pour lui témoigner l’intérêt qu’il prend à mes travaux et à cette création qui me permettra de les poursuivre et d’en mettre enfin les résultats en circulation. Je vous prie donc de hâter l’envoi de cette lettre ; c’est un moyen qui s’offre à l’Instruction Publique de se débarrasser de moi ; et je regarderai cette démarche comme une preuve de la bienveillance de M. le Duc de Broglie”.

a qual era composta por professores da instituição. Após sua aprovação, ele foi divulgado em cartazes da seguinte maneira:

O sr. Champollion, o jovem, membro do *Instituto*, apresentará os princípios dos diversos sistemas de escritas próprios do Egito Antigo e, desenvolvendo a série de formas gramaticais utilizadas nos textos hieroglíficos e hieráticos, estabelecerá a identidade da língua copta e da língua dos antigos egípcios. Nas terças, quintas e sábados, às 8h00 da manhã⁹⁶ (LECLANT, 1982, p. 37, tradução nossa).

Em 10 de maio de 1831, o curso de arqueologia foi oficialmente aberto. Sua aula inaugural, que viria a ser publicada somente em 1836 como uma introdução à *Grammaire Égyptienne* (Gramática Egípcia)⁹⁷, apresentava, de modo geral, os caminhos percorridos até ali no que concernia ao estudo da língua egípcia, bem como a relevância e as possibilidades que ele fornecia às ciências históricas.

Temos reafirmado ao longo das últimas páginas que o simbolismo era um dos traços constitutivos das corporações letradas europeias, especialmente do *Collège Royal de France*. Era em função delas que atribuíam-se a evolução do conhecimento. Desse modo, Jean-François Champollion resgatava, no início de sua aula, tal característica do local em que falava para assimilá-lo, principalmente, como um elemento fundamental não apenas para o desenvolvimento do estudo de línguas em geral, mas também para a ciência como um todo. Essas duas dimensões forneciam à literatura nacional um conhecimento mais profundo dos modelos anteriores aos seus, e a sua confluência proporcionava à história os meios para que a sua veracidade fosse testada, bem como os fundamentos da crítica, a qual submetia a seu exame os documentos escritos e os monumentos dos povos (CHAMPOLLION, 1836, p. 2). Foi somente a partir disso que o estudo das sociedades que ultrapassavam os limites da antiguidade clássica, localizadas especialmente nos continentes da Ásia e da África, tornou-se possível – em especial o Antigo Egito, o qual passou a ser estudado por meio de suas próprias fontes. Era justamente por isso que o erudito defendia, do alto de sua tribuna, que o

⁹⁶ No original: “M. Champollion, le Jeune, membre de l’*Institut*, exposera les principes des divers systèmes d’écritures propres à l’ancienne Égypte et, en développant la série des formes grammaticales usitées dans les textes hiéroglyphiques et hiératiques, il établira l’identité de la langue copte et de la langue des anciens Égyptiens, les Mardis, Jeudis et Samedi à 8h00 du matin”.

⁹⁷ A *Grammaire Égyptienne* (Gramática Egípcia) foi publicada postumamente em 1836 por Jacques-Joseph Champollion a partir do manuscrito original, sob ordem de François Guizot, então Ministro da Instrução Pública. A *Grammaire* está integralmente disponível na plataforma digital da Biblioteca Nacional da França, *Gallica*.

estudo dessa civilização podia ser considerado como um objeto quase que exclusivamente francês⁹⁸.

As relações entre a filologia e a arqueologia ocupavam uma posição de destaque em sua reflexão. Por um lado, a primeira constataria

as relações ou as diferenças da língua de um povo com os idiomas de seus vizinhos, compara as palavras, reconhece os princípios que conduzem à sua organização em cada família de línguas ou em cada língua em particular, e conduzindo-nos, assim, à compreensão completa dos *monumentos escritos* das velhas nações, inicia-nos no segredo de suas ideias sociais, de suas opiniões religiosas ou filosóficas⁹⁹ (CHAMPOLLION, 1836, p. 3, tradução nossa).

Pelo outro, a segunda teria como missão recolher os testemunhos mais autênticos dos eventos passados, tais como os artefatos originais e a arte em geral, a fim de assegurar à história seus fundamentos mais corretos. Seria, portanto, a partir da união dos pressupostos de ambas as ciências que os monumentos egípcios conseguiriam, enfim, se expressar.

Nota-se, de igual modo, que a noção de “antiquarismo” não está ausente em sua fala. Assim como abordamos anteriormente, Champollion, o jovem, também remetia as origens da arqueologia à ação dos antiquários europeus, os quais concentravam-se, inicialmente, na coleta de monumentos romanos a fim de obter esclarecimentos úteis acerca dos textos e autores latinos. Posteriormente, eles também teriam despertado interesse pela civilização grega. Em suma, a busca por artefatos sempre esteve ligada, em sua perspectiva, ao estudo de línguas: a arqueologia seria, assim, uma demanda da filologia.

Quando a ciência arqueológica passou a estudar a Grécia Antiga, a qual era considerada por muitos eruditos como o “berço da civilização” onde surgiram as ciências e as artes, chegou-se à constatação de que tal região havia sido habitada inicialmente por “hordas bárbaras”, sendo sucessivamente ocupada por populações estrangeiras que operaram grandes mudanças tanto na língua e na religião, quanto na prática das artes e nos costumes da vida civil. Ora, para o professor, a verdadeira população helênica era descendente do norte, e a civilização veio do sul trazida por estrangeiros: “é, portanto, no Oriente que se

⁹⁸ Uma discussão mais voltada a esse aspecto se encontra em Eric Gady (1999).

⁹⁹ No original: “Les rapports ou les différences du langage d’un peuple avec les idiomes de ses voisins, compare les mots, reconnaît les principes qui président à leurs combinaisons dans chaque famille de langues ou dans chaque langue en particulier, et nous conduisant ainsi à l’intelligence complète des *monuments écrits* des vieilles nations, nous initie dans le secret de leurs idées sociales, de leurs opinions religieuses ou philosophiques”.

deve procurar as origens helênicas”¹⁰⁰ (CHAMPOLLION, 1836, p. 6, tradução nossa).

Em contraste a esse panorama, o que havia atrasado o estudo do Antigo Egito era, justamente, o desconhecimento completo da antiga língua. Para entrar neste assunto, Jean-François realizaria, antes, uma espécie de “estado da arte” sobre o tema.

Na sua perspectiva, desde o século XVII, vários gabinetes continham em suas coleções objetos, como amuletos, estatuetas e imagens funerárias, oriundos de escavações feitas principalmente em Mênfis. Foram esses artefatos que despertaram a atenção de letrados europeus, os quais começaram a buscar alguma forma para compreender o que constava neles.

Eric Gady (2006, p. 42) assevera, numa chave de leitura semelhante à de Jean-François Champollion, que ao longo dos séculos XVII e XVIII, em razão da circulação de tais peças, a cultura egípcia passou a integrar os interesses de uma elite letrada que a consumia, principalmente, em obras literárias e filosóficas. Em suma, tratava-se de um fenômeno usualmente denominado como “egiptomania”¹⁰¹. Assim, expedições começaram ser realizadas com frequência, financiadas sobretudo pela monarquia francesa, proporcionando aos viajantes um contato *in situ* com a cultura material egípcia – uma novidade para a época, a qual gerou diversos relatos de sucesso mundano sobre o país africano.

Embora avaliasse positivamente esse interesse, Jean-François Champollion teceu duras críticas ao trabalho desenvolvido por um padre jesuíta no século XVII, a saber, Athanasius Kircher (1602-1680) – um dos principais nomes citados quando se trata do estudo da antiga língua egípcia. Segundo ele, o sacerdote teria afrontado seus contemporâneos ao publicar, entre 1652 e 1654, a obra intitulada *Œdipus Aegyptiacus*, a qual pretendia apresentar uma tradução dos hieróglifos egípcios esculpidos sobre os obeliscos de Roma. Conforme o erudito,

nem a arqueologia, nem a história poderiam colher algum fruto dos trabalhos de Kircher. O que esperar, de fato, de um homem que mostra a pretensão de decifrar os textos hieroglíficos *a priori*; sem nenhuma espécie de método, nem de provas! De um tradutor que apresentava como o conteúdo fiel das inscrições egípcias frases incoerentes, repletas de misticismo¹⁰² (1836, p. 8, tradução nossa)

¹⁰⁰ No original: “c’est donc dans l’Orient qu’il faut chercher les origines helléniques”.

¹⁰¹ Para um exame mais detido acerca da egiptomania francesa no século XVIII, conferir Christiane Ziegler e Michael Pantazzi (1994).

¹⁰² No original: “ni l’archéologie, ni l’histoire ne pouvait recueillir aucun fruit des travaux de Kircher. Qu’attendre, en effet, d’un homme affichant la prétention de déchiffrer les textes hiéroglyphiques à priori ; sans

Assim como assinalamos no capítulo anterior, esta teoria não era a única no meio letrado daquela época. Outras formulações análogas existiam no mesmo momento em que a aula inaugural era pronunciada. Em comum, acreditava-se que as inscrições hieroglíficas eram compreendidas apenas pelos egípcios que possuíam um grau avançado de iniciação religiosa, criando uma áurea mística em torno da escrita. Também atribuía-se a ela uma característica puramente ideográfica, sem nenhuma relação com os sons da língua falada. Considerava-se qualquer inscrição como uma série de símbolos e emblemas, sob os quais escondiam-se profundos mistérios (CHAMPOLLION, 1836, p. 9).

Mesmo com todas as críticas proferidas, o jovem professor enxergava uma pequena contribuição na obra de Athanasius Kircher: a importância que foi dada à língua copta utilizada pelos egípcios cristãos entre os séculos III e VI d.C. e que circulou em várias regiões europeias em virtude do interesse pela literatura bíblica. Afinal, era a sua relação com a antiga língua egípcia que estava na base de seu sistema interpretativo.

Outro aspecto considerado importante no discurso foi a Expedição Francesa ao Egito. Em um tom enaltecendo, ele falava ao público da seguinte forma:

essa gloriosa expedição, única em seu objetivo ao mesmo tempo político e científico, [...] deu um forte impulso às pesquisas arqueológicas relacionadas ao estado primordial do império dos faraós. Os franceses, a quem o amor da ciência tinha sido lançado no meio dos acasos dessa ação militar, divulgaram à Europa, por meio de desenhos fiéis, a importância e o número prodigioso de monumentos antigos do Egito¹⁰³ (CHAMPOLLION, 1836, p. 13, tradução nossa).

Tinha sido por meio dela que a chamada Pedra de Roseta foi descoberta, e era ela que permitiu, de fato, “abandonar o caminho das hipóteses para se circunscrever na pesquisa dos fatos; e os estudos egípcios marchariam, ainda que devagar, em favor dos resultados positivos”¹⁰⁴ (CHAMPOLLION, 1836, p. 14, tradução nossa). No entanto, argumenta ele,

aucune espèce de méthode ni de preuves! d'un interprète qui présentait comme la teneur fidèle d'inscriptions égyptiennes, des phrases incohérentes remplies du mysticisme”.

¹⁰³ No original: “Cette glorieuse expédition, unique dans son but à la fois politique et scientifique, [...] donna une vive impulsion aux recherches archéologique relatives à l'état primordial de l'empire des Pharaons. Des Français, que l'amour de la science avait jetés au milieu des hasards de cette entreprise militaire, firent connaître à l'Europe, par des dessins fidèles, l'importance et le nombre prodigieux des monuments antiques de l'Égypte”.

¹⁰⁴ No original: “abandonner la voie des hypothèses pour se circonscrire dans la recherche des faits; et les études égyptiennes marchèrent, quoiqu'avec lenteur, vers des résultats positifs.”

sem as ações de Antoine Sylvestre de Sacy, o qual, além de ter produzido várias cópias do referido monumento, lançou as bases para a decifração do texto escrito em demótico, isolando os caracteres referentes aos nomes próprios presentes tanto nele quanto na parte grega, seu trabalho não teria sido possível. É importante lembrar que o orientalista havia sido seu professor durante a primeira passagem pela capital e um importante apoiador na conquista de postos institucionais. Agradecê-lo, portanto, era reconhecer muito mais do que suas ações meramente intelectuais.

Por fim, Jean-François Champollion voltou-se aos caminhos que ele havia percorrido para que a tarefa da decifração fosse levada a cabo. Em suma, suas reflexões procuravam demonstrar que a antiga escrita egípcia era constituída de dois elementos que os eruditos jamais haviam analisado em conjunto, a saber: ela era formada tanto por signos de ideias (sinais ideográficos), quanto por signos de sons (sinais fonéticos). Analisá-los profundamente seria, portanto, o tema do curso como um todo.

Conforme afirma Jean Leclant (1982, p. 38), o jornal parisiense *Le Temps* dedicou, em sua cobertura, duas páginas inteiras ao evento, ressaltando, além do conteúdo, a presença de várias personalidades eruditas e políticas nele, como Jean-François Thurot, membro do Instituto, Jean François Boissonade de Fontarabie (1774-1857), professor de língua e literatura grega, e um dos filhos do rei Louis Phillippe I. Em razão de sua saúde já debilitada, apenas duas aulas foram ministradas a mais.

O curso de arqueologia no *Collège Royal de France* simbolizava não apenas o sucesso da carreira de Jean-François Champollion, agraciada com um dos mais altos postos do universo erudito francês, como também o triunfo de seu modelo interpretativo. Aspectos que, ao longo deste capítulo, buscamos mostrar que estavam intimamente ligados a questões externas às obras, as quais envolveram a construção de redes de sociabilidades e a tomada de certos engajamentos políticos.

CONSIDERAÇÕES

Um dos maiores desafios no estudo de uma trajetória é o de não cair na tentação de dissociar o indivíduo da sociedade na qual está inserido, como se ela constituísse aquilo que Pierre Bourdieu (1996) criticou em *A Ilusão Biográfica*, a saber, a ideia de que a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, a realização de um projeto.

O percurso de Jean-François Champollion encontrava-se, desse modo, atravessado pelos mais diferentes aspectos que poderiam influenciá-lo – ainda mais num período de enormes transformações político-sociais como o que a França estava enfrentando na primeira metade do século XIX. Foi em meio a isso que ele, um agente oriundo de uma pequena cidade distante da capital, conseguiu desenvolver uma carreira erudita consolidada, a qual lhe permitiu alçar as posições mais elevadas nos sistemas de ensino e de pesquisa do país.

Mesmo diante de várias adversidades, como perseguições, instabilidades, dificuldades no acesso a determinados materiais, ausência de uma estrutura relativamente autônoma que lhe proporcionasse segurança em seus estudos, como ela foi passível de acontecer?

A construção de “redes de sociabilidades” foi acionada, ao longo desta dissertação, como forma de explicar fenômenos complexos e muitas vezes ambíguos, apresentando uma gama de questões (fossem elas políticas, culturais, econômicas ou simbólicas) que os envolviam. Foi o caso de seu primeiro posto profissional na Faculdade de Letras de Grenoble, do desenvolvimento de sua teoria decifrativa da antiga língua egípcia, de suas viagens à Itália, à Núbia e ao Egito, de sua eleição tanto para a Academia Real de Inscrições e Belas Letras quanto para o *Collège Royal de France*, e assim por diante. Frutos de méritos individuais, mas que também se encontravam fragmentados e ancorados numa teia de apoios e resistências que se desenvolveu ao longo da vida de Champollion, o jovem.

Tais aspectos não são, contudo, um dado “natural” ou “social” que é facilmente observado por meio de suas obras históricas ou filológicas. Muito pelo contrário. Somente com a construção de um panorama acerca do funcionamento das instituições pelas quais ele passou e com a recomposição, através de parte de suas trocas epistolares, das influências e de suas estratégias engendradas é que conseguimos avaliar, minimamente, essas informações. Isso não significa, necessariamente, empregar um sentido exato ou dar coerência a determinadas ações, afinal, muitas vezes elas se originam a partir de investidas que são orientadas inconscientemente. Assim como declarou Rafael Faraco Benthien (2019,

p. 115) ao refletir sobre o estudo das sociabilidades privadas no âmbito das produções científicas, se mostra inegável

que a existência humana não é absolutamente coerente, no sentido de responder inequivocamente a demandas que vibram em uníssono e nos encaminham apenas para uma direção. Cada instância em que nos engajamos caracteriza-se por agendas próprias, por calendários distintos. Se os esforços de sincronização são necessários, eles não anulam essa diversidade, mas a acomodam, antes, de maneira tensa e provisória. Levar isso em conta significa abordar a particularidade de cada espaço social (o que inclui a ciência) a partir de outra chave, mais complexa e, enfim, mais humana.

Questões, inclusive, que estiveram presentes ao longo de nossas reflexões expostas nesta dissertação.

Demonstramos, no primeiro capítulo, que por trás de uma estrutura educacional em constante transformação desde o período revolucionário, encontrava-se um mecanismo de cooptação de professores que levava em consideração uma série de variáveis: de contribuições ao universo letrado e proximidade com agentes lotados em instâncias de poder, à tomada de certos posicionamentos políticos. Foram essas circunstâncias que levaram Champollion, o jovem, a conquistar seu primeiro posto profissional e a se inserir num outro meio, àquela época dissociado do ensino: a pesquisa. Ademais, por meio da análise das duas primeiras aulas de seu curso na Faculdade de Letras de Grenoble, esboçamos uma reflexão acerca da concepção histórica ali apresentada. De maneira geral, ela se encontrava ancorada numa espécie de diálogo entre os “antigos” e os “modernos” e outros ramos do saber, como a geografia e a cronologia. Ao cabo, tomando como base obras de dois eruditos que viveram territorialmente e temporalmente próximos a ele, notou-se que sua formulação compartilhava, em certa medida, inquietações, tanto ao passado quanto ao presente, que haviam sido caras aos seus contemporâneos e conterrâneos.

O segundo capítulo adentrou, finalmente, na faceta mais conhecida de Jean-François Champollion, ou seja, em seus trabalhos acerca do Antigo Egito e em sua teoria decifrativa. Descrevemos, nele, como tais produções estavam situadas numa conjuntura complexa, na qual perseguições políticas, demissão sumária de suas funções em Grenoble e exílio forçado em Figeac marcaram profundamente suas ações. A superação dessas barreiras ocorreria, principalmente, por via de suas relações sociais, as quais forneceram suporte financeiro, atuaram em sua defesa e auxiliaram no contato com materiais fundamentais para a continuidade de seus estudos. Aliás, seu irmão mais velho, Jacques-Joseph Champollion,

desempenhou um papel de suma importância nesse sentido, realizando tais interlocuções na capital parisiense. Por fim, situamos o lugar de seu modelo decifrativo para a antiga língua egípcia numa perspectiva mais ampla das pesquisas filológicas.

Tais conquistas alavancaram sua carreira erudita e, por conseguinte, projetaram seu nome internacionalmente, mobilizando apoios e contrassensos pela Europa.

Exploramos, no terceiro e último capítulo desta dissertação, essas questões, sinalizando que a validação de suas formulações históricas e filológicas enfrentou aspectos muito mais amplos que a mera confirmação de seus pares. Além dos simbólicos amparos conquistados por agentes como Wilhelm von Humboldt e Ippolito Rosellini, os quais patrocinaram as teorias do francês em seus respectivos países, a arqueologia teve um papel fundamental nesse momento da trajetória de Champollion. Foi através dela, cujas práticas se revelariam por meio de seus trabalhos no Museu Real Egípcio de Turim, no Museu Real do Louvre e em sua viagem ao Egito, que o erudito se estabeleceu, de fato, como uma voz autorizada sobre a antiguidade egípcia. Em suma, ela dava materialidade às teorias que haviam sido elaboradas outrora. Assim, no final da década de 1820 e início da década de 1830, ele se lançou aos mais elevados postos dos sistemas de ensino e de pesquisa da época, a saber, a titularidade de uma cadeira na Academia Real de Inscrições e Belas Letras e no *Collège Royal de France*. Mais uma vez, nesses casos, as redes de sociabilidades foram acionadas para compreendermos as estratégias engendradas, bem como as linhas de tensões e de resistências existentes em torno dessa ação.

Longe de esgotar todos os aspectos envolvendo a trajetória de Jean-François Champollion, novas questões são suscitadas, e que podem vir a gerar futuras investigações. A que mais nos inquieta, aliás, é a de entender e situar, numa perspectiva mais ampla, o seu lugar na formulação de uma ciência que, mais tarde, ganhará o nome de egiptologia, e cujos representantes atribuirão ao decifrador francês a insígnia de pai fundador.

Almejamos, enfim, que a partir de nosso empreendimento novos estudos possam ser elaborados no Brasil a fim de problematizar a história da historiografia sobre o mundo antigo, e, em especial, do Antigo Egito.

FONTES

CHAMPOLLION, Jean-François. Observations sur le catalogue des Manuscrits coptes du Musée Borgia à Velletri, ouvrage posthume de George Zoëga. **Magasin Encyclopédique**, p. 3-36, 1811a

_____. **L'Égypte sous les pharaons, ou recherches sur la Géographie, la Religion, la Langue, les Écritures et l'Histoire de l'Égypte avant l'invasion de Cambyse**. Paris : Imprimerie de J. H. Peyronard, 1811b.

_____. Observations sur les fragments coptes – baschmouriques de l'Ancien et du Nouveau Testament, publiés par M. Engelbreth, d'après les manuscrits du Musée Borgia de Velletri. **Annales Encyclopédiques**, T. 1, p. 350-361, 1818.

_____. **Lettre à M. Dacier, secrétaire perpétuel de l'académie royale des inscriptions et belles-lettres, relative à l'alphabet des hiéroglyphes phonétiques employés par les égyptiens pour inscrire sur leurs monuments les titres, les noms et les surnoms des souverains grecs et romains**. Paris : Firmin Didot père et fils libraires, 1822a.

_____. Lettre à M. le Rédacteur de la Revue Encyclopédique, relative au zodiaque de Dendéra. **Revue Encyclopédique**, 1822b.

_____. Lettre de M. Champollion le Jeune, à M. Z***. **Bulletin universel des Sciences et de l'Industrie**, agosto de 1825.

_____. **Notice descriptive des monuments égyptiens du musée Charles X**. Paris : Imprimerie de Crapelet, 1827.

_____. **Grammaire égyptienne**, ou Principes généraux de l'écriture sacrée égyptienne appliquée à la représentation de la langue parlée. Paris : Typographie de Firmin Didot Frères, 1836.

_____. De l'histoire en général et de ses bases, la chronologie et la géographie comparée. Cours d'Histoire Universelle Ancienne et Moderne. In : HARTLEBEN, Hermine ; CROZALS, Jacques de. Champollion Le Jeune : Deux leçons d'Histoire professées à la Faculté des Lettres de Grenoble, en 1810. **Annales de l'Université de Grenoble**, 1897.

_____. De la manière d'écrire l'histoire ; des moyens qui nous restent pour cela. – réflexions critiques sur les historiens. Cours d'Histoire Universelle Ancienne et Moderne. In : HARTLEBEN, Hermine ; CROZALS, Jacques de. Champollion Le Jeune : Deux leçons d'Histoire professées à la Faculté des Lettres de Grenoble, en 1810. **Annales de l'Université de Grenoble**, 1897.

HARTLEBEN, Hermine. **Lettres de Champollion le Jeune**. Tome Première : lettres écrites d'France. Paris : Ernest Leroux, 1909.

LE TEMPS. **Obsèques de M. Champollion**. 17 de março de 1832.

MADRIGAL, Karine. **Correspondances**. Figeac et les frères Champollion. Figeac : Musée Champollion, 2016.

SAINT-HILAIRE, Jules Barthélemy. **M. Victor Cousin, sa vie et sa correspondance**. Tome deuxième. Paris : Félix Alcan, 1895.

VAILANT, Pierre. Deux lettres de Champollion à propos des origines du déchiffrement des hiéroglyphes. **Revue Provence Historique**, T. 25, p. 147-157, 1975.

LEIS

FRANÇA. **Décret de la Convention Nationale du 8 août 1793, l'an second de la République Française, une e indivisible**. França, 1793. Disponível em: <https://archive.org/details/decretdeconven00fran_70>. Acesso em: 01 jan. 2019.

_____. **Loi générale sur l'instruction publique du 1^{er} mai 1802 (11 Floréal An X)**. França, 1802. Disponível em: <<http://www.education.gouv.fr/cid101148/loi-generale-sur-l-instruction-publique-du-1er-mai-1802-11-floreale-an-x.html>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

_____. **Décret impérial portant organisation de l'Université (17 mars 1808)**. França, 1808. Disponível em: <<http://www.education.gouv.fr/cid101150/decret-portant-organisation-de-l-universite-17-mars-1808.html&xtmc=rappor&xtnp=9&xtr=163>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

REFERÊNCIAS

AGULHON, Maurice. A sociabilidade, a sociologia e a história. In: DORÉ, Andréia; RIBEIRO, Luiz Carlos (Orgs.). **O Que é Sociabilidade?** São Paulo: Intermeios, 2019.

_____. Definições, antecedentes, pontos de partida. In: DORÉ, Andréia; RIBEIRO, Luiz Carlos (Orgs.). **O Que é Sociabilidade?** São Paulo: Intermeios, 2019

ARAÚJO, Flora Morena Maria Martini. **Para além de Sophie**: a construção do modelo feminino nas obras *Les Conversations d' Emilie*, de Madame d' Epinay, e *Corinne*, de Madame de Staël. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. 161 f. Curitiba, 2014.

AULARD, Alphonse. **Napoléon 1^{er} et le monopole universitaire**. Paris : Librairie Armand Colin, 1911.

AZEVEDO, Evelyne. **O Egito mítico de Athanasius Kircher: o *Obeliscus Pamphilius* e a Fonte Quatro Rios na Praça Navona**. Dissertação (Mestrado em História) – UNICAMP. 134 f. Campinas, São Paulo, 2009.

BAZIN, Louis. L'École des Langues orientales et l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres. **Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres**, n° 4, p. 983-996, 1995.

BENTHIEN, Rafael Faraco. **Interdisciplinaridades: latinistas, helenistas e sociólogos em revista (França, 1898 – 1920)**. 2011. 367 f. Tese (Doutorado) – Curso de Doutorado em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

_____. Sociabilidades privadas no fazer científico: Marcel Mauss, Henri Hubert e a questão da constituição de uma família. In: DORÉ, Andréia; RIBEIRO, Luiz Carlos (Orgs.). **O Que é Sociabilidade?** São Paulo: Intermeios, 2019

BERNARD-CATINAT, Maurice; HOUDECEK, François. Le Maréchal Victor et la Terreur Blanche (1815-1821), **Napoleonica. La Revue**, n. 4, p. 3-30, 2009.

BRAMBILLA, Elena. Lycée et Université Impérial : innovations éducatives en France et influence sur l'instruction des élites en France (1789-1814). Trad. Lucien Faggion. **Rives Méditerranéennes**, n. 32-33, p. 97-119, 2009.

BRANDÃO, Jacyntho Lins. Le mode narratif d'Homère et du Mahabharata. **Grèce ancienne. Regards croisés en anthropologie de l'espace**, vol. 4-5, p. 139-151, 1995.

_____. Prefácio – Os (dois) homens que sabiam demais. In: VARGAS, Anderson Zalewski; MAGALHÃES, Luiz Otávio de; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira (org.). **Heródoto e Tucídides: história e tradição**. Vitória da Conquista: UESB, 2016.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janáina (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV. P.183-192. 1996.

_____. La spécificité du champ scientifique et les conditions sociales du progrès de la raison. **Sociologie et sociétés**, n. 1, vol. 7, pp. 91-118, 1975.

_____. Le capital social. Notes provisoires. **Actes de la recherche en sciences sociales**, n. 31, p. 2-3, 1980.

BRESCIANI, Edda. L'expédition franco-toscane en Égypte et en Nubie (1828-1829) et les antiquités égyptiennes d'France. **Bulletin de la Société Française d'Égyptologie**, n. 64, p. 5-30, 1972.

BULLETIN de la Société des Sciences et des Arts de Grenoble, T. 1, p. 5-17, 1842.

CARBONELL, Charles-Olivier. Jacques-Joseph et Jean-François Champollion : la naissance d'un génie. **Bulletin de la Société Française d'Égyptologie**, n° 65, p. 25-42, 1972.

_____. **L'autre Champollion** : Jacques-Joseph Champollion (1778-1867). Toulouse : Presses de l'Université de Toulouse, 1984.

CHEVALIER, Jean-Claude. Philologues et linguistes dans leurs institutions. **Les débuts des sciences de l'homme**, n. 54, p. 149-159, 1992.

CONDORCET (Marie Jean Antoine Nicolas de Caritat). **Esboço de um quadro Histórico dos Progressos do Espírito Humano**. Campinas: Editora UNICAMP, 1993.

CURTO, Silvio. Jean-François Champollion et l'France. **Bulletin de la Société Française d'Égyptologie**, n. 65, p. 13-24, 1972.

DARNTON, Robert. **Boemia literária e revolução**: o submundo das letras no Antigo Regime. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **O lado oculto da Revolução**: Mesmer e o final do iluminismo na França. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. **O iluminismo como negócio**: história da publicação da Enciclopédia 1777-1800. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

DELACROIX, Christian ; DOSSE, François ; GARCIA, Patrick. **Correntes Históricas na França**: Séculos XIX e XX. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

DURKHEIM, Émile. **A evolução pedagógica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

EHRHARD, Anne-Françoise. Champollion et les frères Humboldt. In: DEWACHTER, Michel ; FOUCHARD, Alain. **L'égyptologie et les Champollion**. Grenoble : Presses Universitaires de Grenoble, 1994.

FAROUT, Dominique. De la Renaissance à la Restauration : quelques étapes du déchiffrement des hiéroglyphes. **Les Cahiers de l'École du Louvre**, n. 9, 2016.

FAURE, Alain. **Champollion** : Le savant déchiffré. Paris : Fayard, 2004.

FERREIRA, Lúcia Rocha. Oralidade e memória: a função das narrativas na educação. **Perspectiva**, vol. 33, p. 27-53, 2015.

FEUERHAHN, Wolf (Org.). **La Politique des Chaires au Collège de France**. Paris : Collège de France. Les Belles Lettres, 2017.

FOUCAUD, Jean-François. Jacques-Joseph Champollion-Figeac Conservateur au département des Manuscrits, **Revue de la BNF**, n°37, p. 54-59, 2011.

France, Anatole. **Le Crime de Sylvestre Bonnard, membre de l'Institut**. Paris : Calmann Lévy, 1881.

GADY, Eric. **La Description de l'Égypte et les frères Champollion**. 2003.

_____. Le Musée des Antiquités du Caire : un lieu de mémoire pour les Egyptiens ou pour les Occidentaux ? **Outre-Mers. Revue d'histoire**, n. 350-351, p. 81-90, 2006.

_____. L'égyptologie, une science française ? **Egypte, Afrique & Orient**, n. 12, p. 41-48, 1999.

_____. Les égyptologues français au XIXe siècle : quelques savants très influents. **Revue d'histoire du 19^e siècle**, n. 32, p.41-62, 2006.

GARDINER, Patrick Lancaster. **Teorias da história**. Lisboa, PO: Fundação Calouste Gulbenkian, 1969.

GAULMIER, Jean. Volney et ses leçons d'Histoire. **History and Theory**, n° 1, vol. 2, p. 52-65, 1962.

GODECHOT, Jacques. **Les institutions de la France sous la Révolution et l'Empire**. Presses Universitaires de France, 1951.

GUÉRIOS, Paulo Renato. O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escalas. **Campos**, 12 (1), p. 9-29, 2011.

_____. Trajetórias intelectuais marcadas entre a ciência e a religião; José Loureiro Fernandes e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná. **Revista Campos**, v. 18, p. 117-138, 2018.

GURGEL, Ronaldo. **Gramática fundamental de Egípcio Hieroglífico** – Para o estudo do estágio inicial da língua egípcia (de 3000 a 1300 a.C.). Lisboa: Chiado Editora, 2014.

HARI, Robert. Rosellini et Champollion : deux vies pour l'égyptologie. **Suplemento: atti del convegno "Ippolito Rosellini: passato e presente di una disciplina"**, v. 3, p. 75-81, 1982.

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação de outro. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. **Memória de Ulysses**: Narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

- _____. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015.
- HARTLEBEN, Hermine. **Champollion** : sa vie et son œuvre (1790-1832). Paris : Pygmalion Gérard Watlet, 1983.
- HEIBRON, Johan. **Naissance de la Sociologie**. Trad. Paul Dirkx. Marseille : Agone, 2006.
- HÜLTENSCHMIDT, Erika. L'école normale de l'an III : une utopie encyclopédiste. In: ESPAGNE, Michel; WERNER, Michael (Orgs.) **Philologiques I** : contribution à l'histoire des disciplines littéraires en France et en France au XIXe siècle. Paris : Maison des sciences de l'homme, 1990.
- KANAWATY, Monique. Champollion et la Révolution de Juillet. In: DEWACHTER, Michel ; FOUCHARD, Alain. **L'égyptologie et les Champollion**. Grenoble : Presses Universitaires de Grenoble, 1994.
- KELLEY, Donald R. Philology and History. In: RABASA, José et al. **The Oxford History of Historical Writing**. Volume 3: 1400–1800. Oxford University Press, 2012.
- JUSTER, Emile. Champollion, le Jeune, membre de la Société des Sciences et Arts de Grenoble. **Bulletin de l'Académie delphinale**, vol. 1, p. 89-100, 1922.
- LACOUTURE, Jean. **Champollion** : une vie de lumières. Paris : B. Grasset, 1988.
- LECLANT, Jean. Champollion et le Collège de France. **Bulletin de la Société Française d'Égyptologie**, Paris, n° 95, p. 32-46, out. 1982.
- _____. Champollion et le Collège de France. **Bulletin de la Société Française d'Égyptologie**, n. 95, p. 32-46, 1983.
- _____. La modification d'un regard (1787-1826) : du Voyage en Syrie et en Égypte de Volney au Louvre de Champollion. In : **Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres**, 131^e année, n. 4, pp. 709-729, 1987.
- LEHOUX, Élise. Qu'est-ce que l'"archéologie" au Collège de France (XIX-milieu du XX siècle). In: FEUERHAHN, Wolf (Org.). **La Politique des Chaires au Collège de France**. Paris : Collège de France. Les Belles Lettres, 2017.
- LEFRANC, Abel. **Histoire du Collège de France**. Paris : Librairie Hachette, 1893.
- LITTRÉ, Émile. **Dictionnaire de la langue française**. Paris : Typographie Lahure, 1873.
- MARICHAL, Robert. Champollion et l'Académie. **Bulletin de la Société Française d'Égyptologie**, n. 95, p. 12-31, 1983.

- MARTIN, Virginie. Les enjeux diplomatiques dans le Magasin encyclopédique (1795-1799) : du rejet des systèmes politiques à la redéfinition des rapports entre les nations. **La Révolution Française**, vol. 2, 2012.
- MASPERO, Gaston. **La science française**. Egyptologie. Paris : Librairie Larousse, 1915.
- MASSON, Francine. L'expédition d'Égypte et la Description. **Bulletin de la Sabix**, n. 41, 2007.
- MAUBANT, Philippe. **Pédagogues et pédagogies en formation d'adultes**. Paris : Presses Universitaires de France, 2004.
- MAYEUR, Françoise. **Histoire de l'enseignement et de l'éducation III**. 1789-1930. Paris : Perrin, 2004.
- MESSLING, Markus. **Pariser Orientlektüren zu Wilhelm von Humboldts Theorie der Schrift**: Nebst der Erstedition des Briefwechsels zwischen Wilhelm von Humboldt und Jean-François Champollion le jeune (1824-1827). Munique: Paderborn, 2008.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Trad. De Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru: EDUSC, 2004.
- _____. História antiga e o antiquário. **Anos 90**, vol. 21, nº 39, p. 19-75, 2014.
- NASCIMENTO, Maria das Graças S. Apresentação. In: CONDORCET. **Esboço de um quadro Histórico dos Progressos do Espírito Humano**. Campinas: Editora UNICAMP. 1993.
- PALMEIRA, Miguel Soares. “A Economia Antiga é um Campo de Batalha”: história social de uma controvérsia erudita. **Política e Sociedade**, v. 17, n. 38, 2018.
- PAQUET, Jean. Les deux Champollion dans le milieu universitaire grenoblois. **Bulletin Mensuel de l'Académie delphinale**, nº1, p. 29-43. 1973.
- PEIFFER, Jeanne. Changer la destination des chaires. In: FEUERHAHN, Wolf (Org.). **La Politique des Chaires au Collège de France**. Paris : Collège de France. Les Belles Lettres, 2017.
- PILOT DE THOREY, Emmanuel. **Notes pour servir à l'histoire de Grenoble**. Grenoble : X Drivet, 1880.
- PIRES, Francisco Murari. Antigos e modernos, o fardo e o fio. **Revista de História**, p. 9-18, 2010.
- PROST, Antoine. **L'enseignement en France : 1800-1967**. Paris : Librairie Armand Colin, 1968.

QUONIAM, Pierre. Champollion et le Louvre. **Bulletin de la Société Française d'Égyptologie**, n. 95, p. 47-61, 1983.

RAY, John. **The Rosetta Stone and the Rebirth of Ancient Egypt**. Londres: Profile books, 2014.

RIBEIRO, Luiz Carlos. A sociabilidade na narrativa histórica. In: DORÉ, Andréia; RIBEIRO, Luiz Carlos (Orgs.). **O Que é Sociabilidade?** São Paulo: Intermeios, 2019.

ROGERS, Rebecca (Org.). **La mixité dans l'éducation** : Enjeux passés et présents. Lyon : ENS Éditions, 2004.

ROMILLY, Jacqueline de. Thucydide et l'idée de progrès. **Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa**, n° ¾, vol. 35, p. 143-191, 1966.

RINGER, Fritz. **Fields of knowledge**: French academic culture in comparative perspective, 1890-1920. Cambridge: University Press, 1992.

SACY, Silvestre. **Lettre au citoyen Chaptal, Ministre de l'Intérieur, Membre de l'Institut National des Sciences et Arts, au sujet de l'inscription égyptienne du monument trouvé à Rosette**. Paris : Imprimerie de la République, 1802.

_____. L'Égypte sous les Pharaons, ou recherches sur la Géographie, le Religion, la Langue, les Ecritures et l'Histoire de l'Égypte avant l'invasion de Cambyse. **Annales Encyclopédiques**, T. III, p. 196-201, 1811.

SANTOS, Rodison Roberto. História e Progresso em Condorcet. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**. N.15, 2/2009. Pp.193-210.

SAVOIE, Philippe. **La construction de l'enseignement secondaire (1802-1914)** : aux origines d'un service public. Lyon : ENS Éditions. 2013.

SCHNAPP, Alain. Histoire de l'archéologie et l'archéologie dans l'histoire. In: DEMOULE, Jean-Paul ; LEHOËRFF, François Giligny Anne ; SCHNAPP, Alain. **Guide des méthodes de l'archéologie**. Paris : Éditions la Découverte, 2009.

TANRÉ-SZEWCZYK, Juliette. Des antiquités égyptiennes au musée. Modèles, appropriations et constitution du champ de l'égyptologie dans la première moitié du XIXe siècle, à travers l'exemple croisé du Louvre et du British Museum. **Les Cahiers de l'École du Louvre**, n. 11, 2017

THOUARD, Denis. Le déchiffrement de l'énigme. Humboldt, Champollion et la question de l'écriture. **Historiographia Linguistica**, n. 2/3, p. 409-429, 2009.

TRIGGER, Bruce. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus. 2011.

TRIOMPHE, Pierre. Les sorties de la « Terreur blanche » dans le Midi. **Revue d'Histoire du XIXe siècle**, n. 49, p. 51-63, 2014.

VARGAS, Anderson Zalewski; MAGALHÃES, Luiz Otávio de; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira (org.). **Heródoto e Tucídides: história e tradição**. Vitória da Conquista: UESB, 2016.

VOLNEY (Constantin-François de Chassebœuf). **Leçons d'Histoire prononcées à l'École Normale**. Paris : Houdouin Frères, 1826.

_____. **Œuvres**. Tome I. Paris, Fayard, 1989.

ANEXO 1 – BIOBIBLIOGRAFIA DE JEAN-FRANÇOIS CHAMPOLLION (1790-1832)

ANO	ATIVIDADES E ACONTECIMENTOS	PUBLICAÇÕES/PRODUÇÕES
<u>1790</u>	23 de dezembro: nascimento de Jean-François Champollion (doravante JFC) em Figeac.	-
<u>1791</u>	Início da Monarquia Constitucional.	-
<u>1792</u>	Abolição da Monarquia e Proclamação da República.	-
<u>1793</u>	Execução de Louis XVI.	-
<u>1794</u>	Início do grande terror.	-
<u>1795</u>	A Convenção adotou uma nova constituição (constituição do ano III). Ocorreram eleições para o Diretório.	-
<u>1796</u>	-	-
<u>1797</u>	-	-
<u>1798</u>	Napoleão Bonaparte embarcou, como general, para o Egito na expedição científico-militar. JFC entrou na escola primária. Jacques-Joseph Champollion se mudou para Grenoble.	-
<u>1799</u>	A Pedra de Roseta foi descoberta em <i>El-Rashid</i> . Os conselhos desmantelaram o Diretório. Napoleão Bonaparte retornou à França. Após um golpe de Estado aplicado por Napoleão Bonaparte, foi instalado o Consulado.	-
<u>1800</u>	-	-
<u>1801</u>	JFC se mudou para Grenoble a fim de viver sob a tutela de seu irmão mais velho.	-
<u>1802</u>	Napoleão Bonaparte, enquanto Primeiro Consul, criou uma	-

	comissão encarregada de editar a <i>Description de l'Égypte</i> . JFC passou a frequentar, primeiramente, a escola privada do abade Dussert.	
<u>1803</u>	Jacques-Joseph Champollion tornou-se secretário da Sociedade de Ciências e Artes de Grenoble.	-
<u>1804</u>	Com a instauração do império, Napoleão Bonaparte tornou-se imperador.	-
<u>1805</u>	-	-
<u>1806</u>	Criação da Universidade Imperial.	Comunicação sobre o livro bíblico de Gênesis na Sociedade de Ciências e Artes de Grenoble.
<u>1807</u>	No final do verão, JFC viajou à Paris, onde frequentaria várias instituições de ensino e de pesquisa.	Comunicação do <i>Essai d'un description de l'Égypte avant le temps de Cambyse</i> (Ensaio de uma descrição do Egito anterior ao tempo de Cambises).
<u>1808</u>	Decreto de Organização da Universidade Imperial. Instituída a criação da Faculdade de Letras de Grenoble. Em Paris, frequentou vários cursos de línguas na Escola de Línguas Orientais e no <i>Collège de France</i> .	-
<u>1809</u>	Foi nomeado professor adjunto de história da Faculdade de Letras de Grenoble. Retornou à cidade de Grenoble.	-
<u>1810</u>	Recebeu o título de <i>Docteur ès Lettres</i> (Doutor em Letras) por decreto. Iniciou o seu curso de história na Faculdade de Letras de Grenoble.	Aula inaugural do curso: <i>De l'histoire en général et de ses bases, la chronologie et la géographie comparée</i> (Da história em geral e suas bases, a cronologia e a geografia comparada). Segunda aula do curso: <i>De la manière d'écrire l'histoire; des moyens qui nous restent pour cela – réflexions critiques sur les historiens</i> (Da maneira de escrever a história; dos meios que nos

		restam para isso – reflexões críticas sobre os historiadores).
<u>1811</u>	Antoine-Isaac Silvestre de Sacy publicou, nos <i>Annales Encyclopédique</i> , uma resenha da obra <i>L'Égypte sous les pharaons, ou recherches sur la Géographie, la Religion, la Langue, les Écritures et l'Histoire de l'Égypte avant l'invasion de Cambyse</i> .	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Observations sur le catalogue des Manuscrits coptes du Musée Borgia à Velletri, ouvrage posthume de George Zoëga</i> (Observações sobre o catálogo de Manuscritos coptas do Museu Borgia em Velletri, obra póstuma de George Zoëga). • <i>L'Égypte sous les pharaons, ou recherches sur la Géographie, la Religion, la Langue, les Écritures et l'Histoire de l'Égypte avant l'invasion de Cambyse</i> (O Egito sob os faraós, ou pesquisas sobre a Geografia, a Religião, a Língua, as Escritas e a História do Egito antes da invasão de Cambises) - (Versão preliminar do livro com apenas 77 páginas.)
<u>1812</u>	Jacques-Joseph Champollion se tornou diretor da Faculdade de Letras de Grenoble e assumiu a função de conservador-chefe da Biblioteca Municipal de Grenoble. JFC foi nomeado assistente da biblioteca adjunto da Biblioteca Municipal de Grenoble.	-
<u>1813</u>	-	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Notice sur l'ouverture et le contenu d'un vase égyptien, appartenant au Cabinet des Antiquités de la Bibliothèque de Grenoble</i> (Notícia sobre a abertura e o conteúdo de um vaso egípcio pertencente ao Gabinete de Antiguidades de Biblioteca de Grenoble) - Comunicação feita na sessão de 8 de janeiro de 1813 da Sociedade de Ciências e Artes de Grenoble.
<u>1814</u>	Jacques-Joseph Champollion foi nomeado membro correspondente da Terceira Classe do Instituto Nacional de Ciências e Artes.	<ul style="list-style-type: none"> • <i>L'Égypte sous les pharaons, ou recherches sur la Géographie, la Religion, la Langue, les Écritures et l'Histoire de l'Égypte avant l'invasion</i>

	Primeira abdicação de Napoleão Bonaparte. Restauração Monárquica de Louis XVIII.	<i>de Cambyse</i> (O Egito sob os faraós, ou pesquisas sobre a Geografia, a Religião, a Língua, as Escritas e a História do Egito antes da invasão de Cambises) - Versão completa do livro com 379 páginas.
<u>1815</u>	Tentativa de reinstalação do regime napoleônico – governo dos cem dias. Segundo ato restaurador da monarquia. Louis XVIII consolida-se como rei. Terror Branco em Grenoble, que culminou na perseguição política dos dois irmãos. Supressão da cadeira de história da Faculdade de Letras de Grenoble.	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Lettre sur les odes gnostiques attribuées à Salomon; Adressée à M. Grégoire, Membre de l'Institut</i> (Correspondência sobre as odes gnósticas atribuídas a Salomon; Endereçada ao st. Grégoire, Membro do Instituto) – Resenha, Magasin Encyclopédique.
<u>1816</u>	Os irmãos Champollion são obrigados a se exilar em sua cidade natal, Figeac.	-
<u>1817</u>	Fim do exílio. Enquanto Jacques-Joseph retornou à Paris, JFC permanece em Figeac.	-
<u>1818</u>	Jacques-Joseph Champollion tornou-se secretário particular de Bon Joseph Dacier, secretário perpétuo da Academia Real de Inscrições e Belas Letras. JFC retornou à Grenoble onde reintegrou provisoriamente suas funções na biblioteca local.	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Observations sur les fragments coptes-baschmouriques de l'Ancien et du Nouveau Testament, publié par M. Engelbreth, d'après les manuscrits du Musée Borgia de Velletri</i> (Observações sobre os fragmentos coptas-basmuricos do Antigo e do Novo Testamento, publicado pelo sr. Engelbreth, segundo os manuscritos do Museu Borgia de Velletri). – Resenha, Annales Encyclopédiques.
<u>1819</u>	-	-
<u>1820</u>	-	-
<u>1821</u>	Acusado de conspiração contra a monarquia, JFC perdeu definitivamente a sua função de bibliotecário adjunto. Mudou-se para Paris a fim de viver com seu irmão.	<ul style="list-style-type: none"> • <i>De l'écriture hiératique des anciens Égyptiens</i> (Sobre a escrita hierática dos antigos egípcios). – Folheto publicado em Grenoble.

<p><u>1822</u></p>	<p>Apresentação pública de sua teoria da decifração por meio da <i>Lettre à M. Dacier</i> na Academia Real de Inscrições e Belas Letras.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Observations sur l'obélisque Égyptien de l'île de Philæ</i> (Observações sobre o obelisco egípcio da ilha de Filas). <i>Revue Encyclopédique</i>. • <i>Extrait d'un mémoire relatif à l'alphabet des hiéroglyphes phonétiques égyptiens</i> (Excerto de uma memória relativa ao alfabeto dos hieróglifos fonéticos egípcios). <i>Journal des Savants</i>. • <i>Lettre à M. le rédacteur de la revue encyclopédique, relative au zodiaque de Dendéra</i> (Correspondência ao sr. Redator da <i>revue encyclopédique</i> relativa ao zodíaco de Dendera). – Resenha, <i>Revue Encyclopédique</i>. • <i>Lettre à M. Dacier, secrétaire perpétuel de l'Académie Royale des Inscriptions et Belles-Lettres, relative à l'alphabet des hiéroglyphes phonétiques employés par les Égyptiens pour inscrire sur leurs monuments les titres, les noms et les surnoms des souverains grecs et romains</i> (Correspondência ao sr. Dacier, secretário perpétuo da Academia Real de Inscrições e Belas Letras, relativa ao alfabeto dos hieróglifos fonéticos empregados pelos egípcios para inscrever sobre seus monumentos os títulos, os nomes e as alcunhas dos soberanos gregos e romanos). – Folheto publicado em Paris contendo a transcrição da comunicação feita na Academias de Inscrições e Belas Letras.
<p><u>1823</u></p>	<p style="text-align: center;">-</p>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Recherches pour servir à l'Histoire de l'Égypte pendant la domination des Grecs et des Romains, tirées des inscriptions grecques et</i>

		<p><i>latines relatives à la chronologie, à l'état des arts, aux usages civils et religieux de ce pays ; par M. Letronne, membre de l'Institut, inspecteur-général de l'Université, etc.</i></p> <p>(Investigações para servir à história do Egito durante a dominação dos Gregos e Romanos, extraídas das inscrições gregas e latinas relativas à cronologia, ao estado das artes, aos costumes civis e religiosos desse país; pelo sr. Letronne, membro do Instituto, inspetor geral da Universidade etc.). – Resenha.</p> <p><i>Panthéon égyptien</i> (Panteão Egípcio).</p>
1824	<p>Morte de Louis XVIII (que foi sucedido por Charles X).</p> <p>Aquisição da coleção Drovetti pelo Reino de Savoia.</p> <p>Viagem à Itália.</p> <p>Em Turim, JFC iniciou seus trabalhos na referida coleção.</p> <p>Tornou-se redator principal (junto de seu irmão) do <i>Bulletin des sciences historiques, VIIe section du Bulletin universel des sciences et de l'industrie</i>.</p> <p>JFC e Jacques-Joseph Champollion tornaram-se elegíveis na Academia Real de Inscrições e Belas Letras. Ambos não foram eleitos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Précis du système hiéroglyphique des anciens Égyptiens, ou Recherches sur les éléments premiers de cette écriture sacrée, sur leurs diverses combinaisons, et sur les rapports de ce système avec les autres méthodes graphiques égyptiennes</i> (Definição do sistema hieroglífico dos antigos egípcios, ou Investigações sobre os primeiros elementos desta escrita sagrada, sobre suas diversas combinações e sobre as relações desse sistema com os outros métodos gráficos egípcios). • <i>Lettres à M. le Duc de Blacas d'Aulps, premier gentilhomme de la chambre, pair de France, etc., relatives au Musée royal égyptien de Turin (I)</i> (Correspondências ao sr. Duque de Blacas d'Aulps, primeiro fidalgo da câmara, par da França etc., relativas ao Museu Real Egípcio de Turim (I)). • <i>Lettre à M. Letronne, sur l'expression phonétique des noms de Pétéménon et de Cléopâtre, dans les hiéroglyphes de la momie rapportée par M. Cailliaud</i> (Correspondência ao

		sr. Letronne sobre a expressão fonética dos nomes de Ptolomeu e Cleópatra, nos hieróglifos da múmia relatada pelo sr. Cailliaud).
<u>1825</u>	JFC viajou para outras regiões italianas, como Roma, Nápoles, Pompeia e Pesto.	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Écriture Égyptiennes, lettre de M. Champollion le Jeune à M. Z***</i> (Escritas egípcias – Correspondência do sr. Champollion, o jovem, ao sr. Z***). – Resenha, <i>Bulletin universel des sciences et de l'industrie</i>.
<u>1826</u>	Foi nomeado conservador da Divisão Egípcia do Museu Real do Louvre.	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Lettres à M. le Duc de Blacas d'Aulps, premier gentilhomme de la chambre, pair de France, etc., relatives au Musée royal égyptien de Turin (I)</i> (Correspondências ao sr. Duque de Blacas d'Aulps, primeiro fidalgo da câmara, par da França etc., relativas ao Museu Real Egípcio de Turim (II))
<u>1827</u>	Produção, apresentação e, por conseguinte, aprovação pelo Rei Leopoldo II do “Projeto de Missão Literária ao Egito”. Um projeto franco-toscano.	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Aperçu des résultats historiques de la découverte de l'alphabet hiéroglyphique Egyptien</i> (Panorama dos resultados históricos da descoberta do alfabeto hieroglífico egípcio). – Artigo, <i>Bulletin universel des sciences et de l'industrie</i>. • <i>Lettre sur la découverte des hiéroglyphes acrologiques, adressée a M. le chev. de Goulianoff, par Klaproth</i> (Correspondência sobre a descoberta dos hieróglifos acrológicos, endereçada ao sr. Cavaleiro de Goulianoff, por Klaproth. – Resenha, <i>Bulletin universel des sciences et de l'industrie</i>. • <i>Notice descriptive des monumens égyptiens du musée Charles X</i> (Notícia descritiva dos monumentos egípcios do Museu Charles X). • <i>Notice sur le papyrus hiératique et les peintures du cercueil de Pétaménoph</i> (Notícia sobre o papiro

		hierática e as pinturas do ataúde “Pétaménoph”.
<u>1828</u>	Iniciou-se a expedição franco-toscana ao Egito e à Núbia. Em agosto, JFC foi recebido por Mohammed Ali.	-
<u>1829</u>	Continuou a sua missão pelo Egito e pela Núbia. JFC foi novamente recusado para ingressar na Academia Real de Inscrições e Belas Letras.	-
<u>1830</u>	Revolução de Julho que culminou na Abdicação de Charles X e na ascensão de Louis-Philippe. JFC retornou à Paris. Foi eleito para Academia Real de Inscrições e Belas Letras.	-
<u>1831</u>	O rei Louis-Phillipe criou a cadeira de Arqueologia para JFC no <i>Collège Real de France</i> . O curso foi iniciado.	<ul style="list-style-type: none"> • Produção da obra <i>Monuments de l’Egypte et de la Nubie</i> (Monumentos do Egito e da Núbia), a qual seria publicada apenas postumamente
<u>1832</u>	Eclodiu uma epidemia de cólera em Paris, da qual JFC padeceu, vindo a falecer em 4 de março.	-